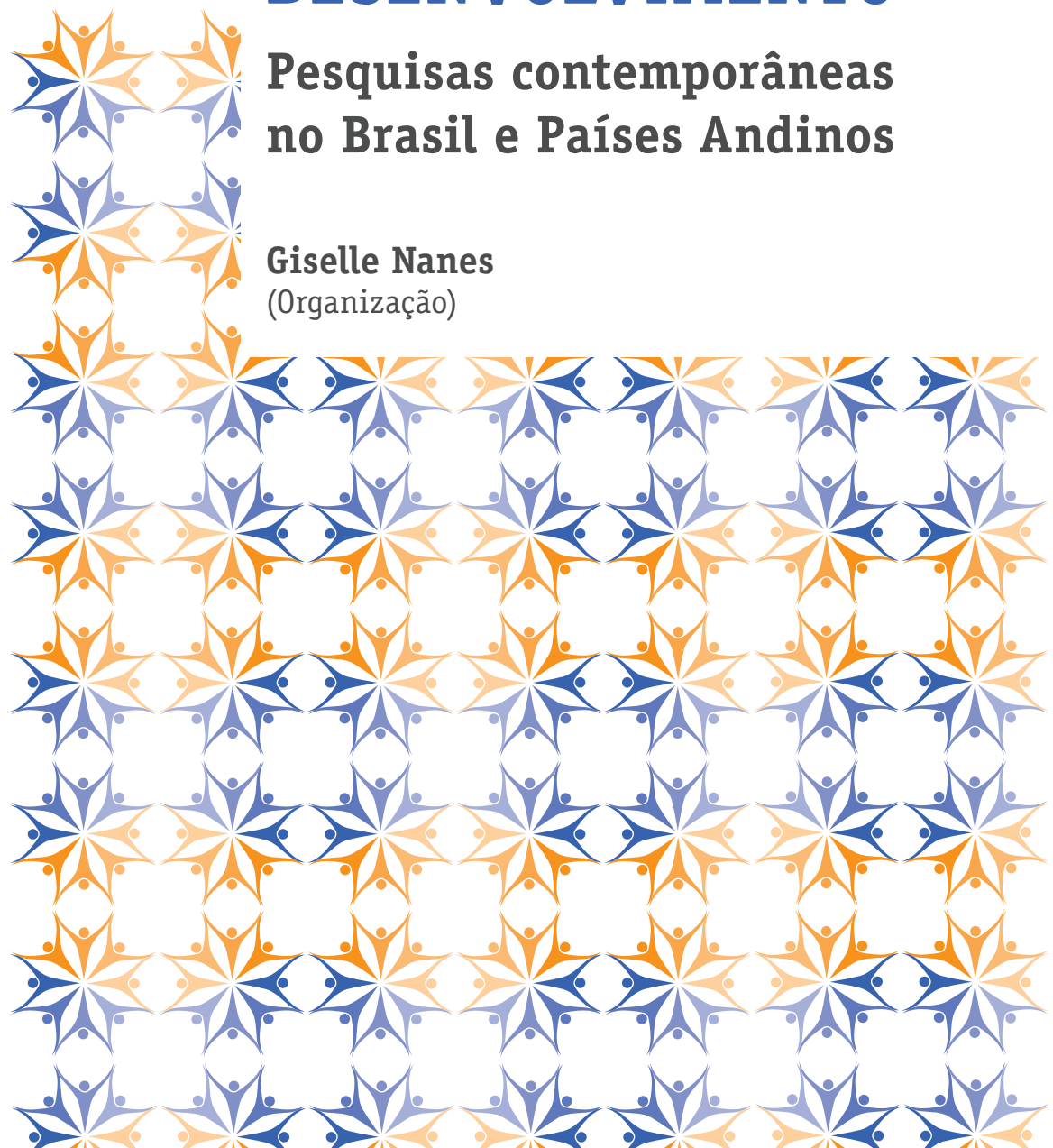


MULHERES, AGENDA POLÍTICA & DESENVOLVIMENTO

**Pesquisas contemporâneas
no Brasil e Países Andinos**

Giselle Nanes
(Organização)



**MULHERES,
AGENDA POLÍTICA &
DESENVOLVIMENTO**

MULHERES, AGENDA POLÍTICA & DESENVOLVIMENTO

**Pesquisas contemporâneas
no Brasil e Países Andinos**

Giselle Nanes
(Organização)

Universidade Federal de Pernambuco Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia
© Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade (FAGES)

Conselho Editorial PPGA
Antônio Carlos Motta
Edwin Reesink
Josefa Saete Barbosa Cavalcanti
Judith Chambliss Hoffnagel
Lady Selma Ferreira Albernaz
Luís Felipe Rios
Marion Teodósio de Quadros
Misia Reesink
Peter Schröder
Renato Athias
Roberta Bivar Carneiro Campos
Russell Parry Scott

Conselho Editorial – Série Gênero e Políticas Públicas
Carolina Farias Leal Mendonça (UNILAB)
Cristina Buarque (FUNDAJ)
Dayse Amâncio dos Santos (UFPE-UFRPE)
Maria Grazia Cribari Cardoso (UFRPE)
Russell Parry Scott (UFPE)
Sílvia Cordeiro (SECMULHER)

Apoio Institucional: SECMUL-Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco; FUNDAJ- Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; UFPE-Universidade Federal de Pernambuco

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Liliane Campos Gonzaga de Noronha, CRB4-1702

M956 Mulheres, agenda política & desenvolvimento : pesquisa contemporâneas no Brasil e Países Andinos / Giselle Nanes (organização). – Recife : Editora UFPE, 2016.
217 p. : il. – (Série Gênero e Políticas públicas).

Esta série é mais um produto do FAGES – o Núcleo Família, Gênero e Sexualidade – do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0849-0 (broch.)

1. Mulheres – Condições sociais - Brasil. 2. Mulheres – Condições sociais – América Latina. 3. Direitos das mulheres – América Latina. 4. Programa Bolsa Família (Brasil). 5. Feminismo. 6. Violência contra as mulheres. 6. I. Santos, Giselle Maria Nanes Correia dos (Org.). II. Título da Série.

305.420981 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-002)

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

APRESENTAÇÃO

FAGES – o Núcleo Família, Gênero e Sexualidade – da Universidade Federal de Pernambuco é um núcleo de pesquisa, e também é um núcleo de ação. Nesta nova Série de publicações, intitulada *Gênero e Políticas Públicas*, resolveu tornar mais explícita a sua dedicação a estudos que têm uma relevância imediata para pensar e efetivar a aplicação de políticas públicas relacionadas com a promoção da igualdade de gênero e direitos das mulheres. Esta série vem complementar a série anteriormente estabelecida e que continua a ser produzida, Gênero e Família, na qual já há mais de vinte livros, dossiês e coletâneas publicadas. Ao denominar a nova série Gênero e Políticas Públicas, o objetivo principal é de abordar diretamente a associação e articulação entre os nossos estudos e as práticas dos idealizadores e executores de políticas públicas. Através da reflexão qualificada, da pesquisa aprofundada, da integração e circulação em redes de estudos feministas, acadêmicas e de políticas públicas, o nosso núcleo se percebe como ator envolvido nos processos que estuda, e como núcleo comprometido com a compreensão dos impactos das suas ações para atingir metas de igualdade e de direitos.

O que foi que levou ao estabelecimento desta nova série? De 2013 a 2015, o FAGES – na sua função de integração de ensino, pesquisa e extensão como grupo dentro da UFPE, e de parceiro antigo de entidades que ativamente promovem estudos e ações de gênero em múltiplas ocasiões – administrou o I Curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, com financiamento pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco. Para realizar este trabalho, contamos com a confiança, cumplicidade e com o estímulo, entusiasmo e persistência da então Secretaria da Mulher de Pernambuco, Cristina Buarque, que procurou o grupo FAGES para capacitar mais de oitenta especialistas. As pessoas capacitadas são majoritariamente funcionárias e funcionários pública(o)s envolvida(o)s em secretarias e coordenadorias da mulher e desenvolvem ações que reverberam diretamente na vida das mulheres. Como discentes neste curso, juntaram-se a estas funcionárias e estes funcionários integrantes de ONGs, de outras organizações governamentais, e estudantes independentes interessados.

Ao longo de todo o trabalho de administração cotidiana no Recife e em Caruaru, constantemente fomos lembrados da extensão e da aplicabilidade dos nossos estudos. De um lado resgatamos a memória do que já fizemos e do que vínhamos fazendo contemporâneo ao curso. De outro lado, o próprio curso exigia uma articulação interinstitucional e intersetorial grande com muitos esforços e muitas oportunidades de influenciar ações concretas. Este não é o lugar de elencar a extensa lista de trabalhos aplicados e engajados nos quais o FAGES se envolveu ao longo dos seus trinta e cinco anos de existência, e sim de lembrar que todos os cinco eixos históricos de estudo, acrescentado por dois novos eixos em anos recentes, possuem componentes relevantes para políticas públicas. As linhas históricas de 1) Gênero, 2) Família e Parentesco, 3) Sexualidade, 4) Saúde e 5) Equidade Social, e as novas linhas de 6) Educação, Interseccionalidade e Desigualdade e 7) Naturezas, Culturas, Técnicas, vão bem além de serem unicamente esferas de assuntos para reflexão, pois sempre dialogaram e dialogam com as políticas públicas.

O apoio dado a este curso permitiu que os primeiros quatro números da série fossem realizados, por todos poderem se caracterizar

não somente como comunicação de resultados de pesquisa original, mas também como material pedagógico, interpretativo e avaliativo de relações de gênero, desenvolvimento e políticas e cuja produção se deu em função do referido curso com autoria e organização de docentes do curso. Os conteúdos são autoexplicativos, pois se compreendem pelos próprios títulos dos volumes publicados:

- *Mulheres, Agenda Política e Desenvolvimento: Pesquisas Contemporâneas no Brasil e Países Andinos*, organizado por Giselle Nanes;
- *Educação, Feminismo e o Estado no Brasil*, organizado por Parry Scott;
- *Regularização Fundiária Urbana na Perspectiva de Gênero: o Caso da Ponte do Maduro no Recife*, de autoria de Alexandre Zarias;
- *Feminismo, Diferenças e Desigualdades nas Políticas Públicas e Desenvolvimento: Algumas Leituras Fundamentais*, organizado por Dayse Amâncio dos Santos, Maria Grazia Cardoso e Parry Scott.

A temática de gênero e políticas públicas é inesgotável, e estes primeiros volumes abordam criticamente programas e políticas governamentais na América Latina com destaque para programas condicionadas de renda, de impactos de grandes projetos sobre imagens e práticas de sexualidade e de gênero, e de três projetos feministas nos campos de enfrentamento à violência, de capacitação para o trabalho e de educação; a relação entre o Estado e o feminismo na execução de projetos educacionais que abordam sexualidade, classe, raça e etnia e que atravessam experiências concretas com atenção a interseccionalidades; a sensibilidade dos instrumentos de execução e os impactos de políticas de habitação operadas com uma perspectiva de gênero para mulheres em projetos de desenvolvimento urbano; e um elenco de conceitos e abordagens-chave para pensar gênero e

desenvolvimento. Esperamos que o empenho seja o início de um conjunto cada vez mais crescente de estudos críticos, reflexivos e colaborativos para podermos buscar a promoção de igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

A produção de uma série de estudos desta magnitude não se realiza sozinho, e o FAGES reconhece e agradece primeiro à Secretaria da Mulher e à Fundação Joaquim Nabuco pelo investimento e confiança que outorgaram à nossa equipe para que pudéssemos não somente formar especialistas, mas também criar os primeiros quatro volumes desta série. Foi uma época que agregou envolvimento ativo na capacitação como parte das políticas das instituições, bem como reconhecimento à importância de criar material publicado para enriquecer o conhecimento destes assuntos. Cristina Buarque, Silvia Cordeiro, Fernando José Freire e Paulo Rubem Santiago, foram bem além de ser dirigentes das instituições financiadoras, pois respeitando os compromissos sociais das suas próprias instituições, comprometeram-se com os objetivos do curso e do seu objetivo de produzir livros e sempre foram presentes no apoio e acompanhamento. Doris Cavalcanti, Janny Rodrigues, Raíssa Barbosa Araújo, Juliane Oliveira, da secretaria da Mulher e Joanildo Burity e Ceres Almeida e Luciana Marques da Fundação Joaquim Nabuco estavam sempre na torcida ativa para o nosso trabalho dar fruto. Boa parte da equipe administrativa na UFPE cuidou de muitos dos afazeres cotidianos do nosso trabalho, habilitando-nos a dedicar os esforços à produção deste material, e por isso agradecemos especialmente ao profissionalismo e companheirismo de Luciana Neves, Ademilda Guedes, Helder Caran, e à jovem docente Fernanda Maria Vieira Ribeiro na supervisão inicial do trabalho em Caruaru e a Ana Duarte pela articulação com o Campus Acadêmico do Agreste. Fazemos agradecimentos especiais às colegas docentes e integrantes de FAGES, Marion Teodósio de Quadros e Lady Selma Ferreira Albernaz que assumiram responsabilidades funcionais também, como chefe do Departamento e Coordenadora do curso após a aposentadoria de Parry Scott e a Caroline Farias Leal Mendonça que assumiu responsabilidades de articulação final na própria operação cotidiana do FAGES nas etapas finais de preparação da série. Não é possível esquecer a dedicação das monitoras do curso: Raíssa Fonseca,

Larissa Andrade, Camila Marinho, Raianny Araújo, Magda Cristina Silva e Viviane Carvalho, que se envolveram na coleção, preparação e/ou divulgação de três cadernos de leitura usados no curso, e, algumas das quais se envolveram na produção escrita dos trabalhos desta série. Os mais corresponsáveis pelo desenho destes quatro números, que foram elaborados através de uma chamada de projetos entre os 21 docentes do curso, foram Dayse Amâncio dos Santos, a co-coordenadora do curso do começo ao fim, e a Maria Grazia Cribari Cardoso que substituiu a Fernanda Vieira na supervisão do trabalho de Caruaru. A todos as(os) docentes que se dedicaram às aulas numa metodologia que exigia trabalho em fins de semana e muita leitura de trabalhos e orientações. Todos e todas estamos comprometido(a)s com a elaboração de políticas públicas desenvolvidas com a perspectiva de gênero.

Recife, março, 2016

Parry Scott, Dayse Amâncio dos Santos, Maria Grazia Cribari Cardoso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO13

I - GÊNERO E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA19

Programas de Transferência Condicionada de Renda, equidade de gênero e empoderamento das mulheres no Peru, Equador e Bolívia21

Maxine Molyneux | University of London

Marilyn Thomson | City University London

O gênero e a moral do desenvolvimento: a condição do Bolsa Família47

Mani Tebet A. de Marins | UFRRJ

Moradia e projetos de vida de titulares do Bolsa Família: desenvolvimento urbanístico do Recife e estratégias de agência feminina no Coque67

Giselle Nanes | UFRPE

Marion Teodósio de Quadros | UFPE

II - GÊNERO E POLOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL91

Conselhos Tutelares articulando famílias, gênero e direitos num polo de desenvolvimento com presença de migrantes masculinos97

Parry Scott | UFPE

Dayse Amâncio dos Santos | UFRPE

Pião Trecheiro: os homens trabalhadores migratórios, a sexualidade e o risco na constituição de vínculos na região de Suape (PE)121

Sirley Vieira da Silva | Instituto Papai

III - PROJETOS FEMINISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS141

Relações de Gênero, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - A Lei Maria da Penha no Governo Federal143

Lourdes Bandeira | UnB

Tânia Mara Campos de Almeida | UnB

O Programa Chapéu de Palha Mulher Redistribuição, Reconhecimento e Cuidado: reflexões a partir de micro visões ..173

Márcia Reis Longhi | UFPB

Gênero e Educação: o exemplo dos Núcleos de Estudos de Gênero e enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco.195

Rômulo Guedes | FUNDAJ

Alexandre Zarias | FUNDAJ

INTRODUÇÃO

Esta coletânea – Mulheres, Agenda Política & Desenvolvimento: pesquisas contemporâneas no Brasil e Países Andinos – compõe a série *Gênero e Políticas Públicas*, organizada pelo Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) da Universidade Federal de Pernambuco. Na desafiante incumbência de reunir artigos, oriundos de pesquisas contemporâneas, que fomentam o debate sobre gênero e desenvolvimento no Brasil e em outros países da América Latina, a coleção foi organizada em três eixos de discussão.

O primeiro eixo, *Gênero e Programas de Transferência de Renda*, traz artigos que discutem a implementação dos programas de transferência de renda na América Latina, erigidas em cenário que prioriza a mulher como titular de benefício relacionado com uma política seletiva para enfrentamento da pobreza, entre famílias pobres. Nesse sentido, as pesquisas colocam em análise, a partir de diferentes realidades de países da região andina e do Brasil, as repercussões na vida dos beneficiários, especialmente das beneficiárias mulheres no tocante à promoção de equidade de gênero e processos de empoderamento.

Iniciamos com o artigo de Maxine Molyneux e Marilyn Thomson “Programas de Transferência Condicionada de Renda,

equidade de gênero e empoderamento das mulheres no Peru, Equador e Bolívia”, o qual apresenta reflexões sobre os programas de transferência condicionada de renda implementados na América Latina e os impactos desses programas na promoção de equidade de gênero e empoderamento das mulheres. A partir de pesquisa financiada pela *CARE International* (Reino Unido), as autoras analisam três programas: *Juntos* (Peru), *Bono de Desarrollo Humano* (Equador) e *Bono Juana Azurduy* (Bolívia) e argumentam que fazer as mulheres centrais nos programas de transferência de renda necessariamente não é sinônimo de proposição de ações integrativas para promoção de equidade de gênero.

No âmbito nacional, o foco de análise é o Programa Bolsa Família. O artigo de Mani Tebet Marins “O gênero e a moral do desenvolvimento: a condição do Bolsa Família” foca como se processa a formação de *status* de beneficiária(o) do Programa. A partir de dados de pesquisa em uma comunidade da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, Marins tece instigante discussão sobre as relações estabelecidas entre beneficiários e não beneficiários (atores institucionais e vizinhos) e como essas relações se fundam em uma matriz moral, com a presença de fofocas, julgamentos morais e controles sociais específicos, que se desenvolvem em torno da figura da(o) beneficiária(o).

O capítulo de Giselle Nanes e Marion Quadros, abordando o Bolsa Família sob o prisma da relação entre desenvolvimento urbano e projetos de vida de mulheres beneficiárias, encerra este primeiro eixo de discussão. O texto “Moradia e projetos de vida de titulares do Bolsa Família: desenvolvimento urbanístico do Recife e estratégias de agência feminina no Coque” evidencia, a partir de pesquisa etnográfica na comunidade do Coque (Recife, Pernambuco), *projetos de vida* das mulheres, focando análise sobre agência, relações de poder e subjetividade nos processos de autonomia e empoderamento. As autoras argumentam que é preciso ampliar o leque de análise sobre a titularidade feminina, de forma a contemplar indicadores analíticos ainda invisibilizados na análise do Programa e que constituem pontos nodais para análise da experiência das mulheres titulares.

Os artigos do segundo eixo temático, *Gênero e Polos de Desenvolvimento Regional*, permitem reflexão acerca dos impactos do

desenvolvimento do Complexo Portuário de Suape (Pernambuco) na vida cotidiana de moradores e na relação construída com os *estrangeiros* que chegam para trabalhar. As análises traçam conexão entre o intenso fluxo de migrações de trabalhadores (prioritariamente homens) e ressignificação na trajetória de vida das mulheres e famílias; bem como visibilizam práticas de agentes institucionais locais, particularmente instituições que zelam pela garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes, tais como o Conselho Tutelar.

Ao examinar situações de operação de conselheiros tutelares, o artigo de Parry Scott e Dayse Amâncio, “Conselhos Tutelares articulando famílias, gênero e direitos num polo de desenvolvimento com presença de migrantes masculinos”, mostra como, em contexto de intensa inserção populacional de trabalhadores, as práticas, percepções e propostas de controle institucional, exercidas dentro dos Conselhos, reforçam de uma maneira intensificada as hierarquias estereotipadas de gênero. Revela-se acentuada identificação dos trabalhadores (homens) com vandalismo e portadores de uma sexualidade exacerbada, e as mulheres (adolescentes, jovens e adultas) tanto como mais associadas às esferas domésticas e de reprodução, mas também estrategistas de sexualidade oferecida e/ou interesseira, mas que devem ser alvos de um controle mais comedido e que sugere posicionamento de vitimização. O artigo instiga a reflexão de como a atuação dos Conselhos Tutelares, exercida na complexidade das relações de gênero e familiares e de controle institucional, ao agir *para* as famílias, não raramente age *nas* famílias.

Privilegiando pesquisa com homens trabalhadores migratórios, Sirley Silva discute, no artigo “Pião Trecheiro: os homens trabalhadores migratórios, a sexualidade e o risco na constituição de vínculos na região de Suape (PE)”, a constituição da identidade do “Pião Trecheiro”, evidenciando os vínculos do “pião” com o lugar e as pessoas da região, que é modulada pela dicotomia “fazer parte” e “não fazer parte” da região. Essa dinâmica revela, na constituição dos vínculos, relações fluídas com o lugar e as pessoas, denunciadas, em especial, nas formas de interações amorosas e sexuais com as mulheres locais – onde o trabalho e o risco também se apresentam como fatores importantes dessa dinâmica.

Por fim, o terceiro eixo temático, *Projetos Feministas e Políticas Públicas*, privilegiou discussão sobre as experiências de projetos feministas implementados em agendas governamentais, tanto no âmbito nacional como também no âmbito local, em referência ao estado de Pernambuco. Usamos a terminologia *projetos feministas* para nomear as ações desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria estadual, promovidas no contexto de diálogo com o movimento feminista. Nesse sentido, três áreas de atuação são discutidas: ações para enfrentamento da violência contra a mulher, ações de apoio para mulheres trabalhadoras rurais e ações educativas em instituições de ensino, as duas últimas debatendo especificamente projetos implementados no estado de Pernambuco.

Iniciamos com o capítulo de Lourdes Bandeira e Tânia Almeida: “Relações de Gênero, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – A Lei Maria da Penha no Governo Federal”. As autoras analisam alguns pontos de discussão do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher e visibilizam as ações das políticas públicas implementadas pela SPM, que objetivam erradicar essa violência, com destaque para a Lei Maria da Penha. Na conclusão do artigo, realizam reflexão acerca da atuação do governo federal e dos governos estaduais em “juntar”, “suprimir” ou mesmo em alguns casos “eliminar” os diversos organismos de políticas para as mulheres, no conjunto das ações de reforma ministerial.

No âmbito do estado de Pernambuco, Márcia Longhi, no capítulo intitulado “O Projeto *Chapéu de Palha*: Redistribuição, Reconhecimento e Cuidado – reflexões a partir de micro visões”, centra análise do programa Chapéu de Palha Mulher. A partir de uma microetnografia realizada em 2009, Márcia tece reflexões sobre a “*forma de fazer*” do Programa, descrevendo-o, a partir da discussão de Nancy Fraser, como ação de uma política feminista onde a redistribuição e o reconhecimento acontecem conjuntamente.

Concluindo o livro, Rômulo Guedes e Alexandre Zarias, no capítulo “Gênero e Educação: o exemplo dos Núcleos de Estudos de Gênero e enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco”, analisam o projeto de implementação de Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, em

escolas estaduais e instituições de ensino superior, desenvolvido pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, desde 2010. Ao apresentar as experiências de três Núcleos, localizados em escolas estaduais, em diferentes regiões do estado, analisam fatores que diretamente contribuem para a efetividade das ações desses núcleos, tais como: integração entre a gestão da escolar, professores, estudantes e comunidade. Destacam a iniciativa da Secretaria da Mulher, no incentivo das parcerias com escolas estaduais de Ensino Médio, possibilitando a realização de trabalhos continuados acerca dos temas relacionados a gênero e violência contra a mulher. Argumentam também que a implementação dos Núcleos revela Pernambuco como um estado que conseguiu inovar nas ações e articulações que favorecem a reflexão de jovens estudantes sobre as desigualdades de gênero e a violência contra mulher.

Assim, esperamos que a presente coletânea contribua para visibilizar a produção de pesquisas contemporâneas sobre gênero e desenvolvimento, as quais tecem reflexões e diálogos sobre a implementação de políticas públicas no Brasil e Países Andinos da América Latina, que visam contribuir para o empoderamento feminino e transformação das relações hierárquicas de poder.

Parry Scott

I - GÊNERO E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA, EQUIDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO PERU, EQUADOR E BOLÍVIA¹

Maxine Molyneux² | University of London
Marilyn Thomson³ | City University London

Gênero, pobreza e proteção social

Iniciativas de proteção social são programas adotados por governos para proteger cidadãos da vulnerabilidade e da extrema privação. A maioria não aborda questões de gênero, apesar das políticas estarem cada vez mais interessadas em ir além do alívio da pobreza, para

1 Esse texto é uma tradução do artigo: “Cash transfers, gender equity and women’s empowerment in Peru, Ecuador and Bolivia”, publicado por Maxine Molyneux e Marilyn Thomson (2011), na revista *Gender & Development*, v.19, n2. A tradução do artigo para publicação nesse livro foi devidamente autorizada pela autora Maxine Molyneux. Tradução realizada pela prof^a M^a Amanda Scott (DRT- PE 3575).

2 Professora de Sociologia e Diretora do *Institute for the Study of the Americas*, *University of London, UK*. americas@sas.ac.uk

3 Consultora independente, pesquisadora visitante (honorária) na *City University* e codiretora do *London-based Central America Women’s Network* (Rede de Mulheres da América Central, sediada em Londres). marilynthomson@blueyonder.co.uk

enfrentar as fontes de risco e vulnerabilidade. Por causa desta cegueira para as questões de gênero, os programas de proteção social frequentemente falham em abordar (ou só parcialmente abordam) as necessidades de mulheres em vulnerabilidade. Ainda, faltando poucos anos para atingir as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) concernentes ao empoderamento das mulheres e igualdade de gênero, países em desenvolvimento, organizações e agências de desenvolvimento precisam melhorar o desenho de programas antipobreza para torná-los mais conscientes de questões gênero.

Os programas de transferência condicionada de renda (CCT⁴) juntamente com programas/projetos de microcrédito, estão entre os instrumentos de políticas mais favorecidos pelos governos para combater a pobreza. Em geral, eles obtêm êxito em aumentar a frequência das crianças à escola, e melhoram os indicadores nutricionais e de saúde. Eles são inovadores em entregar a transferência diretamente às mães, juntamente com a responsabilidade do cumprimento das condicionalidades estabelecidas. Além de assegurar a frequência dos filhos à escola e clínicas de saúde, as mães têm de frequentar palestras sobre cuidados de saúde e nutrição.⁵

Tornar as mães centrais nos CCT é entendido como a chave para o sucesso desses programas, já que, em geral, confia-se nas mulheres para cumprir com as responsabilidades para com seus filhos e gastar o dinheiro que lhes é dado de acordo com as necessidades deles. Os CCT trazem alguns ganhos às mulheres: como resultado de receberem e administrarem a transferência, muitas reportam que elas desfrutam de um aumento no status familiar e na vizinhança, e exercitam mais controle sobre as despesas da residência (ESCOBAR LATAPI; ROCHA, 2009). Esses benefícios são frequentemente a base para a alegação de que os CCT “empoderam” mulheres. Tais alegações

4 Utilizaremos a sigla CCT (*Conditional Cash Transfer*) para mencionar os programas de transferência condicionada de renda, em respeito à terminologia utilizada pelas autoras.

5 Para mais leitura sobre CCT Latino Americanos veja: “*Conditional cash transfers and women’s empowerment: annotated bibliography*”, por M. Molyneux e C Tabbush, disponível online em <http://americas.sas.ac.uk/about--us/staff/maxine.molyneux.html> (acessado em 16 de junho de 2011).

são, no entanto, infrequentemente examinadas em profundidade ou detalhe; tampouco o desenho dos programas de transferência de renda ou o impacto nas relações de gênero no âmbito doméstico são levados em consideração na maioria das avaliações.

Num esforço para remediar essa ausência, a *CARE International UK* encomendou pesquisa sobre programas de transferência de renda em três países na região andina da América Latina: Peru, Bolívia, e Equador. Neste artigo, apresentamos algumas das principais descobertas da pesquisa, a qual ocorreu entre setembro e outubro de 2010.⁶ Esses achados se relacionam com as comunidades onde o trabalho de campo foi conduzido, então poderá haver variações desses resultados em outras áreas.

Políticas de gênero e direitos das mulheres

Todos os três países têm visto algumas melhoras notáveis nos indicadores de desenvolvimento humano nas últimas décadas, e os governos do Peru, Equador e Bolívia, todos têm assumido fortes compromissos com a igualdade de gênero. No entanto, há ainda significantes lacunas de gênero na renda, educação e saúde, entre as comunidades mais pobres e marginalizadas que são foco dos programas de proteção social que nós analisamos.⁷ Este é o caso especialmente em famílias e comunidades indígenas, onde filhas mulheres têm um status comparativamente baixo desde o nascimento, e crescem com menos educação e

6 No estudo, 159 mulheres participaram nas discussões em grupos focais e levantamentos (Bolívia 56, Equador 52, e Peru 51); 39 entrevistas em profundidade foram realizadas com mulheres beneficiárias (Equador 12, Bolívia 15, e Peru 12) e um total de 82 entrevistas (Bolívia 56, Equador 14, e Peru 12) foram feitas com informantes chave como tomadores de decisão, líderes comunitários, promotores de saúde, e homens na comunidade. Entrevistas e grupos focais aconteceram de 14 de setembro a 8 de outubro de 2010.

7 O último Relatório de Desenvolvimento Humano na região LAC (PNUD 2010), que rastreia lacunas em saúde reprodutiva, empoderamento, e participação na força de trabalho, mostra que a discriminação de gênero está bem acima da média mundial principalmente devido às altas taxas de nascimento de crianças entre adolescentes e baixa participação de mulheres na economia salarial.

uma nutrição mais pobre que seus irmãos. A elas são atribuídos papéis e responsabilidades de menor valor na família, geralmente auxiliando as mães com tarefas domésticas e cuidados. Na vida adulta, mulheres em comunidades indígenas são mais vulneráveis que outras aos riscos de saúde de gravidez e parto: os índices de mortalidade e morbidade maternas são mais altos entre grupos de baixa renda e indígenas. Finalmente, sua renda e chances de vida são tipicamente menores que a dos homens de status socioeconômico comparável (PNUD, 2010; Kabeer, 2011).

Peru

Nos anos recentes, o governo do Peru introduziu um número de medidas políticas e leis (VARGAS, 2010) que objetivam promover a igualdade das mulheres, erradicar a discriminação contra a mulher, combater a violência familiar e sexual, a gravidez indesejada; acessar a educação, a oportunidades econômicas, a crédito e a títulos de propriedade. O Plano de Oportunidades Iguais (Gobierno de Perú, 2006) promoveu transversalização de gênero a nível tanto nacional quanto local, e priorizou apoiar especialmente mulheres em áreas rurais. No entanto, o financiamento para a implementação do plano foi limitado, e dificultou executá-lo efetivamente. Outras medidas sendo desenvolvidas, que ainda estão em estágio preliminar, são para incluir uma perspectiva de gênero nos gastos do setor público, de acordo com a política acordada (Ley de Propuesto del Sector Público – Gobierno de Perú, 2007).

A sociedade civil e organizações de mulheres, juntamente com Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais, também têm desenvolvido programas sobre orçamentos com enfoque de gênero, junto com indicadores para mensurar o progresso na igualdade de gênero. Apesar de ter havido progresso significativo em políticas e serviços para enfrentamento da violência contra a mulher, com, por exemplo, uma rápida expansão de serviços gratuitos para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, esses serviços são afetados por recursos financeiros e humanos insuficientes.

O CCT *Juntos*, que foi o foco de nossa pesquisa, opera no Peru desde 2005. O mesmo tem tido contato limitado com diferentes programas estatais e apesar da Ministra para o Desenvolvimento das Mulheres e Social compor a comissão diretora do *Juntos* e haver um acordo oficial entre o programa e o Ministério, este acordo é restrito a dar suporte à distribuição de alimentos e melhorar o acesso das participantes na obtenção de documentos de identidade, e não cobre questões relativas a igualdade de oportunidades, ou reduzir a violência contra as mulheres⁸.

Bolívia

Na Bolívia, um novo Plano de Desenvolvimento Nacional (Gobierno de Bolívia, 2006) foi apresentada durante a presidência de Evo Morales. Este plano declarou que a todos deveria ser dada igualdade de oportunidade, independente de gênero e etnicidade; e a nova constituição política, que entrou em vigor em 2009, fez um compromisso para erradicar todas as formas de discriminação contra a mulher. O Vice-Ministério para Igualdade de Oportunidades foi criado no Ministério da Justiça, em 2009, como meio do Estado avançar em políticas para as mulheres, e promover seus direitos, no lugar do anterior Ministério de Gênero e Geração. O Vice-Ministério é responsável por desenvolver planos nacionais para políticas públicas em direitos das mulheres, e desenvolver estratégias para incorporar as demandas de grupos de mulheres indígenas, rurais, e grupos de mulheres historicamente excluídos, nas políticas governamentais e leis (SALINAS *et al*, 2009).

O atual Plano Nacional para Igualdade de Oportunidades [2008-2020] inclui provisões específicas em equidade de gênero, e

8 As condicionalidades do programa focam no bem estar da criança, especificamente: registro de certidões de nascimento e documentos de identidade; *check-ups* de saúde preventivas para crianças abaixo de cinco anos e mulheres grávidas (vacinas, desenvolvimento da criança e suplementos nutricionais, checagens pré e pós natais); palestras educacionais sobre nutrição e saúde reprodutiva (planejamento familiar) e o registro e frequência escolar para crianças de idades entre 6-14 anos.

reconhece a contribuição das mulheres para o desenvolvimento do país (YBARNEGARAY, 2009). Nele está declarado que as mulheres têm direitos iguais a serviços, a participar de maneira completa na tomada de decisões, e a uma vida livre de violência. E que o Estado e as políticas públicas estão efetivamente comprometidos a fazer mudanças nas relações de gênero.

A *Bono Juana Azurduy* (BJA) é um CCT que tem operado desde abril de 2009, como parte do esforço do governo em atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especificamente para reduzir a mortalidade materna e a pobreza extrema. É um dos diversos programas de proteção social que funcionam simultaneamente para dar suporte à educação das crianças e assegurar cuidados aos idosos. Uma Rede de Proteção Social foi organizada para coordenar entre diferentes departamentos de governo, políticas e programas sobre questões de proteção social (CASTRO, 2010). No entanto, no desenvolvimento da estratégia do BJA, nem a Unidade de Gênero do Governo e nem outras agências das mulheres foram consultadas. De acordo com nossas informantes, esta falta de consulta é a razão pela qual as questões de direitos das mulheres foram deixadas de lado e um foco técnico, administrativo e de saúde prevaleceu no desenho e na implementação do programa BJA (CASTRO, 2010).

Equador

A nova Constituição da República do Equador, que passou a vigorar em 2008, declarou que o Estado formularia e implementaria políticas que levassem à igualdade entre mulheres e homens (Asamblea Constituyente, 2008). O principal corpo estatal responsável por desenvolver e promover políticas públicas com um foco de gênero foi, até 2009, a Comissão Nacional das Mulheres (CONAMU) que era proximoamente ligado ao gabinete do Presidente. Os objetivos da CONAMU eram formular políticas que promovessem os direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, e seu acesso à justiça. O segundo Plano para Oportunidades Iguais do país (2004-2009) incluiu objetivos de destinar orçamentos com enfoque de gênero, providenciando suporte

técnico na desigualdade de gênero e promovendo a participação de cidadãos. O plano foi implementado através de diferentes setores com a participação de organizações feministas.

No entanto, a CONAMU foi dissolvida em 2009, sua equipe demitida, e foi colocado em seu lugar uma Comissão de Transição (*Comisión de Transición*), trabalhando para criação de um Conselho de Igualdade de Gênero. O Conselho tem um escritório administrativo pequeno, o qual não tem relação com o movimento de mulheres e poder político. O desenvolvimento da próxima fase do Plano de Oportunidades Iguais (2009-2013) não foi adiante por não ser uma prioridade para o governo e então houve pouco progresso no trabalho em direção aos direitos iguais das mulheres.⁹

O CCT *Bono de Desarrollo Humano* (BDH) foi estabelecido no Equador, em 1998. A CONAMU e a Secretaria Técnica da Frente Social (o ministério de governo responsável pelo monitoramento e avaliação do BDH) concordaram em trabalhar juntas para integrar questões de gênero na política social. Apesar do comprometimento de transversalizar questões de gênero em tais iniciativas, estas não figuraram significativamente no desenho original do programa BDH (Armas, 2005), que provê transferências em dinheiro para as famílias mais pobres e está direcionado às mães, especialmente mulheres chefes de família, aos deficientes e aos idosos.

Após a eleição de Rafael Correa como presidente em 2007, um novo foco foi dado ao BDH. Os benefícios monetários (conhecidos como *bonos* em espanhol) eram agora promovidos como um reconhecimento financeiro do trabalho das mulheres no lar, com o slogan, “O Benefício – seu trabalho conta!”. O relançamento do BDH reconheceu que o *bono* era somente uma pequena remuneração comparada com o “imenso trabalho feito por mães nos lares” nas palavras do Presidente (ARMAS; CONTRERAS, 2010).

Esta mudança de foco foi uma resposta às demandas das mulheres para que seu trabalho doméstico e de cuidado fossem valorizados. No entanto, este ganho foi uma faca de dois gumes, já que tinha

9 Correspondência com FU e MM, CARE Ecuador Office, abril de 2011.

como premissa de que as mulheres estariam cumprindo o papel tradicional esperado de mães, associadas como as principais cuidadoras e trabalhadoras não pagas em suas casas. Isto teve o efeito de reforçar a divisão de gênero de trabalho dentro do lar. Este foco no papel das mulheres foi abandonado na sequência da reeleição de Correa em 2009, e os indicadores de desenvolvimento humano foram reenfatizados (ARMAS; CONTRERAS, 2010).

Transversalizando gênero nos CCT

Em nossa pesquisa, estávamos interessadas em descobrir o quanto os compromissos da política oficial para com os direitos e a igualdade das mulheres foram efetivados, na concepção e na implementação dos três programas de proteção social apresentados acima. Consideramos políticas e programas com enfoque de gênero, aqueles que incorporaram os princípios de igualdade de gênero no seu desenho. Isto implicaria o seguinte: que treinamento e recursos sejam alocados para fortalecer as capacidades das mulheres; o empoderamento social e econômico das mulheres esteja explícito no objetivo dos programas; eles incluem políticas para família que reconhecem o papel das mulheres em cuidar, mas também promover arranjos alternativos de cuidados com as crianças; eles objetivam transformar as relações de gênero através de encorajar maior igualdade e, quando apropriado, envolver homens nas atividades dos programas. Finalmente, as participantes devem ter voz no desenho dos programas, em sua implementação e avaliação (MOLYNEUX, 2008). No entanto, nossa análise dos programas revela pouco sinal desses princípios de igualdade de gênero e empoderamento sendo transversalizados nos programas.

Descobertas de pesquisa de campo: como os programas funcionam

Uma das condições do Programa *Juntos* no Peru é que as mães frequentemente palestras, ofertadas em centros de saúde, sobre tópicos como

nutrição e planejamento familiar (PEROVA; VAKIS, 2009). Essas são geralmente realizadas em dias quando as mulheres recebem os pagamentos, e abordam assuntos como higiene, saúde infantil e relações familiares. No entanto, não tratam de questões de gênero, ou dão muita ênfase na discussão de aumentar a participação de homens em cuidados por membros da família ou trabalho doméstico. Poucos homens frequentam estes encontros, já que se presume que mães são primariamente responsáveis pelo bem-estar das crianças.

As mulheres que foram entrevistadas em nossa pesquisa estavam interessadas não apenas em melhorar seu conhecimento e habilidades em produção, mas também queriam saber mais sobre seus direitos e como defendê-los, de maneira que elas “não se sentissem humilhadas na comunidade” (entrevista com uma mulher em Acomayo, setembro 2010). O programa *Juntos 2*, recentemente redesenhado, inclui um componente mais estruturado de informação e educação, através de palestras e folhetos objetivando a mudança de comportamento em práticas familiares incluindo saúde das crianças, e nutrição, promovendo uma cultura de poupar, e melhorias em casa, tais como água potável (Gobierno de Perú, 2010). As novas condicionalidades requerem que as beneficiárias se submetam a treinamentos em produção e um novo programa piloto de treinamento em acesso a serviços financeiros e contas de poupança que poderiam potencialmente fortalecer as habilidades financeiras das mulheres¹⁰.

Juntos envolve a sociedade civil na estrutura de gerenciamento do programa. O Comitê Executivo do Programa *Juntos* inclui quatro representantes da sociedade civil que aprovam planos estratégicos e operacionais e o Comitê de Monitoramento Transparência do programa (*Comite de Transparencia y Seguimiento*), que trabalha em nível nacional, regional e local com a participação da sociedade civil e da igreja. As visões das beneficiárias são representadas pelas *Madres Comunitarias* (mulheres líderes de comunidade), que são

10 Este novo piloto está sendo desenvolvido em 24 distritos atualmente, como parceria entre o *Juntos*, o Ministério da Agricultura, o Escritório do Primeiro Ministro, o Banco Nacional, IEP e a CARE Peru, e que espera alcançar 450.000 mulheres nos próximos dois anos. Correspondência com JG, CARE Peru (março de 2011)

presidentes de Comitês de Programas locais. No total, 687 mulheres líderes no país são eleitas pelas beneficiárias e têm o papel de intermediárias com a equipe do programa. As *Madres Comunitarias* têm um papel ativo, fornecendo orientação para as outras mães sobre seus direitos e deveres, e como *supervisoras* sociais, em parceria com a coordenação local do programa (VARGAS, 2010b). As *Madres Comunitarias* têm um perfil diferente de outras mulheres nessas comunidades, porque elas têm experiência como líderes, receberam treinamento, e têm se envolvido em atividades externas as quais aumentaram suas habilidades de liderança, seu conhecimento sobre os direitos das mulheres, e sua habilidade em falar em público e defender esses direitos. Pesquisas sugerem, no entanto, que o papel dessas mulheres líderes – que lhes confere maior poder sobre outras mulheres na comunidade – em alguns casos, podem levá-las a serem autoritárias e apoiar as sanções não-oficiais impostas pela equipe local do programa (IEP, 2009).

Um resultado positivo do *Juntos* em algumas comunidades (IEP, 2009) foi o desenvolvimento de ligações entre o *Juntos* e outros serviços públicos que existem para proteger mulheres e crianças da violência e abuso.¹¹ Significativamente, esses foram um resultado de iniciativas locais, mais do que um requisito do programa. Por exemplo, em Acomayo, um dos locais de nossa pesquisa, mensagens de advertências pelos coordenadores locais do *Juntos*, que ameaçaram parar as transferências monetárias se o comportamento violento dos homens continuasse, levaram a uma redução na violência familiar (*ibid*).

Na Bolívia, as responsabilidades das beneficiárias do BJA incluem frequentar sessões educacionais de rotina e atividades promovidas pelos centros de saúde, sobre assuntos como saúde materna e da criança e planejamento familiar. Em geral, essas seções são exclusivamente para mulheres. Algumas mulheres mencionaram que homens tinham participado de atividades de treinamento, principalmente

11 A clínica de saúde e o *Juntos* referem os casos de violência familiar que chegam à sua atenção a organizações como a *Defensoría Municipal del Niño y el Adolescente* (DEMUNA), o Ombudsman para crianças e jovens.

reuniões sobre reduzir conflitos na família. Isto é parte das atividades das unidades de gênero, em departamentos governamentais. No entanto, essas unidades não se coordenam com o BJA, e as beneficiárias não são geralmente público alvo desses treinamentos. Em nossa pesquisa, somente um exemplo de informação dada às mães que frequentavam a clínica sobre os protocolos e serviços relacionados à violência de gênero foi citado. De acordo com uma beneficiária que frequentou essas oficinas: “Eles falam com as mulheres sobre vitaminas e ferro... Eles não falam com elas sobre seus direitos. Eles deveriam pelo menos ter um módulo sobre violência e gravidez” (entrevista com informante-chave, La Paz, 29 de setembro de 2010). Como o BJA é ainda um programa relativamente novo, o impacto nas beneficiárias e suas famílias da informação recebida pelas mulheres ainda precisa ser avaliado. Esperançosamente, estratégias de informações diferentes, educação e comunicação serão integradas à estrutura do programa no futuro.

Diferentemente dos *CCT* no Peru e na Bolívia, o programa *BDH* no Equador não oferta componentes de treinamento, e não há atividades do programa envolvendo a participação da comunidade. Consiste apenas em distribuir transferências monetárias, através de uma rede de bancos e cooperativas e promover condicionalidades para saúde e educação. Contudo, o *BDH* efetiva ligações com outros programas sociais que incluem treinamento, tais como o Crédito para Desenvolvimento Humano, um programa de microcrédito que oferece cursos de treinamento para beneficiários. Mas apenas as mulheres entrevistadas em Quito haviam participado de cursos de treinamento (de costura e panificação), os quais objetivavam ajudar as beneficiárias a conseguir trabalho. Algumas mulheres disseram que o curso não as ajudou, já que há muitas pessoas procurando trabalhos nessas ocupações. No entanto, uma mulher disse que: “o treinamento me ensinou como investir meu dinheiro e eu fui motivada a montar meu próprio negócio fazendo e vendendo pão” (Grupo Focal, Quito, 14 de setembro de 2010).

O programa *BDH* tentou melhorar o acesso das beneficiárias a informação ao oferecer ligações telefônicas gratuitas, mas as consultas são limitadas a fornecer informação sobre como podem se ingressar

no programa. A participação das mulheres beneficiárias é restrita ao cumprimento com as condições, e não há mecanismo para que elas participem nas tomadas de decisão no programa. Nenhuma das mulheres que nós entrevistamos foi consultada sobre o funcionamento do programa, e a sua participação nos grupos focais como parte de nosso estudo, foi a primeira vez que alguém tinha perguntado a elas sobre suas visões acerca do *BDH*.

Tabela 1: Principais características dos CCT

<i>Juntos - Peru</i>	<i>BJA - Bolívia</i>	<i>BDH - Equador</i>
Transferência é de US\$ 75 a cada dois meses (US\$ 1,23 por dia)	Transferência é de US\$ 250 distribuídos em 33 meses (US\$ 0,20 por dia)	Transferência é de US\$ 35 mensalente (US\$ 1,15 por dia)
Exigência: Ter documentos de identidade	Exigência Ter documentos de identidade e um formulário com a data do último check-up do centro de saúde	Exigência: Ter documentos de identidade para acessar serviços de saúde
Prioridades: Famílias pobres com crianças abaixo de três anos; famílias onde as crianças não estão indo regularmente à escola	Prioridades: Diminuir mortalidade materna e infantil e desnutrição crônica em meninos e meninas abaixo de dois anos	Prioridades: Diminuir níveis de desnutrição crônica e doenças preveníveis em crianças abaixo de cinco anos; garantir que crianças vão para a escola, proteger os idosos e deficientes
Condicionalidades: Levar crianças para check-ups de saúde e nutrição; garantir frequência regular das crianças na escola. Se essas condições não forem cumpridas sanções são aplicadas	Condicionalidades: As mulheres grávidas devem frequentar clínicas para checagens de saúde pré e pós-natal e parto; checagens de saúde para bebês e crianças	Condicionalidades: Levar regularmente crianças abaixo de seis anos para check-ups de saúde; garantir 90% de frequência escolar; mães tem que fazer exames de citologias e mamografias

Juntos - Peru	BJA - Bolívia	BDH - Equador
<p>Abrangência: Começou em 2005. Implementado em 638 distritos em 14 regiões atingindo 460.597 lares (agosto 2010).</p> <p>As transferências são fornecidas por um período inicial de quatro anos, podem ser estendidos por mais quatro anos após revisão e certificação.</p>	<p>Abrangência: Iniciou em abril de 2009</p> <p>Inicialmente introduzido em 52 municípios, no fim do primeiro ano havia 374.080 beneficiários (maio de 2010)</p> <p>Inicialmente um programa de cinco anos.</p>	<p>Abrangência: Começou em 1998 1.180.779 mães foram auxiliadas em 2010 (programa em continuidade)</p>

O movimento das mulheres e os CCT

Organizações de direitos das mulheres e ONGs poderiam ser parceiros valiosos na melhoria do desenho e na implementação dos CCT, ainda que seu papel nos casos dos três países tenha sido bastante limitado.

Na Bolívia, o BJA foi desenhado para ser um projeto interssetorial que requeria a participação de organizações de mulheres, principalmente a Federação Bartolina Sisa de mulheres rurais (fundada em 1980). De fato, como uma informante chave explicou “O presidente [Evo Morales] delegou às *Bartolinas* o controle social do *bono*” (entrevista, FC, 29 de setembro de 2010) e nenhum outro grupo de mulheres ou entidades estavam envolvidos. Foi preparado um guia sobre organização social para as líderes da *Bartolina Sisa*, para capacitá-las a levar adiante a estratégia em diferentes municípios e comunidades. No entanto, seis meses depois, como resultado de irregularidades e dificuldades no acesso a pagamentos, especialmente em áreas rurais, as líderes da *Bartolinas* exibiram um comunicado de imprensa

anunciando que iriam se retirar de seu papel (no Programa). Como especulou a informante em nossa pesquisa, isso foi “possivelmente porque elas não conseguiram exercitar nenhum controle social real para beneficiar mulheres” (entrevista, FC, 29 de setembro de 2010). Na pesquisa nós entrevistamos membros locais da *Bartolinas*, voluntárias do programa, que disseram que tentaram dar suporte às beneficiárias com orientações, mas a elas não foi dada orientação clara sobre seu papel no programa BJA (CASTRO, 2010).

No Peru, a organização de mulheres *Movimento Manuela Ramos* tem contato em nível local com algumas beneficiárias do programa que são membras de sua organização, mas têm pouco contato formal com os funcionários do programa nacional. Elas prepararam um relatório sobre o programa *Juntos* (Bravo, 2007), que incluiu uma análise de gênero do programa olhando especificamente para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O relatório foi apresentado ao ministério responsável pelo programa, mas não foram feitos esforços subsequentes pelo *Juntos* para trabalhar com as *Manuelas* para levar adiante suas recomendações.

No Equador, organizações de mulheres locais não foram envolvidas no CCT. No entanto, algumas das mulheres beneficiárias entrevistadas são membras de organizações de mulheres e reportaram que aprenderam sobre seus direitos através dessas organizações. Mulheres que participaram em nossas discussões em grupo focal estavam de acordo que: é importante se organizar, para ter mais força, para aprender mais e para estar melhor conectadas. No entanto, elas também destacaram que é difícil para algumas mulheres participar na vida e nas atividades de organizações de mulheres, seja porque não sabem ler, ou porque não têm tempo para ir para reuniões, por conta de responsabilidades em casa (Grupo Focal, Quito, 14 de setembro de 2010).

O impacto dos CCT: a visão de baixo

Nesta seção, nós apresentamos alguns dos achados relativos aos efeitos percebidos dos CCT em mulheres beneficiárias, e consideramos a significância das mudanças que emergiram dos programas.

Uma questão destacada por informantes chave no Peru é que a participação no *Juntos* levou a um maior apoio tanto para meninas como meninos frequentarem a escola e, nas palavras de uma mãe “agora eles vão melhor vestidos, mais limpos e alimentados” (Grupo Focal, Acomayo, setembro de 2010). Previamente, havia ausências frequentes porque crianças, especialmente meninas, eram necessárias para trabalhar nos campos e cuidados com a agricultura de subsistência. Dentre os resultados de uma avaliação de impacto da educação (PEROVA; VAKIS, 2009) é interessante notar que os filhos das beneficiárias que haviam estado no programa ao longo de um a dois anos eram mais prováveis de continuar indo à escola, e frequentar regularmente, e que este efeito foi maior em meninas do que em meninos.

O aumento no controle (da frequência) e estímulo à escola foi apreciado pelas mulheres: nas entrevistas. Elas se referiram frequentemente a terem melhorado na interação com os professores, e disseram que visitam as escolas mais frequentemente para perguntar sobre o progresso de seus filhos. Isso foi confirmado por uma das autoridades em Acomayo, que disse: “elas aprenderam que educação é um direito e uma obrigação” (entrevista, Acomayo, setembro de 2010).

As mulheres entrevistadas deram valor especial à educação das meninas, e avaliaram que isso era por conta de sua própria situação, e sua percepção de se sentirem “para trás”, sendo humilhadas porque não falavam espanhol corretamente e sentindo que tinham conhecimento insuficiente para serem capazes de se defenderem de maus tratos. Uma beneficiária entrevistada disse:

Sou mal tratada porque não entendo espanhol, isso me faz sentir mal, não posso falar com outros e eu não posso ajudar meus filhos com sua tarefa de casa, isso me deixa triste (G, Coporaque, setembro de 2010).

De fato, as mulheres consideraram que educação era importante para evitar ser mal tratadas, para conseguir empregos bem remunerados e para ter menos filhos. Elas enfatizaram que meninas e meninos têm o mesmo direito a estudar. Como uma mulher explicou:

Eu não quero que nossas filhas sejam mal tratadas como eu fui, eu quero que elas estudem.... Em minha ignorância eu falhei no planejamento familiar e eles fizeram o que quiseram comigo no posto médico... Ela saberá melhor porque ela estudou e não irá falhar. (M, Acomayo, setembro de 2010).

No Equador, a maioria das mulheres entrevistadas tinha completado a educação primária, mas poucas tinham terminado a escola secundária. O programa foi visto como não tendo impacto no nível da educação das mães ou até, aparentemente, em sua consciência de seu próprio direito à educação. No entanto, como as mulheres no Peru, aquelas que tinham menos educação consideraram que a falta de educação formal as tinha afetado, porque elas não conseguiam empregos, e não conseguiam ajudar seus filhos com as tarefas de casa. Uma mulher, em um grupo focal resumiu: “Sem uma educação nós podemos apenas lavar roupa, não podemos trabalhar em um escritório ou ter uma carreira” (Esmeraldas, setembro de 2010).

Na Bolívia, as condicionalidades com as quais as mulheres tinham que cumprir para receber o *bono* eram vistas como controladoras das escolhas reprodutivas das mulheres e algumas das informantes-chave consideraram que o BJA violava os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Por exemplo, o programa tenta impor espaçamento dos nascimentos, de forma a não permitir que as mulheres reivindiquem um segundo benefício se elas engravidarem novamente dentro de dois anos de um nascimento anterior. Quando as mulheres fazem aborto ou têm aborto espontâneo elas não têm permissão para se candidatar para um benefício por mais outros três anos, a elas é informado que as razões são médicas, mas as nossas informantes consideraram que essas mulheres são injustamente penalizadas.

No Peru e na Bolívia, as mulheres reclamaram de frequentes maus tratos e tempo de espera longo nos centros de saúde, o que é especialmente problemático para aquelas que têm que andar por muitas horas para chegar aos serviços. Também houve tensões com respeito à exigência de que as mulheres devessem realizar o parto no centro de saúde. Apesar de ter um parto hospitalar não ser uma condição do

programa na Bolívia, na prática, as mulheres podem ter os benefícios temporariamente suspensos se tiverem um parto em casa.

Há “casas de parto”, que permitem que mulheres de comunidades distantes fiquem próximas ao centro de saúde até que entrem em trabalho de parto. Mas essas *casas* não são sempre aceitas porque isso significa que as mulheres têm que deixar suas famílias e atividades diárias, como cuidar de animais. O programa chega a incluir algumas medidas para seguir costumes e práticas culturais em partos hospitalares. Por exemplo, é permitido que a mulher fique em posição de pé no parto, ervas medicinais tradicionais podem ser usadas, e é permitida a presença de um parente próximo durante o parto (Castro, 2010). No entanto, este respeito a algumas práticas culturais fez pouco para compensar o sentido das mulheres de falta de entendimento entre elas e a equipe do hospital. Nossa pesquisa indicou que a falta de confiança e o medo de maus tratos significa que algumas mulheres indígenas preferem parir em casa, onde elas também têm assistentes de parto tradicionais (CASTRO, 2010).

Resumindo, em todas as áreas estudadas, nossos achados mostram que beneficiárias dos CCT encararam dificuldades em acessar serviços de saúde e serviços financeiros e que a relação entre as mulheres e os fornecedores dos serviços era problemática. Houve exemplos em todos os países de discriminação racial e maus tratos de mulheres beneficiárias por parte da equipe dos centros de saúde. Apesar de décadas de reforma legal para abranger direitos indígenas, pareceu haver uma surpreendente falta em muitos destes CCT (e serviços ofertados) de tratamento respeitoso e digno para com as mulheres, particularmente em relação às mulheres indígenas e pouca evidência de informação culturalmente apropriada foi fornecida especialmente em relação à saúde das mulheres.

Empoderamento: dois passos pra frente, um passo pra trás?

Como notado anteriormente, não foram construídos elementos significantes no desenho dos programas com o objetivo de apoiar o

empoderamento das mulheres ou igualdade de gênero, apesar do comprometimento com estes objetivos nas políticas públicas. No entanto, nossa pesquisa indicou que houve alguns ganhos que foram avaliados por beneficiárias dos programas. Se esses ganhos podem ser considerados “empoderadores” depende da forma pela qual o termo é definido. Empoderamento pode ser visto como um processo gradual, durante o qual as mulheres se tornam capazes de fazer escolhas mais informadas, e adquirem novas habilidades que as possibilitam transformar essas escolhas em ação. Estes CCT oferecem pouco para as mulheres, no sentido de dispor para as mesmas novas habilidades e ampliar a capacidade de fazer escolhas informadas, nem tampouco consideram suas necessidades particulares e vulnerabilidades. No entanto, eles parecem trazer algumas pequenas, mas significativas mudanças nas maneiras em que as mulheres percebem a si mesmas e suas responsabilidades com a casa. É, no entanto, uma questão aberta se estas mudanças podem ser sustentadas quando elas deixam o programa.

É importante notar que nenhuma das beneficiárias que participaram nos grupos focais nas áreas urbanas ou rurais estavam familiarizadas com o conceito de empoderamento. Para algumas mulheres indígenas, esta noção contrasta com sua compreensão de papéis de gênero e dinâmica social, que destaca a importância do bem do grupo – seja a casa ou a comunidade – e focam nas relações entre membros do grupo ao invés de nas preocupações das mulheres como indivíduos. Dentro da cosmologia Andina, a ideia de complementaridade dos papéis da família baseados em sexo permanece significativa em algumas regiões e comunidades (PRIETO *et al*, 2010:205).

No curso das discussões, as mulheres adaptaram o conceito de empoderamento a sua própria realidade. Por exemplo, nos grupos peruanos, visões típicas entre a maioria das mulheres participando nos grupos focais foi que empoderamento significava: *ser capaz de tomar suas próprias decisões, ter orgulho de si mesmas e ser capaz de falar, e mulheres não se permitirem ser marginalizadas ou tratadas mal*. Na Bolívia, algumas das mulheres reconheceram que as mulheres estavam exercitando aspectos limitados do empoderamento em relação à tomada de decisões e aquisição de conhecimento. Similarmente, mulheres no Equador desenvolveram sua própria definição de empoderamento,

a qual um grupo focal no Quito resumiu como: *ser positiva, acreditar que é valiosa, lutar para ser alguém, ser independente e auto-suficiente* (Grupos Focais nos três países aconteceram entre 20 de setembro e 8 de outubro de 2010).

Essas definições refletem a realidade diária das beneficiárias destes programas, vivenciadas dentro de seus contextos culturais específicos. Então, por exemplo, mulheres indígenas consideraram mais relevante falar sobre o significado de empoderamento em relação ao seu papel como mães; em contraste, as mulheres afrodescendentes no Equador consideraram sua habilidade de reconhecer e afirmar seu próprio valor, e fazer parte igualmente nas tomadas de decisão na família e na comunidade foram mais relevantes. Para as últimas, ser independente é o resultado de defender a si mesmas e uma realização pessoal frente às relações desiguais de poder na casa. Apesar de muitas mulheres considerarem o *bono* um fator de empoderamento, elas o viram como alguém de ajudá-las na conquista do mesmo, se é entendido desta maneira, como, foi principalmente desenhado para apoiar seus filhos e famílias mais do que abordar as necessidades das mulheres.

No curso de nossa pesquisa, nós identificamos variadas maneiras pelas quais a participação nos CCT apoiou o sentimento de empoderamento das mulheres em suas próprias vidas. Um dos efeitos positivos foi que as tarefas exigidas das mulheres para que pudessem tomar proveito do programa (por exemplo, candidatar-se e obter o *bono*, ir ao banco, e ganhar acesso a serviços financeiros) tinha ajudado a fortalecer sua autoestima. Os benefícios são geralmente pagos diretamente às mulheres, e muitas mulheres disseram que isto tinha aumentado seu poder de tomada de decisão na casa, as colocando em uma posição mais forte de negociação com seus parceiros em questões do dia-a-dia, como com o que gastar seu dinheiro. No entanto, os programas não ajudaram as mulheres a abordar a divisão desigual de gênero de trabalho em casa, já que – como discutido anteriormente – as condições ligadas a receber o dinheiro geralmente aumentam o trabalho das mulheres, e não encoraja o envolvimento dos homens no cuidado com as crianças.

Um elemento dos programas em todos os três países é que para obter a transferência monetária, as mulheres devem ter um

documento de identidade. No entanto, mulheres indígenas e rurais pobres não têm documentação oficial, e os filhos não são registrados no nascimento. Os programas fornecem assistência para obter tal documentação, que é uma contribuição importante para a inclusão e cidadania das mulheres e dá suporte a seu acesso a direitos. Mas essa exigência também exclui algumas mulheres e crianças, especialmente morando em comunidades mais distantes de ganhar acesso a esses mesmos direitos. As exigências do programa de que as mulheres deveriam frequentar reuniões e viajar para a cidade para elas mesmas coletarem os benefícios significa aumento da liberdade para algumas mulheres, apesar de se adicionar à lista de tarefas e obrigações em seu trabalho diário. Isso é especialmente assim para aquelas que moram em comunidades isoladas, já que elas conseguem receber informações e conhecimentos novos, através de idas a palestras e criação de redes com outras mulheres.

O empoderamento econômico das mulheres parece, assim, ser alcançado marginalmente, mas em geral os benefícios dos programas apoiam principalmente suas necessidades básicas de bem-estar. Os CCT fornecem algum suporte à economia local, e um pouco disto vai para as mãos das mulheres. No Equador, por exemplo, mercados locais estavam acontecendo no dia do pagamento do *bono*, já que os negociantes entendiam a necessidade de atrair mulheres para gastar seu dinheiro imediatamente. Em termos do impacto na vida de trabalho das mulheres beneficiárias, houve relatos de que o *bono* era um desincentivo para algumas mulheres procurarem trabalho no mercado de trabalho, e algumas beneficiárias estavam desistindo das tradicionais trocas de trabalho recíprocas e de apoiar outros (membros) na sua comunidade. Houve alguns casos de mulheres que usaram os benefícios para desenvolver um pequeno negócio, como investir em agricultura de subsistência ou sementes ou ganhar micro-crédito para iniciar um pequeno negócio. Algumas também pouparam o dinheiro para as futuras necessidades dos filhos. Como as mulheres apontaram, muito mais poderia ser feito para fornecer treinamento em montar micro empreendimentos, em negociação e em gerenciamento de finanças.

Apesar das percepções positivas do impacto destes programas nas condições de vida das mulheres, houve também alguns

efeitos negativos não intencionais. As próprias mulheres expressaram as maiores críticas, referentes ao relacionamento com os fornecedores do serviço e o tratamento nos bancos e clínicas. Barreiras de linguagem para mulheres indígenas foram fonte de discriminação e um problema comum identificado pelas entrevistadas foi estigma, evidente na falta de respeito a beneficiárias por funcionários por conta de serem pobres e de comunidades indígenas/negras. Novos estereótipos estão sendo gerados, com acusações de que as beneficiárias são preguiçosas ou que têm mais filhos para poder estender a transferência, o que impacta negativamente na autoimagem das mulheres. Tivemos relatos das casas das mulheres serem visitadas, suas roupas escrutinadas, e serem ameaçadas de ter o *bono* tirado se parecessem melhorar seu padrão de vida, ou não atingissem as condicionalidades. Nossa pesquisa sugeriu que essas questões não foram solucionadas pelos dirigentes dos programas, nem havia mecanismos disponíveis para que reclamações fossem registradas.¹² Houve também casos em que os *bonos* criaram divisões em algumas comunidades, como resultado de uma falta de consistência, clareza e entendimento sobre as regras de inclusão do programa.

Todos os três governos reconheceram a importância de confirmar os direitos culturais das comunidades, e a necessidade de enfrentar o racismo, e assim requerem que os funcionários dos programas certifiquem que comunidades indígenas sejam tratadas com o devido respeito. No Peru e na Bolívia, serviços de saúde do estado foram criticados por nossas respondentes por falhar em promover qualquer consciência de direitos, pela falta de relações interculturais respeitadas, maneiras apropriadas de fornecimento de informações, e tratamento adequado das mulheres. Reclamações também foram feitas sobre a falta de informações de saúde culturalmente apropriadas e acessíveis.

Nós somos mal tratadas no posto de saúde. Não querem nos atender e nos fazem esperar o dia inteiro (H, mulher em Acomayo).

12 Este foi um achado comum em todos os programas dos países, o qual nós discutimos na oficina da CARE com os pesquisadores locais que aconteceu em Lima, Peru, de 24-25 de outubro de 2010.

Conclusão

Nossa pesquisa descobriu que as políticas e a legislação existentes para apoiar compromissos com equidade de gênero e princípios de empoderamento não estão transversalizadas nos programas de CCT. As mulheres cujas visões nós pesquisamos encaram uma gama de vulnerabilidades específicas de gênero, incluindo emprego precário e oportunidades de geração de renda, violência doméstica, e uma série de riscos relacionados a saúde reprodutiva que precisam ser enfrentados. Esses programas de transferência monetária não foram desenhados para melhorar a vida das mulheres, sendo direcionados a reforçar as chances de vida dos filhos. Ainda, tais “micro-direcionamentos” não apenas deixam de abordar as necessidades de mulheres vulneráveis, mas também privam seus filhos, que iriam de outra forma se beneficiar de melhorias na saúde e na educação de suas mães e de maior igualdade de gênero. Estes programas presumem que as necessidades dos filhos são melhor atingidas através de suas mães, mas dão pouco atenção às possíveis consequências adversas de reforçar o papel de cuidadoras à custa de desenvolver sua capacidade e resiliência para sobreviver à pobreza.

Programas de alívio da pobreza como estes continuam a trabalhar com normas e suposições que podem conduzir ao aumento de riscos para mulheres em comunidades pobres. Como os papéis das mulheres na economia mudaram e se diversificaram, e como a sobrevivência das famílias veio a depender crescentemente das rendas que as mulheres podem gerar, as consequências de fortalecer seu papel na economia de cuidado pode restringir sua possibilidade de escapar da pobreza. Os relatos das beneficiárias de suas experiências dos programas mostraram uma impressionante ausência de quaisquer objetivos relativos a seu próprio desenvolvimento que não fossem relacionados ao seu papel materno. Apesar de as mulheres fortemente se identificarem com seu papel como mães e de apreciarem que ter o controle sobre as transferências era importante para o bem-estar de seus filhos, elas não viram os programas mudando suas próprias vidas significativamente. Isso não foi surpreendente, dado o baixo nível de renda representado pelos *bonos*, mas foi também devido ao desenho dos programas, no

qual faltavam elementos que pudessem permitir às mulheres a oportunidade de autodesenvolvimento.

Estes CCT têm o potencial, se redesenhados, de assistir as mulheres através de abordar suas necessidades e aumentar sua capacidade de avanço econômico e pessoal. Eles poderiam também fazer mais para apoiar e encorajar a voz e a participação das mulheres em suas comunidades. Mas essa oportunidade até o momento foi perdida. A pesquisa identificou algumas áreas onde estes programas poderiam ser adaptados, caso as necessidades e preocupações das mulheres sejam ouvidas e respondidas. Ao atender essas necessidades, os CCT seriam não apenas mais efetivos em combater a pobreza, mas também ajudaria governos a avançar em seus objetivos de atingir maior igualdade de gênero e raça.

Reconhecimento

O relatório de pesquisa da CARE International UK Programas de CCT e Empoderamento das Mulheres no Peru, na Bolívia e no Equador é uma visão panorâmica da pesquisa de campo feita como parte deste estudo colaborativo, que foi escrita em detalhe em três relatórios separados por país. A pesquisa de campo foi conduzida por Rosana Vargas, no Peru, Maria Dolores Castro, na Bolívia, e Amparo Armas e Jacqueline Contreras, no Equador. Muitos agradecimentos a elas e à equipe da CARE International na região por seu apoio no processo de pesquisa e por comentar o relatório e especialmente a Gaia Gozzo em Londres por seus perspicazes comentários e acréscimos. A visão panorâmica do relatório de pesquisa está disponível na CARE International UK.

Referências

Armas, A. (2005) 'Redes e institucionalización em Ecuador. Bono de desarrollo humano', Serie Mujer y desarrollo N8 76. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Santiago de Chile

- Armas, A. and J. Contreras (2010) Investigación sobre el Impacto de los Programas de Transferencia Condicionada ‘Juntos’ en el Perú, ‘Juana Azurduy’ en Bolivia, y ‘Bono De Desarrollo Humano’ em Ecuador, sobre el Empoderamiento de las Mujeres: Informe Ecuador, CARE International, Ecuador
- Asamblea Constituyente (2008) Constitución Política de la República del Ecuador, Quito, [http:// www.asambleanacional.gov.ec/documentos/Constitucion-2008.pdf](http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/Constitucion-2008.pdf) (last accessed 14 June 2011)
- Bravo, R. (2007). Presupuesto por resultados indicadores de género: educación, salud y programa juntos, Manuela Ramos, Peru
- Castro, M.D. (2010) Programa de protección madre niño niña-Bono ‘Juana Azurduy’ Bolivia. CARE International, Bolivia
- CONAMU (2005) ‘Plan de Igualdad de Oportunidades de las Mujeres Ecuatorianas’, Quito, Ecuador, http://plan.senplades.gov.ec/c/document_library/get_file? uuid_5466f7ce-04e1-4f9d-ad44-0e5833c-0f306&groupId_10136 (last accessed 14 June 2011)
- Escobar Latapi, A. and G. de la Rocha (2009). ‘Girls, mothers and poverty reduction in Mexico: evaluating Progresá-Oportunidades’, in S. Razavi (ed.) *The Gendered Impacts of Liberalisation*, New York and Abingdon: Routledge/UNRISD
- Gobierno de Bolivia (Estado Plurinacional de Bolivia) (2006). Plan Nacional de Desarrollo (PND) ‘Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien’, Ministerio de Planificación del Desarrollo; La Paz, http://www.constituyentesoberana.org/3/propuestas/gobierno/11_Min_Planificacion_Plan_Nal_Development_Nal.pdf (last accessed 14 June 2011)
- Gobierno de Perú (2006) ‘Plan de Igualdad de Oportunidades 2006-2010’
- Gobierno de Perú (2007) ‘Ley de Presupuesto del Sector Público’
- Gobierno de Perú (2010) ‘Manual de Operación Programa Juntos’, Lima, Peru
- Instituto de Estudios Peruanos IEP (2009) ‘Estudio de percepción sobre cambios de comportamiento de los beneficiarios y accesibilidad al programa juntos en el distrito de San Jerónimo (Andahuaylas_Apurímac)’, Lima: IEP
- Kabeer, N. (2011) MDGs, Social Justice and the Challenge of Intersecting Inequalities, CDP (Centre for Development Policy and Research) Policy Brief No. 3, March

- Molyneux, M. (2008) 'Conditional cash transfers: a "pathway to women's empowerment"?', IDS Pathways Working Paper 5, Sussex
- Perova, E. and R. Vakis (2009) Welfare Impact of the 'Juntos' Program in Peru: Evidence from a Non-Experimental Evaluation, Lima: World Bank
- PNUD (2010) 'Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad, Informe Regional Sobre Desarrollo Humano para America Latina y el Caribe', New York: UN
- Prieto, M., A. Pequeño, C. Cominao, A. Flores and G. Maldonado (2010) 'Respect, discrimination, and violence: indigenous women in Ecuador; 1990_ 2007', in E. Maier and N. Lebon (eds.) Women's Activism in Latin America and the Caribbean, New Brunswick, NJ: Rutgers University Press
- Salinas, S., M.D. Castro and S. Zuazo (2009) 'Análisis de los Cambios en la Equidad de Género en Bolivia en el período 2004_ 2007', Ministerio de Justicia, Vice ministerio de Igualdad de Oportunidades. Embajada de Holanda
- Vargas, R. (2010a) Informe País _ El Programa Juntos en el Peru', CARE International, Peru
- Vargas, R. (2010b) Gender Risk, Poverty and Vulnerability in Peru. A Case Study of the Juntos Programme, London: ODI
- Ybarnegaray, J. (2009) 'Propuesta de institucionalización de los mecanismos públicos por los derechos de las mujeres' (Perfil de proyecto), La Paz: PADEP/GTZ

O GÊNERO E A MORAL DO DESENVOLVIMENTO: A CONDIÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA

Mani Tebet A. de Marins¹³ | UFRRJ

Introdução

As relações entre Estado e Família se inscrevem em uma longa e complexa história de tensões e compromissos. O Estado sempre oscilou sua intervenção entre indivíduo e família; esta, durante muito tempo, considerada como a primeira forma de poder. Aos poucos, o Estado vai centralizando o poder para si e, recentemente, ele passa a redistribuir seu poder com ela, através de políticas sociais. De acordo com

13 Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós-Doutora pelo NIED (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade) da UFRJ. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ. Suas pesquisas se concentram em duas grandes áreas: políticas públicas e educação sob viés de gênero e raça. A autora possui artigos publicados no *scielo*. Uma publicação recente relacionada com este artigo encontra-se na *Revista Sociologia e Antropologia* (PPGSA-UFRJ), v.04, 02/Out. 2014, sob título “Os repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários do Bolsa Família”. manitebetufrj@gmail.com

Paugam (1999), a família poderia ser considerada uma categoria das políticas públicas latino-americana e de alguns países da Europa, tais como: França, Espanha, Itália. Os pressupostos de responsabilidade e participação social dessas políticas sociais se assemelhariam nestes países no que tange ao aspecto da focalização na família como um ator importante para a resolução de problemas sociais.

A família se inscreve, fundamentalmente, na concepção de proteção social desses países que a pressupõem como unidade básica no estabelecimento de laços de solidariedade. Este modelo se diferiria, por exemplo, dos modelos americano, alemão e inglês, nos quais a política centraliza o indivíduo como foco de suas ações. No que se refere ao modelo brasileiro, Anderson (1999) a denomina como “familista”, no qual se valoriza mais as formas familiares tradicionais do que o indivíduo como portador de direitos.

De qualquer forma, mesmo que o Estado (juntamente com a participação de ONGs e do terceiro setor) ainda seja o maior intervenor na esfera das políticas públicas, tem sido atribuído à família (sobretudo à mulher) o papel de gerenciamento dos recursos transferidos e também do cumprimento de responsabilidades específicas. Ao mesmo tempo em que a ONU estabelece o **indivíduo** como beneficiário de direito, ele deve exercer um papel ativo de participação frente ao desenvolvimento. Mesmo se a noção de “indivíduo” possa aparecer de forma abstrata e geral (“pessoa humana” e “ser humano”), a declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento produzida pela Assembleia Geral da ONU (1986) especifica normativamente as **mulheres** como aquelas que devem colaborar com o desenvolvimento.

Existem, hoje, continuidades e adaptações políticas no uso da família como objeto (e ator) da intervenção pública. Contemporaneamente, segundo Strobel (2008), emergem basicamente duas contradições no âmbito das políticas sociais. A primeira, relaciona-se ao fato de que, apesar do declínio da ideia de família como forma de socialização inicial, o Estado a realoca num papel fundamental no restabelecimento dos laços sociais. Neste caso, o Estado prevê que a família (sobretudo a mulher) tenha um papel essencial no cumprimento das necessidades coletivas e, mais do que isso, no estabelecimento da coesão social. A segunda se apresenta na ideia de que, ao mesmo tempo

em que a política faz parte de um projeto liberal (e modernista) – no qual as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho – ela pressupõe que a mulher mantenha a função social de cuidadora, reinstalando o papel tradicional de gênero. Este tipo de alocação da mulher em seu papel social de mãe é classificado por Orloff (2007) como uma política maternalista. Esta visão também é compartilhada por Fonseca (2010), que caracteriza as políticas de transferência de renda no Brasil como generificadas.

Assim, como podemos notar, apesar do estabelecimento de convenções e de declarações para a redução das desigualdades de gênero, as políticas vêm reproduzindo padrões tradicionais relacionados à família, à pobreza e ao gênero. Tais normas e diretrizes internacionais tendem a se apresentar de modo ressignificado no contexto local, sobretudo as normas de gênero que, em geral, são muito informais no âmbito das interações sociais.

Nesse sentido, tomamos como objeto em nossa pesquisa o Programa Bolsa Família, que prioriza as mulheres como corresponsáveis do Estado no combate à pobreza. Gostaríamos de compreender neste nível de análise em que medida os profissionais do Estado tipificam a população de baixa renda e os “merecedores” do benefício, além de buscar entender a lógica pela qual os agentes implementadores do Bolsa Família produzem tais tipificações, ou seja, quais seriam os instrumentos (burocrático, econômico, moral e/ou conhecimento dos candidatos) acionados para legitimar e certificar suas posturas.

Apresentaremos, ainda, os critérios de justificação usados pelos beneficiários para explicar o fato de serem “merecedores” do benefício e a maneira pela qual percebem sua trajetória após receberem um recurso assistencial. Sofrem constrangimentos e/ou controles particularmente relacionados à sua posição de dependentes do Estado? Buscamos aqui apreender o movimento de constituição da “carreira moral” dos beneficiários, quando o “controle disciplinar” (GOFFMAN, 1987) passa a ser exercido sobre eles na esfera pública. A ideia, então, é pensar como se cria, a partir de uma identificação formal e informal, uma imagem pública dos beneficiários, através dos quais estes precisam ser moralmente vigiados (no sentido foucaultiano do termo), controlados e, até mesmo, punidos, se necessário.

A partir daí, tentaremos esclarecer as propriedades dessas fronteiras simbólicas e as formas de negociação de seu conteúdo. Em específico, detalharemos a tripla construção de fronteiras morais: 1) fronteiras entre “beneficiários legítimos” e “beneficiários ilegítimos”, 2) “fronteiras de legitimidade no interior da família beneficiária” e 3) “fronteiras interfamiliares”. Para compreender melhor a complexidade da formação do *status* dos beneficiários do Bolsa Família, realizamos observação participante e entrevistas com atores que de alguma forma se relacionam com os beneficiários. O *lôcus* da pesquisa foi uma periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro chamada Itaboraí. Lá percorremos e avaliamos diversos espaços por onde estes beneficiários passam, tais como: escolas, postos de saúde, coordenação do Bolsa Família e o setor de cadastramento, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), restaurante popular e a própria vizinhança.

Os dados de pesquisa nos revelam que as relações estabelecidas entre beneficiários e não beneficiários (atores institucionais e vizinhos) fundam-se em uma matriz moral, com a presença de fofocas, julgamentos morais e controles sociais específicos, que se desenvolvem em torno da figura do beneficiário. Importante salientar que entrevistamos a família beneficiária como um todo (cônjuge e filhos – crianças e adolescentes) e não apenas as mulheres (mães) titulares legais dos benefícios. A partir deste estudo sobre as interações cotidianas dos “pobres”, vemos progredir um processo de diferenciação simbólica entre pessoas que dependem do serviço de Assistência Social e pessoas que não dependem de tal serviço.

A Construção de fronteiras simbólicas

Os debates públicos e acadêmicos sobre o Programa Bolsa Família (PBF) têm se concentrado em avaliar a eficácia do Programa: sua focalização na população considerada “pobre”, o cumprimento das condicionalidades relativas à frequência escolar das crianças e o acesso à saúde e à segurança alimentar. Ou seja, a maioria dos estudos até aqui produzidos se dedica, sobretudo, a analisar os impactos do PBF

sobre a população beneficiada, ou seja, objetiva aferir o grau de aproximação ou de distanciamento dos resultados obtidos frente às metas estabelecidas pelo próprio Programa. Nossa orientação em pesquisar o Bolsa Família possui outro arranjo analítico. Objetivamos contribuir com discussões em torno das políticas públicas como um conjunto de concepções e ações que afetam a sociedade, ou parte dela, para além de seus objetivos declarados. Tais consequências se constituem de natureza simbólica, inscrevendo-se no tecido relacional de uma comunidade, gerando novas formas de conflitos entre os grupos sociais.

A questão fundamental deste capítulo é analisar como se processa a construção de distinções sociais entre grupos que, apesar de compartilharem uma origem socioeconômica similar, acabam se diferenciando moralmente pela relação de (in)dependência de um Programa de Assistência Social.

“Beneficiários legítimos” e “beneficiários ilegítimos”

No âmbito do trabalho de campo várias classificações sociais emergem, dentre elas a distinção “trabalhador” e “vagabundo”. Estas duas categorias de oposição acabam produzindo outra diferenciação de cunho moral que divide “pobres beneficiários legítimos” (“boas mães”) e “pobres beneficiários ilegítimos” (“más mães”). De modo geral, os atores institucionais não veem os beneficiários como “aproveitadores” do sistema como apontam alguns dos não beneficiários (tendo como exemplo paradigmático, como veremos, a fala de Salvador¹⁴). Segundo os atores institucionais, os beneficiários teriam dificuldades para aproveitar as oportunidades que o Governo oferece.

As classificações sociais também se constroem a partir das atitudes em relação à oferta dos cursos de capacitação. No que se refere a um destes cursos, localizado no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), Paula (Estagiária de Serviço Social) afirma que:

14 Todos os nomes foram trocados como forma de preservar a identidade dos entrevistados.

“Lá na COMPERJ, foi uma dificuldade para formar turma. Foi um problema, porque eles ligavam para os beneficiários e tal, ninguém se interessava muito e tinha que ter segundo grau e era difícil alguém ter segundo grau”. Neste caso, podemos notar que são as exigências dos cursos – e não características meramente pessoais – que impedem os beneficiários de agir, na medida em que estes (em sua maioria) não possuem o grau de escolaridade exigido para a capacitação¹⁵. Vale a pena ressaltar que, no conjunto nacional dos beneficiários do PBF, a maioria não completou o Ensino Médio¹⁶. Os cursos oferecidos pelo Município eram de eletricista e soldador, cursos tipicamente direcionados ao gênero masculino, o que em alguma medida, inviabiliza uma maior autonomia para as mulheres beneficiárias. Em relação aos cursos, segundo Paula (Estagiária de Serviço Social):

(...) parece que era muito bom e é um curso até caro, né, para pagar, mas tem esse critério de segundo grau. (...) Eu não lembro quantas vagas, mas os beneficiários não procuraram e tiveram que abrir as vagas para toda a comunidade. Então, estão acomodados. Uma acomodação da maioria das pessoas. São pessoas bem pobres e a maioria não quer estudar, não quer fazer curso.

Seu discurso de acomodação (no que se refere particularmente ao esvaziamento do curso) se contrapõe, por um lado, à exigência do diploma de Ensino Médio completo e, por outro, à precária divulgação de tal curso: “Esses cursos só foram divulgados de boca a boca. O curso do colégio, por exemplo, às vezes, eles mandam um papel para a gente

15 Em 2010, de acordo com a Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SENARC/MDS), apenas 11,1% dos titulares legais das famílias beneficiárias possuíam o Ensino Médio completo, sendo a maior proporção concentrada no nível do Ensino Fundamental incompleto (65,1%). Estes dados foram produzidos a partir dos microdados do Cadastro Único, de março de 2010.

16 Castro e Modesto (2010) - partir de microdados do Cadastro Único de março de 2010 - mostram (através de uma publicação feita pelo IPEA) que cerca de 70% dos beneficiários acima de 25 anos possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto.

divulgar para quem tinha o Bolsa Família. E a gente avisa durante a visita nas casas. Mas não havia cartaz não”. Apesar disso, Paula afirma que os beneficiários apresentam justificativas pouco convincentes para não participar das qualificações profissionais: “Eles inventam desculpa... que teve que sair ou ir no médico. Eu já avisei um, duas vezes. A responsabilidade é deles”.

Embora possa haver outras razões para a não participação dos bolsistas nos cursos oferecidos, a exigência do diploma de nível médio (capital cultural baixo ou raro entre os beneficiários) e a falta de divulgação dos cursos, a estagiária Paula atribui à não frequência razões de ordem moral. O fato de a política de assistência instaurar no município cursos de capacitação para o público (prioritariamente masculino) faz nascer um sentimento de injustiça social entre aqueles não beneficiários (sobretudo trabalhadores pobres) que, em princípio, não teriam direito a se qualificar de forma gratuita. Segundo Salvador (não beneficiário), esse tipo de curso deveria ser oferecido para aqueles que realmente possuem interesse, descartando, assim, a escolha de fazer o curso por uma exigência do Programa.

No que se refere ao merecimento do benefício, parece que, independentemente do status de grupo (beneficiário, não beneficiário e atores institucionais), as pessoas imputam tal merecimento àquelas pessoas que necessitam financeiramente deste apoio estatal. Ou seja, a ideia é que somente os mais “necessitados” poderiam solicitar este auxílio, devendo aproveitar o recurso para sair da situação de dependência. Para Mara (não beneficiária), por exemplo, os “necessitados” são aqueles que passam fome. Assim, ela preferiu não solicitar o benefício, porque, mesmo precisando, acha que: “quem merece são aquelas famílias que não têm nem um pão para comer”.

Notamos que os beneficiários que “não passam fome” são tidos como “proveitadores”, tanto pelos aposentados quanto pelos trabalhadores. Em geral, quem vê os beneficiários como “merecedores” são pessoas que sofreram mais com as flutuações no mercado de trabalho. Portanto, aqueles que tiveram uma relação com o mercado de trabalho (mais duradoura e consistente) tentam marcar uma fronteira simbólica entre “eu” e “eles”. Observamos que o trabalho ocupa um lugar social importante para que algumas pessoas se

distanciem da classificação de beneficiários, estigmatizando-os como “proveitadores”.

Entre os beneficiários, Jucélia, por exemplo, acredita ser muito complicada a percepção de que “quem recebe o Bolsa Família quer dinheiro fácil”. Segundo ela, esta ideia pré-concebida não corresponde à realidade da maioria, pois “se a pessoa pede é porque precisa”. Especificamente, no que tange à categoria de ‘proveitador’ do sistema de proteção social, ela afirma que: “Tem gente que fica falando que a gente aproveita que o Governo está dando, mas aqui não tem ninguém com carro e casa boa não. A gente pede porque precisa mesmo”.

Reaparecem, portanto, aqui, as oposições de classificação já apontadas anteriormente, quais sejam: “merecedor” (“necessitado”) x “proveitador” (“não necessitado”). Esta última categoria se expressa, também, por aqueles que não investiriam o recurso do Bolsa Família corretamente, ou seja, que aproveitam o dinheiro para investir em si próprios ou realizar compras para sustentar um vício. O mais intrigante é que os próprios beneficiários possuem sistemas de classificação sobre outros beneficiários. Nesse sentido, vemos que o discurso de Maria (beneficiária) vai ao encontro de outras ideias correntes¹⁷, como aquela relacionada à acomodação e à possibilidade de as mulheres aumentarem o número de filhos, para aumentar o valor do benefício. Vejamos: “Eu acho que tem umas que fazem filho só para ganhar os R\$22,00 reais, né? Tem muita falta de informação. Muitas não pensam em gastar com os filhos... é cigarro, bebida, balada. É por isso que eu acho que tem que ter Assistente Social em cada casa para saber”.

Simone (beneficiária) salienta que, no âmbito de suas interações, escuta vários estereótipos e críticas em torno da figura do beneficiário e cita o exemplo da fila na casa lotérica:

O Governo não tem vergonha na cara de ficar dando essa mi-xaria pro povo. Se fosse eu, nem pegava! Aí eu fico na minha, pensando assim: Deus sabe de todas as coisas. Enquanto eles

17 Podemos tomar como exemplo desta ideia corrente Carolina Brígido, Presidente de Pastoral da CNBB, que diz que Bolsa Família é “Assistencialista” e “vicia”. *O Globo*, 17/11/2006.

não querem, muita gente precisa. Às vezes, muita gente que tem não valoriza o que tem e não usa adequadamente. Elas falam porque não precisam receber, né? Eles não recebem.

Mas, ao mesmo tempo, ela afirma que existem beneficiários que também acreditam que o dinheiro é muito baixo e nem vale a pena lutar por ele, por isso, “muitas vezes eles pedem pra outras pessoas ficar na fila e pegar o dinheiro. Acho que por vergonha... O dinheiro pode até ser pouco, mas ajuda, né? A gente precisa”.

Os beneficiários também percebem uma distinção, ainda que escalonada, entre “merecedores” e “aproveitadores” do PBF, o que os conduz a julgamentos morais específicos no contexto da interação. Assim, os “merecedores” do Bolsa Família variam de pessoas desempregadas (mas que trabalharam ao longo da vida) a pessoas necessitadas (que passam por constrangimentos graves de pobreza ou possuem na família uma enorme quantidade de filhos) – aqui vemos a ideia de que as crianças precisariam de um suporte externo (a criança como “ser frágil” deve ser cuidada). Já os “aproveitadores” variam de pessoas que nunca trabalharam (sendo julgados como “acomodados”) ou que não possuem uma condição de extrema precariedade financeira, a sujeitos que não investem naquilo que é considerado moralmente como “correto”, ou seja, na família e, principalmente, na educação das crianças.

O julgamento de “merecedor” ou “aproveitador” se soma a outro processo de julgamento moral relacionado à avaliação das práticas das beneficiárias frente à maternidade, derivando daí categorias de “boa” ou “má mãe”. Este tipo de percepção advém tanto dos atores institucionais quanto dos não beneficiários e, até mesmo, dos beneficiários que qualificam positivamente a mãe, neste caso entendida como uma responsável, quando ela faz um investimento coletivo, solidário e “correto”. Já a qualificação de “má mãe” ou de “mãe irresponsável” se dá quando a beneficiária investe em si própria ou não cumpre as condicionalidades do programa referentes às crianças e aos adolescentes. Vejamos alguns exemplos desse tipo de classificação social.

Edilceia relata que sua própria família precisa “estar no perfil” (e precisa investir nas crianças), caso contrário, a vizinhança passa

a julgá-la e a desconfiar de sua condição de pobreza. De acordo com Edilceia, esta ética de conduta deveria reger todas as ações dos beneficiários. E, neste ponto, refere-se à cobrança exercida pelas famílias não beneficiárias sobre as famílias beneficiárias:

Os daqui que eu sei que ganham e compra as coisas para os filhos. A pessoa não gasta com futilidade, porque isso aí é um dinheiro que o Governo deu para gastar com os filhos, né? Um tênis, um sapato, um caderno, um remédio... Todo início de ano, eu compro caderno grande que minha filha usa, compro lápis, borracha... Eu acho que eu aplico esse dinheiro neles.

Segundo Cristina (não beneficiária), as mães utilizam o dinheiro para gastar com elas próprias: “Eu vejo que gastam para elas. Outro dia, eu vi uma bebendo e o filho largado. Ao invés de correr atrás e arrumar emprego...”. Este discurso se contrapõe ao discurso da beneficiária Carla que afirma utilizar o dinheiro para “pagar conta de mercado, biscoito, carne para as crianças. Aí, se dá, compro uma roupa”. De acordo com Carla: “O pessoal lá da assistência fala: ‘Você sabe que esse dinheiro é para as crianças, né?’ Eles dizem que este dinheiro é para comprar roupa, material escolar, uma fruta, coisas assim, né?”.

Vemos uma clara distinção de percepção entre beneficiária e não beneficiária, no que diz respeito à oposição “más mães” e “mães responsáveis”. Salvador (não beneficiário, esposo de Cristina) parece fazer uma oposição mais clara ainda entre “boas” e “más mães”, no que se refere ao conjunto de beneficiárias; estas últimas (que investiriam o dinheiro em si próprias) são vistas por ele de forma negativa, pois não estariam cumprindo seu papel tradicional de mãe. Portanto, sua compreensão de “boa mãe” está pautada na ideia, similar àquela presente nos pressupostos morais do PBF, de que a beneficiária tem de ser solidária e investir prioritariamente nas crianças. Nesse caso, os beneficiários parecem ter noção daquilo que se espera deles como um comportamento de “bom pobre”; por isso mesmo, manipulam conscientemente essa categoria. A noção de “bom pobre” aparece como

sinônimo de “boa mãe”, vinculada às características de altruísmo, dedicação, responsabilidade e cuidados.

Podemos notar que – para os três grupos de entrevistados (atores institucionais, não beneficiários e os próprios beneficiários) – duas categorias fundamentais emergem como forma de julgamento moral dos beneficiários, quais sejam: “merecedor” e “proveitador”. A primeira se refere à compreensão de que a beneficiária merece o benefício, pois é tida como “boa mãe”: altruísta, justa e responsável. Já no que tange à categoria “proveitador”, significa que a beneficiária é percebida como “má mãe”: egoísta, desviante e irresponsável. Quanto mais nos aproximamos da classificação de “má mãe”, maior será a desclassificação moral do beneficiário e ao contrário, quanto mais próximo da categoria de “boa mãe”, maior será sua legitimidade como beneficiária do Bolsa Família. Nesse sentido, vemos nitidamente a existência de uma tensão valorativa de gênero no julgamento das beneficiárias que acaba por reproduzir também o processo de hierarquização do “bom” e do “mau pobre”.

Fronteiras de legitimidade no interior da família beneficiária

Procuramos perceber como se constroem fronteiras simbólicas (e disputas em torno da legitimidade da administração do benefício) entre membros de uma família beneficiária. Em especial, observamos como se processa a negociação do poder da titularidade entre pais (sobretudo mãe) e filhos (em especial os adolescentes) que tentam barganhar parte do dinheiro do Programa, sob o princípio de que o Bolsa Família é “direito das crianças”. O questionamento da legitimidade materna em administrar o dinheiro parece ter como pano de fundo a crítica (mesmo que branda e interessera), por parte dos adolescentes, sobre a dependência parental. Assim, por um lado, afirmam que deveriam ter autonomia para receber o benefício em seu nome; por outro, manifestam uma incompreensão de por que o dinheiro permanece com as mães, se o Programa tem como foco crianças e adolescentes.

Ao entrevistarmos a professora Raquel, lhe perguntamos se havia conversas entre ela e seus alunos referentes ao Programa. Acenando positivamente com a cabeça, disse que, sempre que podia, informava aos alunos sobre seus direitos de pertencentes a uma família beneficiária.

Eu acho que o dinheiro deveria ser aplicado para os alunos, mas a gente não vê muito isso. Eles não têm material escolar, como eles se vestem... Mas, em alguns casos, não todos. Olha, eu não posso julgar, mas eu acho que eles usam pra si próprios. Algum tipo de vício, coisa assim... Por isso, estou sempre alertando: Olha, crianças, este dinheiro do Bolsa Família é para vocês! Vocês têm que pedir pra mãe de vocês comprar caderno, material e roupa!

Vemos como a professora prescreve o que seria o bom uso do dinheiro, imputando à mãe a responsabilidade de investir nas crianças. Estas, em contrapartida, deveriam exigir que o gasto fosse realizado para si próprias, na medida em que o benefício é um direito seu.

A ideia de que a família beneficiária seria receptáculo passivo da transferência de renda¹⁸ não se apresenta aqui. Ao contrário, há (dependendo da situação) formas de negociação e de ressignificação do estatuto de beneficiário. Através das entrevistas e das conversas informais, notamos que os adolescentes tentam negociar com os pais (em maior medida, com a mãe) a possibilidade de parte do dinheiro lhes ser concedida em forma de mesada, uma vez que há a crença coletiva de que o “Bolsa é para as crianças”. Ao contrário de seus irmãos, Letícia (beneficiária, 12 anos) afirma ter vergonha de negociar com a mãe a administração do dinheiro do Programa. Foi a partir da negociação de um de seus irmãos com a mãe que, hoje, os três recebem uma mesada de 10 reais; porém, este pagamento: “(...) não é todo mês não, de vez em quando. Assim, quando não tem quase nada para pagar, ela vai lá e dá,

18 Da qual criticam Paugam (2003) e Duvoux (2009).

tipo, 10 reais para cada um, né? Mas quando tem conta de água e de luz mais alta, aí ela não dá”.

O que mudou no ambiente familiar de Ludmila (beneficiária, 13 anos) é que, agora, ela conversa mais com a mãe, sobretudo no que tange a como gastar o dinheiro do PBF. Vejamos:

Eu falo pra minha mãe: Vamos dividir esse malote aí comigo? E ela diz: “Eu sempre te dou dinheiro!” A gente pede mesmo: me dá uma mesada aí! Com meus colegas eu pergunto: Sua mãe te dá dinheiro? A minha não dá não! (risos) Todo mundo lá na escola fala sobre isso. Quem não quer dinheiro? (risos)

O objetivo de se apropriar de parte do dinheiro do PBF seria para investir em sua própria vaidade. Assim, Ludmila destaca: “(...) eu ia fazer o cabelo, comprar esmalte... para ficar mais arrumada”. Essa negociação entre pais e filhos, no que diz respeito à possibilidade do recebimento de uma mesada através do PBF, também é salientada por Carla: “No caso da minha família, o dinheiro do Bolsa gerou um conflito entre minha mãe e minha irmã mais nova de 16 anos que quer receber a parte dela, e minha mãe não deixa, porque ela ia botar o dinheiro fora, né?”. Segundo Carla: “Minha irmã mais nova sempre diz: ‘Esse dinheiro é nosso, né, mãe? Vinte reais pra mim e vinte reais pro meu irmão. O que você vai fazer com o meu dinheiro?’, ela fala sempre que podia comprar um DVD, um celular ou coisas do tipo”.

Carla relata, ainda, que concorda com a ideia de que o benefício deve ser investido nas crianças – o que aparece também nos discursos emitidos pelos professores no âmbito escolar. Ela explica que: “Eu falo para eles, quando eu pego o Bolsa... Eu falo que esse dinheiro é para vocês. Se não fosse por vocês, eu não tava recebendo”. No que tange a possíveis negociações e/ou conflitos entre pais e filhos com relação ao dinheiro do PBF, Edilcécia, outra beneficiária, sinaliza que:

Graças a Deus, eu nunca tive esse problema. Eu já fiquei na fila para receber. Tinha uma mãe, eu não conheço, ela estava falando que ela estava na fila para receber e que o filho

adolescente estava lá em baixo perto da farmácia para pegar o dinheiro. Aí ela contou que, uma vez, foi pegar o dinheiro para pagar umas contas e ele foi e empurrou ela para pegar o dinheiro. Ela quase caiu. Eu falei: Graças a Deus, eu não tenho isso.

Mesmo se a imagem tradicional da família foi construída socialmente como sagrada e imparcial em relação aos conflitos, Edilcéia quebra esta imagem, a partir de um exemplo ocorrido entre mãe e filho devido à inserção de um benefício no contexto familiar. Também os não beneficiários salientam a existência de tais conflitos no interior da família. Cristina (não beneficiária) comenta sobre a emergência de focas dentro da família, ocasionando avaliações morais sobre a forma como os beneficiários investem o dinheiro e sua legitimidade em receber o recurso. Assim, além da fofoca emergir e se reproduzir no bairro, ela também se expressa no interior da esfera familiar. Mara (não beneficiária) dá o exemplo de sua irmã que, apesar de estimulada por vizinhos a se inscrever no Bolsa Família, passou por constrangimentos morais em divulgar seu *status* de beneficiária dentro da sua família.

No final das contas, ela resolveu pedir, aí depois, ficou escondendo da família e, quando eles descobriram, ficou com vergonha de usar, porque todo mundo da família ficou criticando, né? Até minha mãe! A fofoca que rolava é que ela pediu por interesse, mas que não era certo. Tinha que ter deixado para outros mais pobres.

Interessante notar que, mesmo no interior destas famílias, há uma cobrança para que seus membros não se candidatem ao Bolsa Família, o que faria com que escapassem do enquadramento externo de beneficiários (e toda decorrência que deriva daí). Talvez, esta resistência familiar se deva à vontade de proteger seus membros de possíveis situações de humilhação e à percepção de justiça que deveria dirigir o recurso a outros que necessitam mais.

A introdução do PBF (que pretende “quebrar com o ciclo intergeracional da pobreza” e estabelecer condicionalidades relacionadas

ao bem-estar dos filhos) tem produzido questionamentos por parte dos adolescentes sobre a administração materna do recurso. Abre-se, portanto, um processo constante de negociações e tensões sobre o destino da renda transferida, o que tende a causar um impacto sobre a legitimidade de quem seria o indivíduo mais qualificado na família para gerir o recurso assistencial. Esta negociação do poder parental (ou melhor, maternal) não acontece quando se trata de crianças; nestes casos, a não partilha do gasto se justifica pela ideia de que eles são “seres em desenvolvimento”, ainda incapazes de discernir sobre o “bom” uso do dinheiro. Entre os adolescentes, no entanto, o poder de negociação é maior, mesmo se é ainda a mãe que faz a distribuição do recurso (via “mesada”).

Fronteiras interfamiliares

De início, vemos uma oposição simbólica entre “beneficiária feliz” (que conseguiu receber o Bolsa Família) e “candidata invejosa” (que tentou ou tem vontade de tentar receber o benefício e não obteve sucesso). Estas avaliações se respaldam em percepções de ressentimento e ciúme.

Simone (beneficiária) acredita que os vizinhos que não recebem o Bolsa Família “(...) têm olho grande. Eu não sei o que eles pensam, mas que têm olho grande ah... isso tem! Tem muita gente que queria estar recebendo, mas fica com vergonha”. Elisabeth (beneficiária) abandonou o Pró-Jovem Urbano¹⁹ porque não podia comparecer, por problemas de saúde. Mesmo com o atestado médico em mãos, “cortaram meu Bolsa Família”. Além disto, afirma ter presenciado um conflito, quando fazia o Pró-Jovem, entre mães que tentaram e não

19 O Pró-Jovem Urbano pretende promover a inclusão social dos jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental. O objetivo é reinserir estes jovens na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de emprego e de exercício efetivo da cidadania. O Programa possui duração de 18 meses, oferecendo formação no Ensino Fundamental, em cursos de capacitação profissional e em aulas de informática, tendo como auxílio uma bolsa de R\$ 100,00 por mês.

conseguiram e mães que tentaram e conseguiram: “A gente que conseguiu fica feliz, né? Elas que não conseguiram ficam com inveja, fica querendo futucar nossa vida”.

Mesmo Cacilda (Agente de Saúde) nota certa “inveja” (e ressentimento) por parte dos “pobres não beneficiários” (que não obtiveram sucesso na demanda) com relação aos bolsistas do PBF. Este sentimento às vezes culmina em denúncias e fofocas contra os beneficiários. De acordo com Cacilda, as denúncias em Nova Cidade são feitas:

(...) pelos próprios vizinhos... Mas não se pode fazer denúncia por inveja porque a pessoa acha que ganha menos que outra ou por preconceito. As coisas têm que ser claras. Mas como te falei antes, a maior parte das denúncias são os próprios vizinhos que fazem um do outro, porque, assim, quando um compra alguma coisa e o outro acha que não tinha o direito de ter, de comprar. Ou então, é de alguém que tenta e não consegue, aí arruma um jeito de falar mal do que ganha. Então pensa que ele não precisa do benefício.

Por fim, podemos notar que a maioria dessas denúncias aponta para a geração de um conflito (ora através do ciúme, ora através do ressentimento) entre pessoas que solicitaram o benefício, mas não conseguiram, e pessoas que obtiveram sucesso em sua demanda. Mais surpreendente ainda é que, mesmo entre os beneficiários, vemos emergir um conflito em torno da legitimidade do valor do benefício, quando questionamentos são feitos acerca de por que uns recebem um valor pequeno e outros recebem um valor mais alto.

Algumas Considerações

Vimos como, de modo não intencional, o Programa Bolsa Família conduz a consequências sociais distintas entre “pobres”: beneficiários e não beneficiários de tal programa. Apesar de haver uma forte tendência na arena pública em definir os “pobres” pela sua condição econômica, eles próprios utilizam outros critérios (tipicamente

morais) de auto e alter classificação da pobreza. Especificamente, usam padrões de julgamento, a partir de suas posições frente ao Programa, produzindo distinções simbólicas em torno de critérios como: “necessidade”, “merecimento”, “sofrimento”, “honra” e “padrões comportamentais generificados”.

Sob a égide de correlações estatísticas que mapeiam a vulnerabilidade social, o Estado tem utilizado seu poder de nomeação para distinguir grupos: “pobres” de “não pobres”, julgando a necessidade de cuidados e múltiplos controles. O critério econômico opera como um elemento legítimo que definirá “merecedores” e “não merecedores” de um benefício assistencial. Todavia, este critério “objetivo” – incorporado como regra no Programa Bolsa Família – é constantemente ressignificado, havendo uma margem de interpretação das normas estatais pelos operadores locais da política. As políticas de transferência de renda, em particular o Programa Bolsa Família, estabelecem múltiplos controles sobre a população beneficiária, que serão (re) negociados no contexto interacional.

Ao contrário da clara incorporação (e, portanto, da naturalização) das regras da política, os agentes institucionais aderem a valores morais específicos do “bom pobre” e do “merecedor”. Nesse sentido, não parece haver uma correspondência coerente entre a classificação do Estado e a incorporação automática dos indivíduos aos seus princípios gerais; ao contrário, valores morais complexos regem as relações sociais locais. Verificamos que a própria comunidade constrói hierarquias (principalmente através das categorias de “sofrimento” e de “necessidade”), distinguindo grupos moralmente: “trabalhadores” e “vagabundos”; “bons” e “maus pobres” e “merecedores” e “aproveitadores”. Assim, o julgamento dos beneficiários para legitimar (ou não) uma família como “merecedora” do benefício baseia-se em diversas variáveis, tais como: 1) **idade** – as mães novas possuem menor legitimidade que as outras, tendo em vista que poderiam ser mão de obra ativa no mercado de trabalho, 2) **tipo de família** – principalmente em relação ao número de crianças no lar (quanto maior o número, maior deveria ser o apoio do Estado), 3) **bens materiais** – se possuem muitos bens, significaria que a família não se configuraria como “pobre” e, portanto, não mereceria o auxílio e 4) **condições de trabalho** – se possuem

emprego formal, a família tem menor legitimidade para o recebimento do benefício.

Há também outro tipo de julgamento de valor em relação ao uso do dinheiro do BF. Assim, as mulheres titulares legais que investem em si próprias são julgadas como “não merecedoras do benefício”, pois estariam rompendo, por um lado, com a lógica tradicional da maternidade e, por outro, estariam sendo “egoístas”, com um recurso que deveria – segundo as orientações do Programa e as moralidades locais – ser investido na família. Já aquelas que investem na família, sobretudo nas crianças, são valorizadas e legitimadas pelo grupo de beneficiárias.

A partir dos dados empíricos, observamos que a relação dos beneficiários com seus vizinhos (e com os atores institucionais) funda-se em uma matriz moral, relacionada à emergência de fronteiras simbólicas pautadas nas noções de reputação, *status*, mérito, *performance* afetiva e padrões de conduta. Por fim, verificamos que a avaliação sobre a “beneficiária legítima” – conjecturada pelos não beneficiários e também pelos atores institucionais – tem como registro principal a lógica do gênero, respaldada no julgamento de “boa” e “má mãe”.

Referências

- ANDERSON, Elijah. 1999. *Code of the Street: Decency, Violence, and the Moral Life of the Inner City*. New York: W. W. Norton
- CASTRO, Jorge; MODESTO, Lúcia (org.). 2010. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: IPEA, v.1.
- DUVOUX, Nicolas. 2009. *L' autonomie des assistés. Sociologie des politiques d' insertion*. Paris: PUF
- FONSECA, Marília. 1998. “O Banco Mundial como referência para justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro”. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n.1:37-69.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. 2009. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 37ª edição. Petrópolis; RJ: Vozes.

- GOFFMAN, Erving. 1987. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva
- ORLOFF, Ann Shola. 2007. *Farewell to Maternalism? State Policies and Mothers Employment*. Working Paper Series. Institute for Policy Research, Northwestern University.
- PAUGAM, Serge. 1999. *Por uma sociologia da exclusão social*. O debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC.
- STROBEL, Pierre. 2008. *Penser les politiques sociales. Contre les inégalités : le principe de solidarité*. La tour d' aigues, Éditions de l' Aube.

MORADIA E PROJETOS DE VIDA DE TITULARES DO BOLSA FAMÍLIA: DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DO RECIFE E ESTRATÉGIAS DE AGÊNCIA FEMININA NO COQUE

Giselle Nanes²⁰ | UFRPE

Marion Teodósio de Quadros²¹ | UFPE

Introdução

Este artigo analisa dados da pesquisa-ação “Mulheres, Programa Bolsa Família e Empoderamento Feminino: investigações sobre vida reprodutiva, trajetórias escolar/profissional e projetos de vida”, a qual busca compreensão das repercussões socioculturais da titularidade feminina dentro do Programa Bolsa Família (PBF), entre mulheres residentes na comunidade do Coque, localizada no Recife, Pernambuco.

20 Doutora em Antropologia (UFPE). Docente da Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE), vinculada ao Departamento de Educação. Coordenadora do Núcleo de Formação em Educação e Relações de Gênero (NUFERGE). Pesquisadora do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES/UFPE). gisellenanes.2@gmail.com

21 Doutora em Sociologia (UFPE) e Pós-doutora pela Universidade da Flórida (EUA), com pesquisa na área de Gênero e Desenvolvimento. Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vinculada ao Departamento de Antropologia e Museologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia. marionteodosio@yahoo.com

Especificamente, neste artigo, apresentamos os *projetos de vida* relatados, focando análise sobre agência, relações de poder, processos de subjetividade e empoderamento feminino.

No contexto da América Latina, com enfoque no debate sobre gênero, pobreza e desenvolvimento, observa-se, desde o início dos anos 90 (séc. XX), uma proliferação de políticas de transferência de renda, erigida num cenário que prioriza a mulher como titular de benefício relacionado com a política seletiva para enfrentamento da pobreza, entre famílias pobres. Entre os programas de âmbito nacional, destacam-se: Venezuela (Programa Beca Alimentaria, 1989) e Honduras (Programa de Auxílio da Família – PRAF, 1990), e a partir dos anos 2000, os programas se disseminam por quase todos os países latino-americanos: Nicarágua; Costa Rica; Colômbia; Argentina; Chile; Jamaica; El Salvador; Peru; Paraguai; Uruguai; República Dominicana; Panamá e Bolívia (2006 – Bono Escolar Juacinto Pinto) e no Brasil, Bolsa Escola (2001) e Bolsa Família (2003/2004).

A lei de número 10.836/2004 legitima a criação, pelo governo federal, do Programa Bolsa Família (PBF). A família é a unidade de intervenção do programa, preferencialmente famílias compostas por gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes. A seleção ocorre a partir dos dados familiares contidos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O principal critério de seleção é a renda *per capita* da família, que visa atender famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00) e extremamente pobres (renda de até R\$ 77,00) (BRASIL, 2015). Para participar e se manter no Programa, as famílias assumem compromissos nos campos da educação, da saúde e da assistência social, as chamadas *condicionalidades* de participação no PBF.

O fato da titularidade do benefício ser, por lei, preferencialmente, da mulher, tem suscitado discussões sobre seu potencial de empoderamento feminino, mesmo considerando que um dos grandes alicerces que justificam esta preferência está no reforço ao papel feminino da maternidade, dentro de uma concepção tradicional de família, profundamente marcada pela divisão sexual do trabalho, e considerando que o Programa Bolsa Família não se configura como uma política de gênero.

A *focalização* feminina no PBF, portanto, parece seguir o percurso da abordagem da *eficiência* e do *bem estar*, implementadas dentro das diversas políticas, programas e projetos de desenvolvimento para as mulheres nos países do “terceiro mundo” (MOSER, 1989; BUVINIC, 1986), que se distanciam, no debate de gênero e desenvolvimento, de abordagens de empoderamento, como caminhos de transformação das relações hierárquicas de poder, busca por autonomia, estímulos à organização coletiva, mobilização de resistência contra a dominação masculina, no histórico cenário de ideologia patriarcal (LEÓN, 1997, 2000, 2001; KABEER, 1999, 2003, 2005; SARDENBERG, 2006).

No debate feminista, sobre essa *focalização* em programas de transferência de renda, acrescenta-se a questão da chefia familiar ser preponderantemente feminina e a questões de direitos das mulheres. Apesar das disjunções entre estes argumentos, que enfatizam ora a situação da mulher na casa, ora a situação da mulher na estrutura patriarcal-capitalista, ora a situação da mulher enquanto portadora de direitos e cidadania, as argumentações procuram enfatizar a situação de desvantagem e desvalorização sociocultural vivida pelas mulheres pobres. Entretanto, os argumentos utilizados para sair do espectro naturalizante do vínculo entre ser mulher e ser mãe nem sempre superam a visão da mulher e de seu papel central na família. O debate sobre a titularidade feminina em políticas de transferência de renda mobiliza sentidos para ressignificar o papel da mulher, sem necessariamente visar a melhoria de suas condições de vida ou seu empoderamento.

O alcance dos resultados diretos e indiretos esperados pelo PBF está relacionado a um conjunto amplo de áreas e temas: redução da fome e desnutrição, elevação do poder de compra das famílias, fortalecimento dos direitos à saúde e educação e integração de outras políticas públicas como geração de trabalho e renda; aumento do poder de decisão e maior autonomia feminina; criação de capital social e formação de redes de solidariedade (ALVES, CAVANAGHI, 2012). Nem todos estes resultados estão expressos na política. A questão do poder e da autonomia feminina, por exemplo, não é mencionada na legislação que rege a implementação do Programa.

No campo das ciências sociais, em uma década de implementação do Programa Bolsa Família (2003-2013), foram identificados

estudos que refletem sobre as experiências das mulheres dentro do Programa e discutem a titularidade feminina. Os temas abordados debatem: repercussões morais e políticas na cidadania feminina, a partir da renda monetária (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; REGO, 2013; 2010; 2008; REGO, PINZANI, 2013; TEBET, 2012); incentivos do PBF no ingresso/permanência das mulheres no mercado de trabalho (SORJ; FONTES, 2010); PBF como política de redistribuição e reconhecimento, com repercussão na simbologia do *direito a ter direitos* entre as mulheres titulares (RABELO, 2011, 2013).

Esses estudos abordam repercussões da titularidade feminina no PBF entre beneficiárias e suas famílias no tocante à ampliação de poder aquisitivo para compra de itens básicos como alimentação e vestuário, priorização de gastos com as crianças e potencialidades de *autonomização da vida moral*²² em referência a condição de titular de um benefício de transferência de renda. No entanto, os estudos sobre processos de autonomia/empoderamento são minoritários e os dados analisados não permitem afirmar a existência de mudanças estruturais nas relações de gênero, dentro da família.

Consideramos que é preciso aprofundar estudos sobre processos de autonomia/empoderamento, ampliando o leque de análise sobre a titularidade feminina, de forma a contemplar indicadores analíticos ainda invisibilizados na análise do PBF e que constituem pontos nodais para análise da experiência das mulheres titulares dentro do Programa.

A investigação sobre os projetos de vida das mulheres titulares ratifica a importância de ampliação de indicadores analíticos ainda invisibilizados na análise do PBF, na medida em que iniciamos

22 A discussão de autonomização da vida moral das mulheres titulares do Bolsa Família, vem das reflexões de Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (REGO, 2013, 2008; 2010; REGO; PINZANI, 2013). Discutem que o fato de receber a renda em dinheiro tem repercussão no âmbito moral e da cidadania entre as beneficiárias, o que potencializa processos de individuação e leva a ampliação do espectro de escolha das mulheres. No contexto de ausência de direitos e participação desigual na vida pública, os autores ressaltam potencialidade emancipatória presente na dotação de recursos monetários vinculados ao PBF. Rego se embasa na discussão de renda monetária e autonomia individual de Georg Simmel (1900, 1939), no campo da sociologia.

a compreender que as mulheres titulares entrevistadas na cidade do Recife, na comunidade do Coque, idealizam projetos de vida relacionados com: (i) projetos de ter uma casa/moradia, (ii) ter um emprego e (iii) conseguir a cirurgia de “esterilização feminina”, nos serviços públicos de saúde, com relatos que ratificam a sobrecarga feminina na responsabilidade do planejamento reprodutivo e criação dos filhos (NANES, 2016).

Na perspectiva da antropologia feminista, o debate de gênero entende que as relações de família, parentesco, gênero e geração não podem se desligar das relações econômicas e políticas. Consideramos que os indicadores apontados podem ampliar compreensão que interliga a titularidade feminina no PBF ao debate sobre políticas de desenvolvimento, pobreza e processos de autonomia e empoderamento feminino.

Especialmente, dialogando com as proposições da antropóloga Sherry Ortner (2005; 2006a; 2006b), argumentamos que a visibilidade da discussão sobre *projetos de vida* de mulheres do PBF incita discussão analítica sobre agência feminina, relações de poder e processos de subjetividade. Assim, o presente artigo está estruturado de forma que primeiramente discutimos a conceituação de agência, como subsídio para análise dos processos de reprodução e transformação das relações de gênero no contexto de titularidade feminina no PBF. Em seguida, descrevemos processos de *encolhimento* do Coque, que impactam diretamente na vida cotidiana das mulheres titulares do PBF, residentes na comunidade. Por fim, evidenciamos os projetos de vida mencionados, destacando a importância do recebimento da renda financeira advinda do PBF, na formulação de *planos* que idealizam a obtenção de uma casa própria, aludidas em contexto de melhoria de condição de vida dessas mulheres e suas famílias.

Agência feminina e subsídios para análise da titularidade no PBF

Ortner (2005) defende uma *antropologia da subjetividade* como base para crítica cultural, o que também pode permitir reflexões sobre a

formação cultural de subjetividades dentro de um mundo de relações de poder desiguais.

Para compreender a subjetividade na relação com formas de poder que saturam a vida cotidiana, através de experiências de tempo e espaço, Ortner (2006b), discute sobre *agência de projetos*. Em síntese, a **agência de projetos** ajuda na compreensão, dentro da dinâmica dos jogos sérios²³, de como os *menos poderosos* perseguem metas culturais dentro de uma matriz de desigualdades locais e diferenciais de poder.

A agência de projetos não está necessariamente relacionada com dominação e resistência, embora algo disso possa existir. Tem a ver com pessoas que nutrem desejos de ir além de suas próprias estruturas de vida, inclusive – o que é muito central – de suas próprias estruturas de desigualdade; tem a ver, em suma, com pessoas que jogam, ou tentam jogar, seus próprios jogos sérios, mesmo se partes mais poderosas procuram desvalorizá-las ou até destruí-las (ORTNER, 2006b:68).

Considera-se que a agência de projetos seja a dimensão mais fundamental da agência. Se, por um lado, agência está relacionada com ideias de poder, incluindo dominação e resistência, por outro também inclui e se relaciona com ideias de intenção, com projetos de pessoas e com a capacidade de elaboração/realização desses projetos no mundo. “Finalmente, é isto, – uma agência de projetos – que os menos poderosos procuram alimentar e proteger ao criar ou proteger lugares, literal ou metaforicamente, nas ‘margens do poder’” (ORTNER, 2006:65).

23 Na busca por formas de compreensão das forças, formações e transformações da vida social, Ortner propõe a discussão de *jogos sérios* como um conceito que captura simultaneamente as seguintes dimensões: a vida social é culturalmente organizada e construída, em termos de definição de categoria de atores, regras e objetivos dos jogos; a vida é precisamente social, constituindo teias de relacionamento e interação entre múltiplas e alternadas posições de sujeitos interrelacionados; e ao mesmo tempo há agência, isto é, atores que jogam com práticas, habilidades e intenções, conhecimento e inteligência. O termo de que o jogo é “sério” adiciona a ideia de que poder e desigualdades penetram os jogos da vida de múltiplas maneiras e que nunca há um único jogo (ORTNER, 1996).

Muitos projetos, como jogos sérios, são plenamente desenvolvidos e englobam jogos de sujeitos posicionados na busca por metas culturais no rol de matrizes locais e diferenciais de poder.

Dessa forma, segundo a autora, cabe à antropologia, especialmente em termos de uma *antropologia da agência*, não só investigar a maneira como os sujeitos sociais, como atores empoderados ou desempoderados jogam os jogos de suas culturas, mas também empreender análises que nos ajudem a desnudar o que são esses jogos culturais, suas ideologias e as formas de reproduções e transformações construídas por esses jogos.

No aporte conceitual das noções de agência, subjetividade, relações de poder hierárquicas, agência de projetos e potencialidades de reinterpretação cultural (na base das práticas ordinárias da vida, das pessoas agindo e interagindo no cotidiano), encontramos embasamento para investigar a experiência do grupo de mulheres titulares do PBF, na compreensão que transpassa a discussão de *focalização feminina*, na perspectiva dicotômica que transita entre argumentos da abordagem *eficiência e instrumentalização* da mulher e argumentos sobre direitos das mulheres.

Coque: descrevendo uma comunidade em *enclhecimento*

O trabalho de campo, a partir de pesquisa etnográfica, vem sendo realizado na comunidade do **Coque**, desde 2012. Os relatos aqui apresentados são oriundos de entrevistas e observação participante, que foram realizadas entre os anos de 2012 e 2013. Foram contatadas mais de 120 mulheres, das quais pudemos acompanhar a vivência familiar de 12 mulheres, selecionadas em função da aglutinação de fatores tais como: participar do Programa há mais de cinco anos, estar em relação estável com companheiro, ter filhos em idade infantil e estar disponível para participar da pesquisa. Na caracterização sociodemográfica do grupo destacamos: faixa etária entre 20 e 30 anos, maioria com ensino fundamental incompleto (com estudos até o 5º ano); mãe de três a seis filhos; e o benefício do PBF se constituir como principal fonte de

renda familiar, com valores do benefício que variam entre R\$120,00 e R\$200,00.

Os projetos de vida mencionados estão associados com questões de habitação, busca por acesso ao mercado de trabalho formal e vida reprodutiva, projetados em planejamento e busca por *melhoria* de vida. Neste artigo, iremos nos ater a questão da moradia e o sonho de ter uma casa própria. Sobretudo, considerando o processo de investidas de *desapropriação* da comunidade – dentro de discursos que aludem a necessidade de implementação de projetos de desenvolvimento urbanístico da cidade do Recife – e os impactos na vida das moradoras, mulheres titulares do Programa Bolsa Família.

Geograficamente, o Coque é uma ilha (Ilha Joana Bezerra). A comunidade localiza-se no centro da cidade do Recife e constitui uma *zona especial de interesse social (ZEIS²⁴)*, **considerando a situação de extrema pobreza das famílias residentes e que historicamente são desprovidas de serviços básicos de infraestrutura de urbanização. Segundo último Censo demográfico (2010)²⁵, a população do Coque é composta por cerca de 12.600 habitantes.** As mulheres responsáveis por domicílio somam aproximadamente 57% dos chefes e o valor de renda média mensal domiciliar é em torno de R\$ 700,00, o que correspondia a pouco mais de um salário mínimo nos anos de 2012/2013.

Situada no centro do Recife, urbanisticamente a comunidade reflete desigualdades socioespaciais. Posiciona-se muito próximo ao centro comercial da Cidade (cerca de 2,5 km); margeia Boa Viagem (cerca de 3,5km de distância), bairro de alta concentração de renda,

24 ZEIS “são áreas de assentamentos habitacionais populares, surgidas a partir de ocupações ou invasões efetivadas em áreas públicas ou privadas não dispendo de infraestrutura básica de urbanização e nem regularidade fundiária. São áreas popularmente conhecidas como favelas cujas características remetem a precariedades e carências as mais diversas. Situam-se geralmente em áreas de risco e desprovidas de serviços básicos de urbanização. Esteticamente apresentam-se como aglomerados habitacionais muito precários que dão a impressão de amontoados de casas entrecortados por caminhos desordenados e estreitos” (MENDES, 2005:99).

25 Informações encontradas na Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa1/ilha-joana-bezerra/>. Acesso em: 12 jul. 2013.

e faz fronteira com a Ilha do Leite, maior polo médico privado de Pernambuco. No contexto de realização de obras de infraestrutura, visando *desenvolvimento* da cidade, na década de 1990, vários trechos da comunidade foram desapropriados para construção do Fórum Jurídico Desembargador Rodolfo Aureliano e construção do Terminal Integrado (TI) de Ônibus Joana Bezerra (VALE NETO, 2010; OLIVEIRA, 2010).

Desde então, a realização de obras viárias – executadas como proposta de melhoria da mobilidade urbana – e ampliação de investimentos econômicos do setor imobiliário nos bairros circunvizinhos (Ilha do Leite e Boa Viagem são áreas de alto valor imobiliário no Recife), vêm sistematicamente *encolhendo* o Coque.

Em 2014 e 2015, em áreas dentro da comunidade, houve demolições e retiradas de diversas casas, sobretudo as que estão situadas em área próxima do TI Joana Bezerra (ampliado, dentro dos projetos de preparação da Cidade do Recife para sediar jogos da Copa do Mundo)²⁶ e áreas próximas ao Viaduto Capitão Temudo (que fornece caminhos de acesso para um *shopping center* de alto padrão aquisitivo – inaugurado em 2012). Em suma, leia-se que a posse da área vem continuamente sendo desapropriada em nome do *desenvolvimento* da Cidade (obras estruturadoras do ramo rodoviário, comercial e imobiliário) e mais recentemente em nome da *necessidade* de obras de infraestrutura para a Copa do Mundo (2014).

No diálogo com as moradoras, ao longo da pesquisa, pudemos compreender dimensões que muitas vezes são ocultadas dentro dos discursos midiáticos e políticos de *desenvolvimento urbanístico da cidade*. Em geral, os processos de desterritorialização das casas do Coque (o termo, geralmente, engloba barracos de papelão, casas de alvenaria com único ou dois cômodos) são efetivados por indenizações monetárias ou alojamentos dos moradores em conjuntos habitacionais populares, construídos em outras comunidades, distanciadas do centro da Cidade. Tal formatação, em geral, também implica deslocamento

26 O estado de Pernambuco foi um dos estados que sediou jogos da Copa do Mundo (2014, Brasil). Nesse sentido, alguns investimentos, para execução de obras viárias, foram realizados na cidade do Recife.

da rede de sociabilidades local, desconsideração de fontes de trabalho e arranjos familiares que fornecem suporte das mais diversas ordens.

Dona Dina²⁷, uma senhora de 65 anos, residente no Coque há mais de 35 anos, *relata que a construção do Viaduto* [Viaduto Capitão Temudo] *tem novamente expulsado diversos moradores de suas casas para dar passagem aos bairros dos ricos e não vem nada de bom para o Coque* [Diário de Campo, Janeiro, 2013]. Relembra com expressões de *decepção* as desapropriações de casas para construção do Fórum Jurídico Desembargador Rodolfo Aureliano, que foi instalado com promessas de promoção de melhoria para comunidade. Na conversa questiona: *há algum morador do Coque trabalhando no Fórum? Se diz que é do Coque, eles batem a porta na cara da pessoa, diz que é logo ladrão* [Diário de Campo, Janeiro, 2013].

Cristina, ao comentar as desapropriações das casas relata que, em muitos casos, os moradores, por dificuldade em gerenciar o recurso indenizatório *torram tudo rápido e compram no máximo outras palafitas em outras áreas*. Na comparação e conhecimento de outras comunidades desapropriadas pelos órgãos municipais, descreve o caso da comunidade Brasília Teimosa [Bairro do Pina, Recife]: *Expulsaram foi um bocado de moradores para um conjunto habitacional no Cordeiro* [outro bairro Recife-PE], *longe dos familiares e do trabalho deles. Lá viviam do mar, o cara que era pescador quando não tinha dinheiro ia para o mar e pescava, e agora faz o quê? Tem que sair de madrugada, pegar a bike e ir para o Pina de novo, distante do Cordeiro. Quando chega no condomínio descobre que tem que pagar água e luz e com qual dinheiro? Que não tem nem emprego e nem dinheiro para se alimentar!* [Diário de Campo, Setembro, 2012].

Em vista das investidas de *desapropriação* do Coque, cabe menção a organização do Movimento Popular Coque (R)Existe que procura mobilizar e articular moradores para defesa do direito a moradia e regularização da comunidade, demarcada como ZEIS. No ano de 2013, a partir de articulações do Movimento Popular Coque

27 Em respeito aos procedimentos éticos em pesquisa todos os nomes de moradores, mencionados neste trabalho, são fictícios.

(R)Existe, *batalhas* políticas e judiciais contra o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife garantiram reapropriação de áreas da comunidade, que estavam destinadas à construção de polo jurídico – que ficaria sob a tutela da Ordem dos Advogados do Brasil – e ampliação do sistema viário de acesso ao Terminal Integrado Joana Bezerra.

A compreensão desse cenário é importante para entendimento dos relatos do grupo de mulheres pesquisadas sobre deslocamentos de moradias de muitas famílias dentro do Coque (compras de barracos e casas em outras áreas dentro da própria comunidade, com recursos advindos das indenizações de terrenos invadidos), bem como formulação de projetos da *casa própria* e acesso às oportunidades de trabalho e geração de renda, também dentro da comunidade. Na próxima secção detalharemos os relatos dessas mulheres, no cenário sociogeográfico em que elas vivem, que transita entre desapropriação dos domicílios e enfrentamento comunitário por garantia de regularização de moradia e direitos sociais.

Projetos de ter uma *casa própria*

Para compreender os projetos de vida das entrevistadas relacionados à casa própria, contextualizado com o que estamos denominando de processo de *encolhimento* do Coque, é preciso atentar para como as questões de desapropriação territorial e o temor pelo reassentamento em outra área da cidade, fragilizam a rede de sociabilidade e os vínculos familiares. Tais vínculos são condições fundamentais para a rotina diária destas mulheres e sua maior ou menor possibilidade de articular recursos que permitam a procura por trabalho e renda, de organização do trabalho doméstico e de cuidados com as crianças, e de reagir a uma relação conjugal violenta ou com companheiros controladores.

Quando indagadas sobre projetos de vida, em projeção temporal de uma década, prioritariamente as mulheres mencionam o desejo de ter uma *casa própria*. Assim relatam Diana, Eva, Jurema, Joelma, Cristina e Severina. Os relatos correlacionam discussão que ora ressalta a problemática sobre desenvolvimento urbanístico e regularização de

moradias dentro da comunidade do Coque, ora frisa oportunidades de independência feminina na relação conjugal, com companheiros *controladores*, e/ou realça a intenção de reconstrução conjugal e familiar, após vivência de relacionamentos permeados de violência doméstica.

No que tange ao debate sobre desenvolvimento urbanístico e regularização de moradias dentro da comunidade do Coque, os relatos de Diana e Cristina auxiliam na compreensão da intersecção entre projeto de ter uma casa, no contexto de desapropriação territorial, regularização de moradia e direito habitacional:

Diana: *Queria ter uma casa... Uma casa mesmo, maior. Porque no pedaço do terreno do pai dele, a gente podia botar laje, aí ficava os quartos em cima, a cozinha e a sala embaixo, aí ficava maior [...]. Quando a gente foi morar junto, a gente alugou um quarto [Diana e o companheiro, Igor], que a tia dele tem um quarto e alugou para gente morar lá do outro lado [refere-se ao lado do Coque que foi reapropriado para construção do Fórum Jurídico]. A gente ficou morando, depois se separou. Eu vim embora para casa da minha mãe. Depois a gente voltou de novo, foi quando Igor saiu do emprego. O pai dele deu uma parte do quintal dele. Aí Igor fez um vãozinho, que é onde a gente mora agora. O vão [cômodo] é quatro metros, e tem um banheiro no quintal, fora da casa. Ainda bem que a gente não paga aluguel para o pai dele. É horrível pagar... E não paga nem água e luz. Mas eu acho que daqui há dois ou três anos a gente sai dali. Porque o meu quarto é logo na pista [Avenida]. Já tirou uns barracos de lá, eu estou achando que mais seis casas assim do Capitão Temudo [refere-se ao Viaduto] para cá é a minha. Aí eles tão tirando tudo. Acho que vão tirar tudinho daqui da favela, porque vão fazer prédio. Essa parte aqui da favela todinha, está tudo sendo demolida. Por isso que eu estou dizendo: O Coque vai sumir! Vai ser tudo Coque rico agora [Entrevista, Agosto/2012].*

Cristina: *Eu penso em ter minha casa. A gente [Cristina, companheiro e filhos] começou a morar junto numa casa alugada, mas com essas obras do viaduto e do terminal [Terminal Integrado de Passageiros] a casa foi derrubada. Era bem perto da Avenida, e agora eu recebo auxílio moradia [...] Assim, antes desse programa da casa, a gente estava planejando construir uma casa. Ia se apertar, para ir guardando uma quantia todo mês para poder começar a fazer. Só que como teve esse negócio dessa casa, essa benção por uma parte, que pelo menos agora eu vou ter um cantinho certo, mas a parte ruim também é que a gente não sabe para onde vai. Pode ser aqui, pode ser no Ibura, pode ser no Pina, e eu tenho que ir para onde eles quiserem, não é? Então, essa é a parte complicada, porque se eu for morar num canto longe, vou ter que sair de perto da minha mãe. Fica ruim porque eu sou muito apegada com ela. Ruim de tudo! Um lugar que a gente não conhece, apenas que vai ser um conjunto habitacional, vai ser praticamente um bairro! Mas o lugar aonde você vai mesmo, você não conhece e sempre é longe [Entrevista, Setembro/2012].*

No processo de desterritorialização de áreas do Coque e desapropriação de casas, observamos que Diana, Joelma e Cristina e suas famílias estão sendo deslocadas de suas moradias, com possibilidade de saída definitiva da comunidade, em decorrência dos projetos de desenvolvimento urbanístico da cidade do Recife.

A menção sobre *Coque Rico*, tal como expressado por Diana, certamente não engloba as atuais famílias e moradores. Aqui o recurso linguístico do verbo *sumir* parece presumir os diversos obstáculos que implicam deslocamento habitacional para outra comunidade. Cria obstáculos que tangenciam dimensões da rede de sociabilidade, meios de produção de renda e maior dificuldade de mobilização para outras áreas da cidade.

Como visto no relato de Cristina, as mulheres e suas famílias transitam entre a possibilidade de ter *um cantinho certo* (que não implique contínuo deslocamento da família, na ocasião de recebimento

de uma casa dentro de Programa de habitação popular) e projeções adversas de saída da comunidade, na qual contam com uma rede de apoio de familiares/vizinhança e têm facilidade, pela localização geográfica, de residir numa área próxima ao centro urbano do Recife.

Vejamos relatos de Joana, Diana, Jurema e Eva sobre moradia no Coque, na qual enfatizam a centralidade geográfica da comunidade em relação ao centro urbano do Recife e a rede de sociabilidade familiar. Especialmente, em relação à família veremos a menção de apoio das mães e avós, essencial para auxiliar as mulheres nos cuidados maternos e afazeres domésticos:

Joana: *Eu acho bom morar aqui no Coque porque é perto de tudo. É perto da cidade [refere-se ao Centro Comercial], perto de Afogados [comunidade vizinha que tem feira popular de alimentos]. Você vai de pé. Tem metrô, e assim é um lugar que dá para ir para outros lugares. É bom porque muitos lugares não têm por aí colégio perto, aqui tem dois municipal e um colégio do governo, o estadual. O posto [Posto de saúde] é perto também [...] Eu me dou bem com os vizinhos aqui. De vez em quando eu me sento aqui na porta, como é muito quente dentro de casa, quando tem alguma companhia ainda fico com minha mãe, minha cunhada, que moram aqui na frente da minha casa [Entrevista, Maio/2012].*

Diana: *É muito bom aqui. Perto de tudo! Praia nós vai a pé. Aqui Afogados vai andando também, acho que é uns 15 minutos. A cidade é perto também. Acho ótimo morar aqui! Passo o dia aqui na casa da minha mãe com meus filhos, só vou para casa de noite quando Igor chega do trabalho, é bom aqui [Diário de Campo, Visita Domiciliar, Julho, 2012].*

Jurema: *[...] Aqui é bom, porque é perto da cidade, é tudo perto. Saiu da maternidade, se não tiver dinheiro vai até andando, porque é pertinho. Tem aqui perto o IMIP [Hospital filantrópico de referência em assistência materno-infantil] e a Restauração [Hospital público de referência em assistência*

de diversas especialidades e urgência médica] [Entrevista, Dezembro/2012].

Eva: *Eu acho um lugar bom. Tem muita miséria, mas também em compensação tem muitas pessoas para ajudar, tem muita ajuda. É tudo perto, Afogados a gente vai a pé, Santo Amaro a pé, se morrer um vizinho, a gente vai embora de pés [refere-se ao bairro de Santo Amaro, no qual está localizado um cemitério público]. Depois que sai daqui, depois que minha casa foi baleada, sabe aonde eu consegui comprar um barraco? Em Campo Grande! [Comunidade Popular localizada em região de divisa territorial entre cidades de Recife e Olinda]. Só que aqui é mais perto das coisas, minha mãe mora aqui, me ajuda com os meninos. A escola dos meninos é aqui. Eu disse: aí meu Deus e agora? Tudo para mim lá era difícil. Não tem linha de trem para cá, para trazer os meninos para escola. Aqui se a gente precisa de alguma coisa a gente tem um vizinho para pedir e lá que não tinha ninguém. E lá é cada um por si. Aí eu peguei, aluguei esse barraco e voltei morar de aluguel aqui no Coque. Como tinha o dinheiro certo da minha bolsa família, voltei! Aqui se você não tiver um trabalho, mas tem Afogados bem ali, você vai ali na feira [feira popular no bairro de Afogados] traz um tomate, traz uma cebola, pega no chão da feira, não passa fome não. Tem o sinal ali. É melhor pedir do que roubar, não é? É um lugar bom de se morar, para a gente de baixa renda é melhor ainda [Entrevista, Janeiro/2013].*

Observamos que os relatos enfatizam como essa centralidade geográfica do Coque facilita circulação por outras áreas da cidade, tais como o centro comercial da cidade, os hospitais públicos, a praia de Boa Viagem (que é apresentada como uma das poucas opções de lazer gratuita), a feira popular de alimentos e a estação metroviária integrante de sistema de Metrô do Recife. Tal centralidade muitas vezes dispensa o uso de transporte coletivo, na qual a condição de poder fazer o deslocamento sem pagar tarifas de transporte é fundamental para a mobilidade mencionada.

Em relação à rede de sociabilidade, majoritariamente as entrevistadas moram em proximidade com familiares do parentesco materno (Joana, Joelma, Eva, Diana, Cristina) ou mesmo coabitam na casa das mães (Severina e Jurema). Nesse sentido, observamos auxílio contínuo nos cuidados filhos, sobretudo com os filhos recém-nascidos e em idade infantil.

A experiência descrita por Eva, no momento que teve que morar em outra comunidade, longe de sua rede de sociabilidade materna e de vizinhança, demonstra os obstáculos do deslocamento habitacional. Obstáculos que podem ampliar restrições de mobilidade por outras áreas da cidade, dificultar acesso aos meios de sobrevivência (como por exemplo, poder recolher alimentos em feira popular) e restrição de convivência familiar, que incluem aumento da sobrecarga com as atribuições domésticas e cuidado com os filhos, na medida em que a mulher se vê longe da rede de apoio da família materna. O agravamento das condições de deslocamento também é extensivo às oportunidades de trabalho e conciliação com o ciclo de vida familiar.

Ressaltamos que nos relatos de Diana, Cristina e Eva observamos críticas ao modo como vem sendo implantado o processo de desapropriação das casas e famílias residentes no Coque para obras imobiliárias e viárias. Vejamos o relato de Eva na complementação de sua fala sobre moradia no Coque:

Eva: [...] Eu estou achando uma coisa ridícula que estão querendo expulsar a gente de todo jeito. Acabar com o Coque. Começou por esse Fórum, depois esse viaduto, agora disseram que vão fazer condomínio fechado. Vai acabando aos poucos. É para lascar os pobres, não é? É porque a maioria pensa que é besteira. Pensa só no dinheiro que vai receber. Porque pobre num instante gasta, aparece uma doença, filho morre, mãe adocece, aí gasta. E com o dinheiro [recursos indenizatórios] que eles dão, não dá para comprar é nada hoje! Aí o pobre fica sem dinheiro e na rua [Entrevista, Janeiro/2013].

O relato aponta como sistematicamente as famílias vêm sendo *expulsas* dentro de um processo compulsório de desapropriação que

não garante o direito à moradia e regularização fundiária e que desconsidera a desproporção entre prejuízos e benefícios da desapropriação para população (mais especificamente, os prejuízos que agravam a condição de vida das mulheres pobres). Cabe lembrar que essa *expulsão* é agravada, sobretudo na condição de que a comunidade do Coque é uma área legalmente demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que por direito, prescrito em lei, é área na qual deve resguardar direitos de moradia, implantar ações de requalificação urbanística e inviabilizar processos de especulação imobiliária dos terrenos urbanos demarcados como ZEIS, que desapropriem moradores.

Nos projetos de vida que mencionam o desejo de ter uma *casa*, observamos também relatos que dão ênfase à intenção de reconstrução conjugal e familiar, após vivência de relacionamentos permeados de violência e/ou frisam as oportunidades de independência feminina nas relações conjugais, com companheiros *controladores*. Vejamos os relatos de Eva e Jurema:

Eva: *Do meu futuro eu espero terminar minha vida com Jerônimo, não me separar e ter minha casa. Porque morar de aluguel é muito ruim, porque você quer ajeitar a casa e não pode porque não é sua, entendeu? Eu pago R\$ 200,00 todo mês. Vê a casa está assim: cheia de água [em todas as paredes há infiltrações e mofo], telhas quebradas, os vidros quebrados da janela, falta rebocar. O quarto é só um quarto, e é bem pequenininho parece um banheiro. Não cabe nem um guarda roupa, só dá uma cama. Minha menina agora está dormindo no chão, o menino dorme no sofá e eu, como estou parada, durmo com minha filha novinha na cama [Entrevista, Janeiro/2013].*

Jurema: *Daqui a cinco anos eu me imagino no meu próprio canto. Para um dia que se acontecesse alguma coisa comigo, eu deixar para os meus filhos. Eu pretendo comprar uma casa pra mim, aqui perto da casa da minha mãe... Aqui no Coque mesmo [Entrevista, Dezembro/2012].*

Na trajetória de vida e projetos de casa própria, destacamos que a condição de titularidade feminina no PBF, associada com ampliação de recurso permanente via integração com o Programa Bolsa Escola, constitui um importante cenário para elaboração de planos de construção da casa própria.

No caso de Eva, após um primeiro relacionamento conjugal marcado por violência, ela tenta construir uma família com o segundo companheiro, Jerônimo. O período de início do segundo relacionamento é concomitantemente a inserção no PBF e Bolsa Escola. Os recursos monetários advindos desta inserção são mencionados como essenciais para a possibilidade de pagar o aluguel do *barraco* onde atualmente está morando, após retorno à comunidade do Coque, quando ela expressa que “*aluguei esse barraco e voltei morar de aluguel aqui no Coque, como tinha o dinheiro certo da minha bolsa família, voltei!*”.

Nas trajetórias de Joelma e Jurema, observamos também que a projeção de ter uma casa é contextualizada no cenário de conseguir manter a separação conjugal de companheiros que restringiam a *circulação* delas fora do ambiente doméstico. Igualmente, a condição de titularidade feminina de um rendimento monetário mensal aparece como elemento facilitador que permite a elaboração de projetos de ter uma casa.

Joelma afirma que tomou a iniciativa de morar só com as filhas porque estava recebendo o Bolsa Família, rompendo relacionamento com um companheiro que *controlava* e *vigiava* constantemente sua *liberdade* na circulação fora de casa: [...] *Eu tomei a iniciativa de vir morar só, só eu e minhas filhas, por causa disso, mesmo sem trabalho, porque estava recebendo o Bolsa Família* [Entrevista, Dezembro, 2012].

O projeto de Jurema em comprar uma casa perto da casa mãe também é contextualizado em cenário de separação conjugal. No relato sobre a separação, ela descreve a sua experiência de relações de gênero desiguais, as quais na regência da vida de mulheres pobres impõem *aprisionamentos* na casa e responsabilização com os filhos, com proibição de *saídas* para espaços de lazer e diversão, que inclui apenas restrições à mulher/mãe e não ao homem/pai.

No entanto, sem desconsiderar o apoio da rede de sociabilidade, o que queremos reforçar é que os planos de ter uma casa, no caso de Joelma (poder alugar uma casa) e Jurema (intencionar ter uma casa) após separação conjugal de companheiros *controladores*, aparecem também relacionados com a condição de titularidade feminina de programas de transferências de renda, no caso delas a condição de titularidade do PBF.

No debate sobre projetos de habitação é possível compreender que a questão territorial é fundamental para a organização familiar, a manutenção de laços de parentesco e redes de solidariedade dessas mulheres. Elas, que na situação de pobreza, são alijadas das políticas de saúde, de emprego, de qualificação profissional e são sobrecarregadas com atribuições domésticas e cuidado com as crianças. Nesta discussão, visualizamos a importância do PBF no qual as mulheres são as titulares, para a agência feminina em relação à vida familiar. Um dos elementos que merece destaque é a influência na obtenção de maior autonomia e liberdade para lidar com relações conjugais violentas e companheiros controladores e para o planejamento/intencionalidade de ter uma casa própria, o que evidencia estratégias de resistência na discussão sobre agência de projetos (ORTNER, 2006).

Considerações Finais

Em alguma medida, a titularidade feminina do PBF aparece como elemento que permite cogitar projetos de casa/moradia dentro de um processo de (re)construção de subjetividades, no qual as mulheres tentam alcançar maior autonomia em suas trajetórias de vida, permeadas por múltiplas desigualdades e vários tipos de violência, o que também inclui poder ofertar uma melhor condição de vida aos seus filhos.

Não é possível desconsiderar a desproporção que distancia o plano de ter uma *casa* própria de sua realização, sobretudo, frente aos contextos diversos de desigualdades, que ampliam essa desproporção. São contextos que agravam dificuldades de mulheres pobres, moradoras do Coque, no planejamento de ter uma *casa*, influenciando a possibilidade de maior autonomia feminina dentro de suas trajetórias

de vida. Neste sentido, o projeto de ter uma casa própria se configura mais como um sonho do que uma realidade factível. Entretanto, o poder de cogitar a aquisição da casa própria é revelador de uma série de processos e agência feminina postos em ação a partir da inclusão destas mulheres no PBF, como titulares.

O fato de obter uma renda mensal advinda da titularidade feminina no PBF aparece como um elemento importante na possibilidade de projeção de uma casa própria. Projeção que também abrange simbologia de recomeço de vida, que inclui superação de ciclos de violência com ex-parceiros e/ou possibilidade de vivenciar maior *independência* feminina na vivência de novos relacionamentos conjugais.

Os aspectos de moradia analisados, neste trabalho, ressaltam a importância das redes de sociabilidade e relações de gênero nas famílias (tanto aquelas de parentesco intergeracionais, quanto aquelas relacionadas à conjugalidade heterossexual), e apontam indicadores que poderiam ser mais trabalhados na análise dos impactos do PBF e da titularidade feminina, em termos de aquisição de autonomia das mulheres pobres e processos de empoderamento.

Propomos que a formulação de indicadores relacionados à perspectiva feminista de empoderamento sejam vinculados ao estudo de trajetórias de vida. As dimensões temporal e territorial parecem ter importância crucial para explicitar situações de desigualdade de gênero e classe, bem como processos de aquisição de maior autonomia a partir da participação em programas de transferência de renda.

É preciso, ainda, tomar cuidado ao lidar com a focalização feminina em sua perspectiva restritiva de reforço das atribuições dos papéis femininos na casa e com a família. A aquisição da maior autonomia que conseguimos captar por meio de uma análise qualitativa, em situação de *encolhimento* territorial da comunidade pesquisada, pode fornecer pistas para a avaliação de programas de transferência de renda. Entretanto, a falta de uma perspectiva de gênero na formatação de programas como o PBF limita a efetivação de direitos de igualdade para as mulheres, que somente seriam possíveis de se efetivar se houvesse o desenvolvimento de programas e políticas complementares de apoio aos processos de empoderamento em vários aspectos de suas vidas, tais como: na esfera doméstica, no trabalho/qualificação

profissional, na saúde e direitos reprodutivos, na circulação pelos espaços urbanos e o direito à habitação.

As mulheres entrevistadas ilustram variadas formas de agência nas tentativas de sair de situações vexatórias e expressam desejo de viver com mais dignidade e igualdade nas relações conjugais, mesmo vivenciando as repercussões dos projetos de desenvolvimento urbano da cidade, que literalmente desconsideram a importância da territorialidade na vida das mulheres pobres.

Assim, falta ao Estado efetivar seu compromisso com políticas sociais e de desenvolvimento que efetivamente levem em consideração os direitos das mulheres e não apenas a utilização da maternidade e do trabalho gratuito das mulheres pobres como fontes de otimização dos projetos de desenvolvimento do país, sobretudo os de transferência de renda propostos para a América Latina.

Apontamos que as mulheres pobres estão criando estratégias para romper com a formatação implícita dos programas de transferência de renda, que induzem a utilização do trabalho não remunerado feminino para os cuidados com as crianças, aludindo a competência materna. Falta ao Estado a efetivação de políticas que reparem a dívida histórica e social que o Brasil tem para com as mulheres na efetivação de políticas com enfoque de gênero, no âmbito das políticas sociais.

Referências

- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Bolsa Família*. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia. [Acesso em Setembro/2015].
- ALVES, José Eustáquio; CAVENAGHI, Suzana. 2012. O Programa Bolsa Família, Fecundidade e a Saída da Pobreza. In: ARILHA, Margareth et al (Orgs.) *Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas*. Campinas: Librum Editora, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, p.27-48.
- BUVINIC, Mayra. 1986. Projects for Women in the Third World: Explaining their Misbehavior. *World Development*, 14(5):653-664.

- KABEER, Naila. 2005. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third millennium development goals. *Gender and Development*, 13 (1):13-24.
- _____. 2003. *Reversed Realities: gender hierarchies in development*. London: Verso.
- _____. 1999. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and Change*, 30 (3):435-464.
- LEÓN, Magdalena. 2001. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de gênero. *Revista de Estudios de Género La Ventana*, 13: 94-116,
- _____. 2000. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(2).
- _____. 1997. El empoderamiento em la teoria y práctica del feminismo. In: LEÓN, Magdalena (Org). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: TM Editores e Universidad nacional, p.1-28.
- MOSER, Caroline. 1989. Gender planning in the Third world: Meeting Practical and Strategic Gender needs. *World Development*, 17 (11):1799-1825.
- NANES, Giselle. 2016. *Mulheres Titulares do Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho projetos de vida*. Recife: EdUFPE.
- ORTNER, Sherry. 2006a. Updating Practice Theory. In: ORTNER, Sherry. *Anthropology and Social Theory: Culture, Power and The Acting Subject*. London: Duke University Press, p.1-19.
- _____. 2006b. Power and Projects: Reflections on Agency. In: ORTNER, Sherry. *Anthropology and Social Theory: Culture, Power and The Acting Subject*. London: Duke University Press, p. 129-154.
- _____. 2005. Subjectivity and cultural critique. *Anthropological Theory*, 5 (1):31-52.
- RABELO, Maria Mercedes. 2013. Redistribuição e Reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família (PBF). *Ensaio FEE* (Impresso), 34:57-90.
- _____. 2011, *Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias*. TESE (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

- REGO, Walquiria. 2013. Liberdade, Dinheiro e Autonomia: o Caso da Bolsa Família Política & Trabalho, *Revista de Ciências Sociais*, 38:21-42.
- _____. 2010. Política de cidadania no governo Lula: ações de transferência estatal de renda: o caso do Bolsa Família. *Temas y Debates*, 20: 141-155.
- _____. 2008. Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: Uma Aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova*, 73:147-185.
- REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. 2013. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP.
- SARDENBERG, Cecília. 2012. Negotiating Culture in the Promotion of Gender Equality and Women's Empowerment in Latin America. *IDS Working Paper*, p. 03-44,
- _____. 2010. Women's Empowerment in Brazil: Tensions in Discourse and Practice. *Development*. Cambridge, 53:232-238.
- _____. *Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista*. In: I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. NEIM/UFBA, Salvador, Junho de 2006.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. 2010. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA; Nalu; Moreno, Renata. (Org.) *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, p. 57-74.
- SUAREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA Rômulo (Orgs). *Avaliação de políticas e programas do MDS - resultados: Bolsa Família e Assistência Social*. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. p. 119-162.
- TEBET, Mani. 2012. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 5(2):295-334.

II - GÊNERO E POLOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CONSELHOS TUTELARES ARTICULANDO FAMÍLIAS, GÊNERO E DIREITOS NUM POLO DE DESENVOLVIMENTO COM PRESENÇA DE MIGRANTES MASCULINOS

Parry Scott¹ | UFPE

Dayse Amâncio dos Santos² | UFRPE

Quem está em risco, ou, mais modernamente, quem vive uma vulnerabilidade, precisa de proteção. Desde a promulgação do Estatuto de Criança e do Adolescente, intensificou-se a discussão sobre os mecanismos pelos quais se pode realizar a governança dos direitos de crianças e adolescentes a esta proteção. A nova centralidade da infância, como argumentam Sorj e Goldenberg³ (1999), redimensiona as relações de hierarquia e de solidariedade que caracterizam a “família” e, ainda mais, a outras instituições disciplinadoras criando uma série

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (Fages). rparryscott@gmail.com

2 Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisadora do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (Fages). dayse_amancio@hotmail.com

3 Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4677&Itemid=356 Acesso em 15 out. 2015

de práticas intensificadas e de inversões simbólicas de prioridades. Na adoção e em outras práticas de formação familiar, como foram estudadas por Santos (2010; SANTOS; SCOTT 2013), hoje é mais realçada à adequação da família e dos sentimentos de afeto para a criança de que à questão da necessidade sentida pelos responsáveis da família de “ter uma criança”.

No reconhecimento dos direitos do exercício de prostituição como profissão (RIBEIRO, 2013), ainda se protege crianças e adolescentes da “exploração sexual” à qual podem estar sujeitos ao entrar no mercado de sexo antes de atingir “a maioridade”. A punição a infratores da lei afrouxa formalmente seu aspecto propriamente “punitivo” quando se trata de uma criança ou adolescente que possa estar sujeito a medidas socioeducativas mais brandas, justamente por não ter atingido esta “maioridade” estatutária (SILVA, 2015⁴). Quando o ambiente familiar é julgado nocivo à vivência saudável de crianças e adolescentes, eles têm direito a abrigos, clínicas terapêuticas ou mesmo acolhimento por uma “família substituta” através da intervenção familiar (MARTINS *et. al.* 2010; COSTA e ROSETTI-FERREIRA, 2009). Quando algum problema eclode em alguma audiência na justiça, um conselheiro tutelar se reveste de autoridade para opinar e influenciar decisões. Nenhuma destas soluções ocorre sem gerar grandes polêmicas sobre a sua eficácia e consequências, mas em todos os casos a justificativa é de “proteger as crianças”. A aplicação de muitas destas, e das muitas outras soluções disponíveis, frequentemente parece ser tão desnorteadora quanto o problema vivido pela criança e adolescente!

No meio destas polêmicas é comum existir um “Conselho Tutelar” que, quando acionado, precisa cogitar e decidir sobre qual o caminho que deve ser trilhado para “proteger as crianças e as adolescentes”. O Conselho Tutelar (CT), cujos integrantes são eleitos por um processo bastante participativo, é um braço da justiça que “se pinta de amigo”, que não se imiscui de estar presente em horas muito tensas,

4 Disponível em: <http://vivianessilva.jusbrasil.com.br/artigos/133011549/as-medidas-socioeducativas-aplicaveis-ao-menor-infrator> Acesso em 15 out. 2015

mas que é visto com muita desconfiança por ele ter o poder de ameaçar des-instituir pessoas, famílias, comunidades e até instituições da sua “legitimidade”. Defensivamente, ele precisa repetir constantemente que não é um órgão repressivo, mas não há como negar que a forma que ele age constitui uma representação respaldada em instituições “corretivas” acionadas para sanar a imagem da comunidade através das suas ações.

A questão abordada neste trabalho, longe de resolver qualquer polêmica sobre a justiça das intervenções e das soluções dos Conselhos Tutelares, é da compreensão da influência do contexto de operação do Conselho Tutelar sobre a imagem criada da população de uma comunidade. Mais especificamente, estuda o contexto de operação de um “polo de desenvolvimento em construção”, onde há investimentos vultosos, financeiros e de publicidade, que visam a criar uma aura de positividade que redefinem lugares (no sentido de Escobar, 2005), para torná-los parte de um espaço vocacionado para cooperar em ações a favor do desenvolvimento econômico com as características prognosticadas pelos seus planejadores e administradores. Este contexto tenciona a relação entre os moradores presentes anteriormente nos lugares e as populações que chegam para se envolverem nos benefícios dos investimentos. É uma vivência intensiva da relação descrita por Elias e Scotson (1965) entre “estabelecidos” e “outsiders”, agravada pelo fato de que a fiel da balança tende a inserir ambigualmente os “outsiders” na compreensão da realidade local como simultaneamente criadores de problemas e como mensageiros da mudança desejada pelos idealizadores da criação do polo de desenvolvimento. Dessa maneira, tanto quando a comunidade reflete sobre os CTs, quanto quando os CTs agem e opinam sobre as práticas nas comunidades, as suas ações serão interpretadas como, minimamente, tão promotoras, senão mais, das instituições e populações que estão promovendo a mudança de que como “protetoras” da população estabelecida.

Com este argumento principal, seguir-se-ão várias situações de operação corriqueira dos conselheiros tutelares no polo de desenvolvimento do complexo portuário-industrial de Suape e na Praia de Porto de Galinhas, para observar como identificam os alvos das suas intervenções (especialmente em relação às ideias de estarem “em risco”

ou “vulneráveis”) e também como propõem soluções para as situações encontradas com atenção aos significados atribuídos às práticas pelos próprios CTs e pela população, com bastante ênfase nas desigualdades de gênero. As informações e reflexões que embasam o trabalho proveem da pesquisa *Três Polos de Desenvolvimento e a vida sexual e reprodutiva das mulheres jovens em Pernambuco*⁵, bem como de participações em eventos e orientações de alunas⁶.

A pesquisa *Três Polos*⁷ foi realizada no período de 2010 a 2012, pelo Núcleo FAGES da UFPE. O estudo abordou o impacto da chegada de populações atraídas ao Complexo Portuário-Industrial de Suape e no Complexo Turístico de Porto de Galinhas e as estratégias de jovens que namoram e engravidam e de suas famílias. Discutiu-se como o aprendizado da sexualidade (HEILBORN *et al*, 2006), o namoro e, especialmente, a gravidez desencadeiam um padrão de busca de apoios, autonomia, mas também de controle e vigilância das instituições sobre essas jovens e suas famílias. Teceram-se considerações sobre o impacto tanto da presença de homens migrantes, quanto da associação entre a indústria turística, complexo de Suape e os moradores locais, para compreender como as instituições, em especial o Conselho Tutelar, se reordenam e se fazem presentes concreta e simbolicamente na vida das famílias nestes locais.

O estudo *Três Polos* contemplou pesquisa em documentos oficiais e recortes de jornais e de sites; pesquisa de campo que resultou em

5 Pesquisa **APQ0149-7.03/10** financiada através do EDITAL FACEPE 03/2010, Estudos e Pesquisas para Políticas Públicas Estaduais, Gravidez na Adolescência, FACEPE/SecMulher.

6 Orientação de mestrado de Rosângela Silva, cujo trabalho foi intitulado “Gravidez na adolescência, polos de desenvolvimento e controles institucionais: Trajetórias reprodutivas de adolescentes/jovens de Nossa Senhora do Ó (2012) e do mestrando Rafael Acioly (2013) cujo trabalho foi intitulado “As solicitações do corpo que muda: a construção subjetiva da representação da gravidez na adolescência e a incorporação do *habitus* da *maternagem* em Gaibu, Pernambuco”, ambos por Parry Scott, e orientação de monografia de conclusão de curso de especialização da Aluna Hyldiane Pereira de Lima, Intitulada “A exploração sexual de adolescentes e o Complexo Industrial e Portuário de Suape” (2015), pela professora Dayse Amâncio.

7 A pesquisa *Três Polos* focou também a agricultura irrigada de Petrolina, outro grande polo de desenvolvimento localizado no interior do estado.

centenas de páginas de diários de campo ao longo de mais que um ano de pesquisa de observação e convivência intermitente, sendo a fonte mais importante para este artigo. Também usa dados de 68 entrevistas abertas com roteiros sobre a experiência de gravidez com mães jovens (44, entre 16 e 24 anos de idade) e avós (24, entre 32 e 65 anos de idade); e 418 questionários sobre namoros, gravidez, mobilidade e avaliações de oportunidades de trabalho e efeitos dos projetos de desenvolvimento nos locais, com mulheres jovens, de entre 16 e 24 anos, independentemente de terem passado pela experiência da gravidez.

Após uma breve caracterização dos conselheiros tutelares e da sua presença na região do polo de desenvolvimento e da conjugação de práticas disciplinadoras de crianças e adolescentes, discutem-se algumas situações específicas observadas e relatadas. Finaliza-se com uma discussão de como os significados vistos nestas situações se inserem no ambiente de investimento e valorização de vocações no polo e na compreensão das relações sociais de segmentos diferentes da população presente.

Conselhos Tutelares: governança, direitos e práticas familiares

Ao descrever a vida cotidiana de adolescentes grávidas em Nossa Senhora do Ó, cidade no distrito do município de Ipojuca mais afetada pela combinação do crescimento da indústria do turismo em Porto de Galinhas e do Complexo Portuário Industrial de SUAPE, Souza (2012) identifica um conjunto de seis instituições sociais que exercem o que ela chama de “controles institucionais” sobre as adolescentes. Incluem as famílias, as escolas, as religiões, os serviços de saúde, os órgãos de segurança pública e as instituições econômicas. Cada esfera de controle institucional reporta a campos atravessados por hierarquias no sentido de Bourdieu (2009), e as adolescentes, mesmo que sejam alvos prioritários de ações, às vezes, costumam enfrentar o fato de ocuparem posições subalternas em cada um dos campos, fazendo com que estas instituições sejam “disciplinadoras”, compreendidas como controladoras do que se pode e do que não se pode fazer na vida cotidiana.

Em menor ou maior grau, todas essas esferas se articulam com os Conselheiros Tutelares no exercício dos seus serviços.

A legislação que criou os Conselheiros Tutelares emprega uma terminologia bastante “mediadora” sobre a sua atuação, pois eles articulam todas estas, e ainda outras esferas. Sendo assim, o Conselho Tutelar é um órgão criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069 de 1990) com a seguinte atribuição:

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

A lei que institui os Conselhos Tutelares preconiza que deve haver no mínimo um órgão em cada Município, composto por cinco membros escolhidos pela população local para um mandato de quatro anos, sendo possível uma reeleição. Para se candidatar a um mandato é necessário, dentre outros requisitos, residir no município. Este requisito retira apenas parcialmente o Conselho do conjunto de campos de “controle institucional” para situá-los mais plenamente ao nível mais “simétrico” da “população do município”, que é quem os elege. Porém, como articula entre os agentes de “controles institucionais”, ele recupera ainda mais esta conotação hierarquizada, porém não limitada a um ou outro campo de atuação das seis instituições citadas e outras.

O Conselho Tutelar funciona a partir de denúncias de violações dos direitos previstos no ECA. A partir das definições contidas na legislação, categorias classificatórias como “maus-tratos”, “negligência”, “abuso sexual”, etc. são utilizadas pela instituição, visando a abarcar as diferentes formas de violação de direitos. Nesse sentido, *as queixas dão visibilidade social a relações familiares* que, a partir da procura pelo CT, poderão ser classificadas como violadoras de direitos (RIBEIRO, 1998). A promoção da inclusão ou exclusão de pessoas do convívio com os seus familiares como “proteção a direitos de pessoas em risco ou vulneráveis” faz com que o Conselho “Protetor” exerça um papel moralizador que informa quais são as maneiras corretas de agir de acordo com a lei dentro do contexto do município, e quais as

consequências para os que se afastam da “moralidade prescrita” pela interpretação que os conselheiros fazem dos direitos de crianças e adolescentes. (SCHUCH, 2005, 2009b).

Ao propor acolhimento ou abrigamento, ou promover intervenção de autoridades de segurança e ações reguladoras de instituições religiosas e ou terapêuticas, o conselho remove ou questiona a legitimidade das práticas cotidianas dos integrantes da família e da comunidade (SCHUCH, 2009a, MARTINS *et al* 2010). Quase todas as medidas mais disciplinadoras envolvem um distanciamento, seja duradouro, temporário ou intermitente, de atores específicos de relações cotidianas compreendidas como “nocivas”, “imorais” e “violadoras de direitos”. Está se perfilando qual a população desejável localmente. Quando o Conselho Tutelar se refere à proteção das crianças e adolescentes, trata da construção de um significado de infância e juventude que merece atenção especial por se encontrar numa situação de fragilidade. Essa preocupação se exacerba num contexto de rápido crescimento e migração massiva que poderia trazer consigo riscos potenciais aguçados.

Como destaca Ribeiro (1998), o processo através do qual um determinado grupo (como velhos, mulheres, crianças, etc.) é distinguido e quando a situação em que se encontram seus integrantes é considerada, por algum motivo, socialmente problemática, podemos falar na construção do um problema social. O grupo torna-se distinto da sociedade em geral a partir da disseminação de concepções que os definem como sendo pessoas que ameaçam a paz pública, ou que devem ser especialmente protegidas, ou que não devem ser discriminadas. Essas concepções não são estáticas e um determinado grupo, que ora foi visto como uma ameaça, pode posteriormente ser percebido como necessitando de proteção.

Nesse processo, a legislação configura um dos principais instrumentos que atribui oficialidade a definições que não contam, necessariamente, com o consenso a seu respeito⁸, mas que,

8 Por exemplo, a prática de bater nos filhos para atingir determinados objetivos de mudança de comportamento (violência física) pode levar a uma intervenção do Conselho Tutelar.

em decorrência de lutas sociais, são formalizadas como legítimas. A construção de um problema social envolve também sua transformação em objeto de mobilizações, disputas e alvo de políticas sociais (RIBEIRO, 1998). Quando uma região ou um município é entrecortado por propostas de desenvolvimento e intervenção que atraem novas populações à espera de benefícios, a falta de consenso se agrava mais ainda. Onde se situa a construção dos problemas sociais, entre a população estabelecida e a população de “outsiders”? Como cada uma faz parte da construção do que é um “problema social”? O próprio manual elaborado para informar os integrantes e não integrantes dos Conselhos Tutelares em Pernambuco, quando analisado com cuidado, mostra ter todas essas características (MIRANDA, 2013).

Conselhos Tutelares em Cabo e Ipojuca

Cabo e Ipojuca, os municípios focados neste trabalho, são municípios litorâneos recém-incorporados à Região Metropolitana do Recife, antes tendo composto a Zona da Mata Sul, área histórica de produção de cana-de-açúcar com décadas recentes de investimento numa indústria de casas de veraneio e de serviço de turismo de grandes dimensões. A parte do Complexo e a região de Porto de Galinhas realçadas pela pesquisa incluem os locais habitados mais diretamente impactados. Abrange as sedes dos municípios do Cabo e de Ipojuca. A maior parte da pesquisa de campo se realizou em quatro locais urbanos nos distritos destes municípios (Porto de Galinhas/Maracaípe e Nossa Senhora do Ó, em Ipojuca; Ponte dos Carvalhos e Gaibu, no Cabo).

Estes locais sofreram um aumento expressivo de migrantes. A população local interage de muitas formas com estes migrantes, *outsiders* cuja chegada afeta a vida dos estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 1965), sobre os quais se costuma elaborar imagens que refletem tanto desconfiança quanto expectativas positivas.

Desde os anos 1970, os dois municípios fazem parte de planos de construção de um enorme complexo portuário e industrial

Suape⁹, alternadamente ativados e incubados durante décadas, mas que foram intensivamente impulsionados a partir do ano 2007. O aumento populacional de 53.404 de 2000 a 2010 já mostrou que os dois municípios estavam crescendo muito mais rapidamente que o estado de Pernambuco. Nos dois municípios, percentualmente o crescimento de Ipojuca foi maior que o do Cabo (36,0% contra 21%), mas em termos absolutos o mais urbano Cabo cresceu mais (32,048) que Ipojuca (21,356). Embora não haja dados censitários para os anos mais recentes, o importante é notar que houve uma indubitável intensificação até 2014 (SANTOS *et al*, 2015).

A área estava no auge do seu aumento durante o período de campo (2010-2012) da pesquisa Três Polos. O influxo de dezenas de milhares de trabalhadores de construção e de outros serviços inflacionou o número de homens, o preço de aluguéis e as demandas locais de todo tipo de serviço, gerando reportagens grandiosas sobre o futuro da região bem como grandes questionamentos sobre os impactos sociais de todo este movimento econômico e político e o desequilíbrio entre número de homens e mulheres (ver SCOTT *et al*, 2012; ACIOLY, 2013; SOUZA, 2012; QUEIROZ *et al*, 2015; SCALABRINI COSTA, 2014). Para não nos determos demais nas extensas possibilidades deste debate, para este estudo o ponto mais importante é que se experimentava recentemente 1) um enorme influxo de homens, 2) um investimento significativo, mas menor, em serviços de controle institucional populacional, e 3) bem particularmente, um crescimento numérico de Conselhos Tutelares que exerciam uma mediação entre a população e as instituições de controle. Na parte final, destacar-se-ão algumas especificidades marcantes desta realidade para entender melhor a relação entre o contexto e as práticas dos Conselhos.

A dimensão da importância potencial dos Conselhos Tutelares se percebe na referida ampliação das unidades de Conselhos Tutelares

9 O nome de Suape é o nome de uma vila de pescadores no meio da área atingida no Cabo que foi estudado e descrito no início do período de planejamento por Roberto Motta (1979). As transformações que ocorreram ao longo das décadas e os conflitos decorrentes delas, com ênfase nos tempos recentes, podem ser vistas em Scalabrini Costa (2015), bem como em outros trabalhos produzidos pela equipe de pesquisa de Três Polos (SCOTT *et. al.* 2012, SANTOS *et. al* 2015)

para atender a população paralelo ao crescimento populacional e institucional nos municípios pesquisados. Os dois municípios totalizam sete Conselhos Tutelares, bem acima da média por município no estado, mas compreensível diante da dinamicidade, da diversidade e do tamanho dos municípios.

No Cabo de Santo Agostinho há, atualmente, quatro Conselhos Tutelares em funcionamento. Os Conselhos estão localizados no Centro do Cabo, em Ponte dos Carvalhos (aglomerado urbano situado entre Cabo e Jaboatão, no caminho da Zona Canavieira para a Região Metropolitana do Recife), no distrito de Jussaral (responsável por bairros que, em sua maioria, são da área rural do município) e o conselho tutelar das praias.

Em Ipojuca existem atualmente três Conselhos Tutelares, localizados em Nossa Senhora do Ó, Camela, e no centro de Ipojuca. O de Nossa Senhora do Ó responde por Nossa Sra. do Ó, e pelas praias de Maracaípe e Porto de Galinhas, onde já estabeleceu um espaço de trabalho na sub-prefeitura neste distrito; o de Camela responde por Camela e pela praia de Serrambi, as áreas mais distantes de Suape no município; e o CT de Ipojuca responde para a sede municipal propriamente dita.

A cronologia do estabelecimento dos CTs do Cabo de Santo Agostinho reflete as demandas intensificadas na área. O CT mais antigo foi implantado no ano de 2000, portanto, anterior ao influxo de grande parte da população que chegou com a expansão do projeto do Porto de Suape. Num período intermediário, foi o CT de Ponte dos Carvalhos, equidistante de Suape e da área urbana de Prazeres em Jaboatão de Guararapes, RMR. Já a sede do CT das praias foi criada em 2012, justamente ao mesmo tempo em que estava muito acelerado o influxo de trabalhadores. Mesmo que tenha havido um crescimento de casas de veraneio e de população flutuante da praia anteriormente, apenas se considerou que as praias se tornaram um local que merecia um CT próprio após o impacto direto do crescimento populacional de trabalhadores masculinos que chegaram para integrar a mão de obra do Complexo. Em especial na praia de Gaibu foram criados vários alojamentos e, paralelamente, várias pousadas e hotéis locais foram fechados a turistas e veranistas e transformadas

em alojamentos de trabalhadores, semelhante ao que ocorreu em Porto de Galinhas.

Problemas na família e problemas para a família – Conselho Tutelar, família e gênero em polos de Desenvolvimento

Ao cumprir as funções de defender e promover os direitos atribuídos pela legislação, o Conselho Tutelar não somente participa do processo de construção da infância e da adolescência como problema social, mas também se apresenta como um problema “para a família”.

São as situações que chegam ao Conselho Tutelar que fornecem os dados para que o problema seja redefinido e a intervenção sobre ele considerada legítima. Tendo em vista que as *ocorrências* acontecem em contextos históricos específicos, a maneira de significá-las como “problemas” as situa no contexto de grande crescimento, migração massiva e/ou grande presença de turistas que estão sendo vividas como novas situações para as famílias locais. Isto ultrapassa, ou ao menos dá outra dimensão, ao que está na legislação. A fala de uma das jovens mães entrevistadas dá a dimensão da sensação de um “policiamento” vivido como uma transmissão do olhar do “outsider” sobre ela e a sua família:

Um dia eu estava tomando sorvete com meus filhos e meu marido e o [filho] mais velho começou a chorar que parecia que eu estava dando nele. Uma turista na mesa ao lado começou a olhar, com um olhar recriminador. Esses turistas vêm de fora, só porque têm dinheiro ficam reparando a vida das pessoas e, às vezes querem interferir, pode querer chamar a polícia, o conselho tutelar (trecho Diário de Campo).

Temos neste trecho o relato explícito de como o Conselho Tutelar atua simbolicamente na vida das pessoas. A literatura sobre o olhar do turista sobre a população local (URRY, 2001) mostra que a população local é recorrentemente retratada como hostil ou

mal-educada. Tal visão frequentemente é estimulada pelos próprios empresários de hotéis que oferecem uma gama de serviços aos turistas. Assim, investir numa imagem dos “perigos” externos ao hotel favorece a permanência dos turistas consumidores nas propriedades, usando os serviços oferecidos pelos empresários. Na fala em questão, mesmo que não seja o caso de uma intervenção direta, a possibilidade de ser denunciado e a constatação de estar sob o olhar vigilante do outro (um outro difuso, pois qualquer pessoa pode denunciar) é uma constante na vida das famílias. Neste relato, fica evidente também a dimensão de classes: os *turistas que vêm de fora, só porque têm dinheiro*, podem ter um papel no fato deles considerarem inadequadas as práticas familiares locais.

No cotidiano do CT, a própria família é o principal denunciante. Boa parte dos casos chegam ao conselho através do relato de alguma pessoa da família da suposta vítima. Mas também, simultaneamente, integrantes da família são os principais denunciados, visto que muitos casos são de abusos/violações perpetradas por algum membro da família. Assim, o Conselho é um órgão que intervém diretamente e mais intensivamente **na** família e **para** a família.

No contexto de polos de desenvolvimento, a presença de grande população externa pode representar, simultaneamente, um risco, 1) porque ela pode ser violadora de direitos de famílias, crianças e adolescentes locais, principalmente por causa da presença de homens trabalhadores, sem famílias perceptíveis, que podem querer abusar/seduzir, ou mesmo engravidar as meninas e adolescentes¹⁰, ou 2) porque os guardiões locais da imagem da família podem achar que a imagem ou as atitudes das famílias pobres locais não sejam adequadas para serem expostas ao olhar externo. Não é muito claro para as mesmas onde a sensação de estar sendo protegida termina e onde a sensação de estar sendo policiada e fiscalizada começa.

Noutra situação, uma enfermeira ressalta o recurso de “ameaçar” denunciar ao Conselho:

10 Filhos de Suape – série de reportagens do jornal Diário de Pernambuco, de 08 a 13 de maio de 2011, Também disponível em: <http://pt.slideshare.net/jairoblima/filhos-de-suape>.

Têm adolescentes que não querem fazer o pré-natal. Aí eu ameaço que vou contar ao Conselho Tutelar, que vou denunciar. Mas nunca precisei denunciar mesmo, só ameaço. (...) Elas se recusam fazer o pré-natal, porque são jovens, rebeldes, muito novas, mas o bebê é indefeso e tem seus direitos (Enfermeira Maracaípe).

A presença do Conselho aparece como ferramenta intimidante capaz de forçar as famílias a cuidarem melhor de si mesmas. A simples possibilidade de ser denunciada e levada a ele se configura como um recurso eficaz para atingir uma mudança de postura da futura mãe. Mas outros elementos aparecem também nesta fala. Um dos aspectos que podemos problematizar é a proteção a quem, pois são as adolescentes grávidas possíveis violadoras de um “direito” que seria da criança. Temos simultaneamente dois agentes – criança e adolescente – que são o objeto de proteção do Conselho. A inadequação da família local pode se traduzir em estatísticas (e comentários!) sobre excessos de casos de mortalidade infantil e de mães adolescentes. Os integrantes da família precisam ser protegidos contra si mesmos para não sair mal no retrato que mostram ao mundo.

Como destaca Donzelot em outro contexto (1986), a infância em perigo e perigosa era governada como mecanismo de defesa da sociedade contra possíveis danos futuro. Entretanto, se as ações dos operadores do direito são realizadas em busca do cumprimento da lei, que é impositiva e verticalizada, as práticas do Conselho Tutelar se materializam pela regulação das virtualidades chamadas “riscos”, que implicam um cenário do próprio futuro da população local, bem como da sua inserção numa região muito mais ampla.

O Conselho Tutelar se tornou um mecanismo de gestão diferencial do acontecimento denominado “crianças e adolescentes em risco”. Esta categoria passou a ser banalizada nos discursos de diversos trabalhadores sociais que atuam no órgão, e em estabelecimentos correlatos a ele na execução de políticas de atenção dirigida à infância e à juventude brasileiras. Uma das razões para esta amplitude se deu pela diretriz do ECA, que afirma o princípio de proteção integral. Entretanto, o fato do CT ser um órgão não somente de denúncia/

recepção de violações já concretizadas, mas também de denúncia/recepção de notificações de **ameaças** à violação, criou espaço para uma inflação de práticas cotidianas de governo das condutas de crianças, jovens e de seus familiares, em nome do risco a que estão submetidos ou que provocam em diversos níveis (LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014).

Como ressalta Ribeiro (1988), é no cotidiano do Conselho Tutelar que se concretizam os casos que justificam a existência de uma lei especial de proteção a crianças e adolescentes. Através dos atendimentos feitos no Conselho é que a problemática poderá ser redimensionada, e dela é possível falar tendo por base a “realidade” que possibilita conferir significados à legitimidade da defesa dos direitos assegurados pelo ECA e possibilitar a visualização de outros aspectos da vida da população.

As próprias práticas desenvolvidas pelo CT, pelo menos simbolicamente, e a expectativa dos diversos atores envolvidos sobre tais práticas, não se limitam às categorias classificatórias — “maus-tratos”, “negligência”, “abuso sexual”, etc. — utilizadas pela instituição, visando a abarcar as diferentes formas de violação de direitos. Uma ampla gama de situações é invocada nos casos que chegam. A atuação neste cotidiano fala sobre as famílias e a população local.

Diversos casos demonstram a expectativa de que o CT pode também ser acionado em situações de dificuldades enfrentadas no relacionamento dos adultos com adolescentes e crianças. Nestes casos, muito frequentemente, os “sujeitos de direitos” e suas famílias são alvos de acusação por parte dos adultos.

Eu acho que o Conselho Tutelar devia ser mais ativo. É a última instância de desobediência – pois quando a família e a escola não conseguem controlar, chama o Conselho. A escola aciona, mas eles (do Conselho) deviam ser mais ativos. Deveriam fazer mais atividades. Eles ficam com “os muito indisciplinados” e os “transgressores da lei”. O que acontece, no final, é que normalmente o judiciário faz muita cobrança aos pais, mais de que aos próprios meninos. Eu acho que esta maneira é bastante ineficiente, já que os pais

já mostraram ter dificuldade em controlar. A incompetência dos pais já está comprovada. Não lidam bem com aspectos psicológicos... ameaçam com a justiça, mas ninguém muda efetivamente. O que é mais provável que aconteça é que os pais descontem da advertência batendo nos seus filhos! Eu diria que, para 10 meninos acompanhados, tem apenas uma menina. [Para] os meninos, é especialmente para assuntos de vandalismo, e as meninas por agressividade, uso de vocabulário ofensivo, atitudes obscenas e se insinuando para colegas e professores (Gestora de uma escola pública em Nossa Senhora do Ó).

A fala desta gestora é bastante significativa. Destaca o Conselho Tutelar como “*a última instância de desobediência*” diante do fracasso da família e da escola em disciplinar estes “sujeitos de direitos”. Assim, o papel do CT seria o de disciplinar jovens que, mais do que ser protegidos, apresentam uma ameaça à ordem imposta. Mostra uma sensação da inoperância relativa dos “controles institucionais” às quais Souza (2012) refere e uma cobrança de maior criatividade e sensibilidade do CT.

Lembrando a fala da enfermeira, também chama atenção o fato de que, mesmo que a menina grávida possa ser intimidada a realizar o seu pré-natal que conferem “direitos” ao seu filho que está por nascer, para os rapazes é mais provável que a denúncia realmente ocorra. Os tipos de atitudes, vistas como passíveis de ensejar a atuação do Conselho Tutelar, são atos que merecem ressalva, são fortemente demarcados pela dimensão de gênero. Deixando a estimativa quantitativa de gestora escolar da maior incidência de denúncias contra meninos, voltemos para as práticas das meninas, acusadas de possuírem *vocabulário ofensivo* e protagonizar *atitudes obscenas, se insinuando para colegas e professores*.

Essa visão das mulheres como disponíveis sexualmente não se restringe às adolescentes. Num contexto de migração massiva masculina e de grandes oportunidades de trabalho, as mulheres em diversas situações são percebidas como pouco adequadas às vagas de trabalho por ter pouco interesse de fato no emprego, apesar dos

promotores do polo investirem na criação de uma imagem de oferta de emprego para mulheres.

(...) teve no Centro inscrições para cursos profissionalizantes de soldador, carpinteiro, eletricista para trabalhar em Suape. Neste dia o pessoal dormiu na fila. A fila ficou tão grande que dava voltas. (...) [Sobre os profissionais para trabalhar] são sempre homens. As empresas não querem mulheres porque ‘não condiz com o perfil’. Eu liguei para uma pessoa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedindo para fazer divulgação de vagas para eletricista e carpinteiro e, ao dizer o perfil, afirmou que as empresas só querem homens porque as mulheres querem muita libertinagem, não vão para trabalhar, vão para se expor, deixam de produzir (Diário de campo - secretária de um Centro municipal localizado no Cabo).

A simbolização das mulheres neste contexto de desenvolvimento supervaloriza as estratégias reprodutivas e conjugais das mulheres, em detrimento das suas capacidades para ocupar empregos. A presença repentina de um “superávit” masculino na composição da população atíca um discurso que quase confina as mulheres a esferas sexualizadas e domésticas, ou no máximo, de oferta de serviços de cuidado (limpar, arrumar, cozinhar) junto aos homens desprovidos de parceiras capazes de os realizarem. E, inclusive muitos homens de fora, categorizam as mulheres como oferecendo riscos muito significativos. Vieira (2013) destaca como os homens pesquisados, trabalhadores de Suape vivendo em alojamentos, classificam as mulheres em dois grandes grupos: as virtuosas, de confiança, que seriam as potenciais companheiras; e as interesseiras, que se interessam pelos “homens de empresa” porque eles estão sempre com dinheiro no bolso. Ambas oferecem um risco potencial para estes homens, pois podem captar o homem por carinho e dedicação e engravidar resultando numa tentativa de “prendê-lo”, independentemente de serem virtuosas ou interesseiras. Juntar-se a um trabalhador bem remunerado e que vem de longe pode ser percebido como uma forma de ascensão. As mulheres

“seguras” são as prostitutas que se previnem contra doenças e gravidez e são abertamente interessadas principalmente no que podem faturar sem prenderem o homem. Não são um risco para eles, mas a visão delas pela comunidade como “assanhadas” funde prostitutas, virtuosas e interesseiras numa imagem de mulher “oferecida” que não trabalha e que somente se interessa em homens, não em trabalho. Tal concepção, como é possível apreender na fala acima, é extensiva às adolescentes, gerando a expectativa de que o CT possa “corrigir” ou amedrontar para que as jovens “tomem jeito”.

Entretanto, a gravidez de uma adolescente por si só não é vista como um problema que, por alguma razão, deva ser levado ao CT.

As famílias que procuram mais o conselho tutelar, quando se trata de gravidez na adolescência, são mais pessoas que estão atrás da garantia da pensão alimentícia, e são encaminhadas à defensoria. Os pais de mães adolescentes não procuram porque ‘é uma coisa ‘cultural’ pensar que se tenha filhos já muito novo, então não encaram como problema. Não falam de estupro, violação – não são assuntos frequentes. Especialmente porque a partir de 14 anos, pela lei, não é presumido como estupro, então precisa ter um processo instaurado e as pessoas não ficam presas. Isto dificulta qualquer punição (Conselheiro Tutelar).

Recentemente soubemos de uma menina que engravidou com onze anos. Encaminharam o Caso para a delegacia, pois se tratava duma situação de ameaças e necessidade e proteção (Conselheiro Tutelar).

A ambiguidade dos “direitos” gestados pelo CT aparece nestas falas. Se a moralidade comunitária faz com que se aceite uma gravidez na adolescência, o Conselho Tutelar é confundido com instituições de Assistência Social que gestam os benefícios cabíveis a elas (os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social), na busca de uma “proteção” para sua condição, levando a um redirecionamento da sua procura. Ao apresentar uma idade muito nova (28% tem a primeira relação

sexual com 14 anos ou menos, a metade das jovens até 24 anos nunca engravidaram, mas a idade mais recorrente das que engravidaram foi com 16 anos) é possível que acione outra busca de direitos mais associada à atuação cotidiana do Conselho Tutelar, que se insere na categoria de abuso e exploração sexual e que resulta na denúncia de homens.

Estes homens não precisam ser “os homens de fora”, como bem atestam as estatísticas de ocorrências que situam o abuso no contexto da família ou bem próximo, no circuito familiar.

Tem um caso que estamos trabalhando, são casos sigilosos. Uma avó pegou a guarda das 3 netas. O pai das meninas tem HIV, e não cuida delas. Esta avó também tem uma filha pequena. O marido dela não é avô das meninas. A suspeita é que este marido abusa das netas da esposa e da própria filha do casal. A juíza já abrigou as crianças. Está sendo verificado se a avó foi omissa, porque quando descobriu ela não procurou a justiça. Se for confirmada a omissão ela pode perder a guarda. O marido dela já saiu de casa, voluntariamente, não foi obrigado judicialmente a se afastar não (Conselheira Tutelar de Ponte dos Carvalhos).

Se os casos de abuso sexual são uma constante na atuação dos CTs, nos polos de desenvolvimento se exacerba a questão da exploração sexual, mas termina sendo muito misturada com a questão de prostituição.

Quando aparece o assunto de “prática sexual por fins lucrativos” [cuidadosamente descrita nesses termos pelo Conselheiro] também precisa ser investigado e tratado pelo Conselho e pela Polícia (Conselheiro Tutelar de Serrambi).

A prostituição de Nossa Senhora do Ó é mais interna ao lugar, enquanto no Cabo e Ipojuca tem uma causa maior no número de trabalhadores de fora que têm vindo e ficam querendo serviços sexuais (Conselheiro Tutelar de Nossa Senhora do Ó).

Houve um fechamento geral das casas de prostituição no Ó, mas as pessoas que se prostituem não pensavam nas suas ações como prostituição, pois ganhavam coisas em troca, mas não era tão claramente “comercial”. Ganhava presentes, etc. (Conselheiro Tutelar de Nossa Senhora do Ó).

As falas dão pistas de um tema de “moralização” que é constante aos CTs, mas ainda é difícil de tratar: a diferença entre a questão da exploração sexual e a prostituição. Mesmo antes do influxo de muitos migrantes, depois da publicação do ECA, as instituições de segurança colocaram em observação e interviram em prostíbulos sob a suspeita de estarem permitindo que crianças e adolescentes vendessem serviços sexuais, assim caracterizando uma violação de direitos. Muitos bares que funcionavam como prostíbulos com quartos disponíveis para oferecer serviços sexuais, mudaram as suas práticas, fazendo com que as “zonas” que proliferaram em função da indústria açucareira perdessem as suas características abertas de casas de prostituição. Com essas modificações, os trabalhadores migrantes, quando chegavam, terminaram por diversificar especialmente as suas procuras de parceiras sexuais, frequentando casas de shows, espetáculos, ruas, bares mistos, praias, rodoviárias e uma multiplicidade de outros locais onde não se caracteriza necessariamente a procura de sexo com prostituição, e a idade da parceira não deixa de poder variar.

Mas uma espécie de “pânico moral” anti-prostitucional povoa o imaginário de muitos dos conselheiros tutelares (reforçado pelas suas referências decorrentes do fato que os candidatos eleitos vêm fortemente de igrejas evangélicas) e cria um discurso que quase equivale prostituição com exploração e abuso. Pergunta-se, por exemplo, porque a prática sexual com fins lucrativos precisa ser investigada pela Polícia, articulada com o Conselho Tutelar? Nos polos de desenvolvimento, a chegada expressiva de homens pode impulsionar essa problemática ambígua nos locais, como ocorre na diferenciação da realidade do Cabo e de Ipojuca relatada pelo conselheiro de Nossa Senhora do Ó, ou no caso quando, falando mais de crianças e adolescentes, o Conselheiro relatou que “*não pensavam nas suas ações como prostituição, pois ganhavam coisas em troca, mas não era tão claramente ‘comercial’*”.

No caso dos polos de desenvolvimento, as interações ou relações entre migrantes e as jovens locais podem ser interpretadas como “exploração sexual de uma pessoa de menor” ou como “experiência saudável e normal de uma adolescente explorando sua sexualidade”, a depender dos marcadores dos envolvidos na paquera. Se as categorias “maus-tratos”, “negligência”, “abuso sexual”, etc. buscam abarcar diferentes formas de violação de direitos, é preciso compreender também que no cotidiano elas são marcadas por sutilezas que, em última instância, podem chegar a responsabilizar e culpabilizar as famílias pobres dos locais onde atuam, ao mesmo tempo que podem servir para amenizar as ameaças sentidas pela população. A mãe de uma adolescente que engravidou descreve a presença destes homens:

Mudou. Trazendo muito homem pra aqui, pra estar tirando a gente do sossego... Eu mesma não achei boa não. Gaibu tem mais homem do que mulher. É tanto do homem que a gente não sabe de onde vem tanto. É que nem casa de marimbondo de homem. (...) porque a gente procura uma casa e não tem casa para a gente alugar a casa. Não tem mais nada, e os homem tomaram conta de tudo. Estou pedindo a Deus pra que Suape acabe logo pra levar logo esses marimbondos pras casas dele. ... Era tudo tão calmo, tão bom, na paz no amor, mas depois que chegou esses marimbondos! Gostam de se rebolar muito, os baianos (Gildete, avó)

É um complexo jogo de compreensão da população, e isto re-dunda em um desafio sobre como o Conselho Tutelar possa interpretar e agir sobre quais segmentos da população da maneira que está configurada. Como o Conselho Tutelar vai conseguir identificar problemas e propor ações varia de acordo com as suas percepções sobre quais são os direitos e as intenções de vontades dos diversos residentes atuais das comunidades integrantes, diferenciados por sexo, tempo de moradia, pertencimento a camadas sociais diferentes e aderentes a moralidades familiares e comunitárias distintas. Oscila entre proteger a população, ou proteger-se contra os controles institucionais que podem ser acionadas e levar a um prejuízo no exercício das práticas de cuidado.

Cogita-se também que através da atuação de um Conselho Tutelar que “o entende” os tramites prescritas de ação legal de alguém da comunidade justamente podem ser acionadas, ou não ser acionadas:

A comunidade denuncia vizinho, a própria família, irmãos denunciam casos. E aqui o que mais atende é negligência e falta de estrutura.

Ontem a gente levou um menino para o hospital infantil. Ele levou um furo e a mãe dele não cuidou, porque não queria ficar internada com o menino. A criança chorava de dor sem conseguir dormir. Pode até perder o pé porque está grave a infecção. Ela [a mãe do menino] ainda assim não queria ir ao hospital, só foi diante da ameaça de que se não fosse o Conselho iria chamar a polícia, foi por medo de ser presa. O menino tem 9 anos e a mãe não queria ir porque queria ficar com o neto, que tem meses, filho da filha que tem 15 anos. Ela disse que a menina não sabe cuidar do bebê.

Em Ponte dos Carvalhos tem duas creches, a Menino Jesus e a Caçari. Essas pessoas que vem de fora às vezes procuram o Conselho porque não conseguiram vaga na escola ou na creche para os filhos. Mas a gente, do Conselho Tutelar, consegue, dá o jeitinho.

A gente faz palestras nas escolas e creches. Na creche o público são as mães, que são negligentes, chegam atrasadas. Na escola a maioria é voltada para sexualidade e violência. A próxima será na sexta. O tema é preservação do patrimônio público; comportamento e violência (Conselheiro Tutelar).

O discurso da negligência e falta de estrutura é sempre presente nas falas dos conselheiros, mas isso não significa necessariamente uma espécie de indiferença com relação ao contexto onde atuam. Ao contrário disso, há relatos de envolvimento e frustrações destes

profissionais com relação a atuação, bem como da satisfação diante da solução de algum caso.

Eu sou conselheira há 2 anos e 8 meses, mas não penso em me candidatar novamente porque é um trabalho muito bonito, mas também madraсто. Essa mulher cujas netas foram afastadas de casa era conhecida da gente aqui, e hoje está com raiva. A população fez um abaixo-assinado contra o Conselho, pois não sabem dos abusos, essas coisas não podem ser divulgadas. Para a população tem que correr em sigilo. (...) Mas a gente resolve muitos casos aqui. Teve um menino que veio morar aqui com o pai, porque a mãe estava sem condições de ficar com ele em São Paulo. O pai era negligente, não queria saber dele. Mas o Conselho Tutelar de Guarulhos também acompanhava o caso e avisou para a gente assim que as condições da mãe melhoraram. Eu fui de avião levar o menino para a mãe, o menino tinha 13 anos. Ele estava muito feliz (Conselheira Tutelar).

A atuação do Conselho e dos conselheiros no dia a dia é redimensionada, apelando para a pedagogia dos sentimentos (no sentido abordado por Schuch, 2009) ou moralização a partir de uma perspectiva que vai muito além do que preconiza a lei. Assim, é dada importância para as sensibilidades e afetos presentes no trabalho destes agentes que promovem os novos direitos (SCHUCH, 2009). Isto paralela o crescimento da noção de “afeto” nos meios jurídicos para determinar ações judiciais (SANTOS, 2010).

Ainda em consonância com Schuch, mais do que mudanças legais ou leis específicas, os profissionais buscam uma visão de mundo de uma “matriz de sentidos”, a partir da perspectiva do desenvolvimento de uma ética que contribua para a solução do “desajuste social”. A população local serve como régua das expectativas, e os Conselheiros precisam acompanhar todo um processo de ressignificar a sexualidade de jovens mulheres, crianças e adolescentes; olhar com desconfiança o desrespeito dos homens migrantes com a propriedade e a moralidade local em acompanhamento aos olhares da comunidade; exercer uma

pedagogia de direitos sem perder a sensibilidade a flexibilizações provenientes da compreensão do contexto da comunidade.

Lembrando que quando a gestora escolar citada acima disse que “para 10 meninos acompanhados, apenas uma é menina”, não foi muito claro quem estaria acompanhando, mas é para disciplinar a população! O vandalismo e o desrespeito masculinos urgem por algum controle institucional, e quando é a população numericamente muito superior, intensifica-se a percepção que os direitos a serem violados são de mulheres, que mesmo que elas se tornaram mais ambigualmente caçadoras de homens, são quem é abusada e explorada. Uma ou outra pode negligenciar a sua responsabilidade de cuidado e violar o direito de um dependente, mas vai ocorrer que o Conselheiro Tutelar vai instruir como ficou evidente na fala que “*faz palestras nas escolas e creches... Na próxima, o tema é preservação do patrimônio público; comportamento e violência*”. Um significado é claro: “cuidado com os homens”.

Considerações Finais Contextuais

Este trabalho descreveu e problematizou a ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que precisam ser protegidos e examina esse cenário num contexto de grande crescimento e migração formado pelo Complexo Portuário de Suape e da indústria Turística de Porto de Galinhas em Pernambuco, focando na atuação dos Conselhos Tutelares. A pesquisa foi realizada num período de intensiva presença de homens migrantes (2010-2012), mostrando a complexidade das relações de gênero e familiares e de controle institucionais que operam neste contexto.

O estado de Pernambuco esteve marcado nos últimos anos por um período de enaltecimento do crescimento econômico em múltiplos polos de desenvolvimento. Este trabalho destacou os polos de Suape, de Porto de Galinhas, que investem, respectivamente, num complexo portuário-industrial e na indústria turística. Na última década, Suape ganhou expressiva notoriedade. Como o complexo de Suape é vizinho a Porto de Galinhas, tratar a articulação entre os dois polos se faz, simultaneamente, inevitável e difícil.

Enquanto os investimentos andarem, criam-se tensões do encontro de populações atraídas para trabalhar nos complexos, e das populações residentes, que se tornam impactadas, independentemente da intencionalidade maior dos objetivos declarados e visualizados pelos responsáveis pelos empreendimentos. Invariavelmente, um dos impactos mostra que o que inicialmente está pautado como um impulsor ao desenvolvimento da região também se revela um tensor de relações de gênero nestes locais. A imigração de população em busca de trabalho cria o desafio para populações locais e para políticas públicas que foi sintetizado em outro local como “Queríamos mão-de-obra, recebemos pessoas” (ARANGO, 2007). As pessoas que chegam interagem com as pessoas que residem nos locais de destino.

E quando se trata das atividades de Conselhos Tutelares, as questões inicialmente relegadas ao plano secundário ganham um novo relevo, sem que se distanciem dos padrões básicos desta instituição, composta por residentes eleitos dos locais, de serem vistos como ambigualmente associados ora a intervenção e ora a prevenção. Eles se envolvem numa mediação que articula com outras instituições que exercem controles institucionais sobre a população a sobre as suas expressões de moralidade, de acordo com as suas percepções da confiabilidade da correção da atuação destas instituições diante da população, e da população diante de modelos variados de moralidades. Enfrentando um novo contingente grande de população masculina, desenvolvem práticas, percepções e propostas de controle institucional que reforçam de uma maneira intensificada as hierarquias estereotipadas de gênero identificando os homens com vandalismo, desrespeito a propriedade e mulheres e portadores de uma sexualidade exacerbada, e as mulheres tanto como mais associadas às esferas domésticas e de reprodução, mas também estrategistas de sexualidade oferecida e/ou interesseira, mas que devem ser alvos de um controle mais comedido e que sugere vitimização.

Dito de uma forma mais popular, uma boa ameaça pode fazer com que entrem na linha! Como dito ao longo do trabalho, ao focar Crianças e Adolescentes com o novo instrumental decorrente do Estatuto, ao agir **para** as famílias, não raramente age **nas** famílias. Tanto a família protegida pode ser uma família acusada de terem

integrantes e de ter um moral que ameaçam a ordem, quanto pode ser uma família vitimizada na qual as ameaças proveem de algum lugar externo à família.

Com os desdobramentos da Operação Lava-Jato, o cenário de presença massiva e população de migrantes deu lugar à tentativa de reestruturação e fortalecimento das empresas muito antes do que imaginado pelo cronograma da construção. As mudanças na dinâmica local permanecem na vida da população, agora abrangendo contingentes de estabelecidos e *outsiders* que experimenta o desaquecimento do desenvolvimento e os decorrentes maiores níveis de desemprego e diminuição do mercado de serviços. Em fevereiro de 2015, Suape passou a ter uma nova gestão, e um dos pleitos da população do entorno é de uma maior inserção nas ofertas de trabalho¹¹, já que as vagas foram em sua maioria, ocupadas pelos migrantes. Não deixará de oferecer novos desafios aos Conselhos Tutelares.

Referências

- ACIOLY, Rafael de Freitas Dias. *As solicitações do corpo que muda: a construção subjetiva da representação da gravidez na adolescência e a incorporação do habitus da maternagem em Gaibu, Pernambuco*, dissertação de mestrado em antropologia, PPGS-UFPE; Recife, 2013.
- ARANGO, Joaquín. Las migraciones internacionales en un mundo globalizado,” Vanguardia Dossier (22) “*Imigrantes: el continente móvil*” enero/marzo. 2007, pp. 6-15.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12ª edição. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2009.
- COSTA, Nina Rosa do Amaral Costa; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes *Psicol. Reflex. Crit.* vol.22 no.1 Porto Alegre 2009.

11 Jornal do Commercio. “Suape reestrutura gestão”. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/01/29/suape-reestrutura-gestao--165972.php>. Acesso em: 15 dez. 2015.

- Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100015>
Acesso em: 15 out. 2014.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON. *The established and the outsiders: a sociological enquiry into community problems*, F. Cass: London, 1965.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur,
- CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p.133-168.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 14ª edição. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999
- HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. *O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetória sociais de jovens brasileiros*. Garamond/Fiocruz: Rio de Janeiro, 2006.
- LEMOS, Flávia Cristina Silveira; SCHEINVAR, Estela; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Uma análise do acontecimento “crianças e jovens em risco”. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, pp. 158-164, abr. 2014.
- MARTINS, Lara Barros; COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Acolhimento familiar: caracterização de um programa. *Paidéia* set-dez. Vol. 20, No. 47, 2010, p. 359-370
- MIRANDA, Humberto (org.). *Quer um Conselho? A trajetória dos Conselhos dos Direitos da Criança, do Adolescente e Tutelares no Brasil*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/ Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Conselho Estadual da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Recife; Liceu. 2013.
- MOTTA, Roberto. O povoado de Suape: economia, sociedade e atitudes. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco, Recife, v. 6, n. 2, p. 209-247, 1979.
- RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. “Conselho Tutelar e negociação de conflitos”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.19, n.2, p.286-305, 1998.
- RIBEIRO, Fernanda Maria V. *Táticas do sexo, estratégias de vida e subjetividades: mulheres e agência no mercado do sexo e no circuito do*

- turismo internacional em Fortaleza/Ceará. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE. Recife, 2013.
- SANTOS, Dayse Amâncio dos. *Aqui a gente administra sentimentos?: Famílias e justiça no Brasil contemporâneo*, tese de doutoramento em Antropologia, PPGA-UFPE: Recife, 2010.
- SANTOS, Dayse A.; SCOTT, Parry. Filho da mãe, filho do pai? Considerações sobre a precariedade da operacionalização da Lei da Guarda Compartilhada. In: SCOTT, R. Parry; SANTOS, Dayse Amâncio. (Org.). *Novos estudos sobre família e gênero: cotidianos, direitos e performances*. 1ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p. 93-117.
- SANTOS, Dayse A. dos; SCOTT, Russell P.; SOUZA, Rosângela S. de; Acioly, Rafael D. F. dos. Desenvolvimento e reprodução: Um estudo comparativo em três polos pernambucanos. In Tacinara Nogueira de QUEIROZ, Maria Betânia LINS, Cinthia OLIVEIRA, Luís Felipe RIOS (organizadores) *Crescimento econômico, cidadania, saúde : contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife: Editora UFPE, 2015, pp. 17-42.
- SCOTT, R. Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos; ACCIOLY, R.; SOUZA, R.S. Patrilocalidade e patrilateralidade precarizadas: práticas parentais e gravidez na adolescência entre populações atingidas pela construção do porto de Suape e pelo complexo turístico de Porto de Galinhas. In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2012, Aguas de Lindoia. Campinas: ABEP, 2012. pp. 1-30.
- SCALABRINI COSTA, Heitor. *Os Atingidos de Suape*. Ebook, Fórum Suape Espaço Socioambiental, Recife, 2014.
- SCHUCH, Patrice. Diversidade, Desigualdade: os Direitos da Criança na Prática: O sistema de abrigo de crianças e adolescentes em Porto Alegre. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (Org.). *Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a, pp. 115-144
- _____. Amor, Paz e Harmonia em Assuntos de Justiça: o Brasil e os Princípios Internacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (Org.). *Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b, pp. 253-272.

- _____. *Práticas de Justiça: Uma Etnografia sobre o Campo de Atenção ao Adolescente Infrator depois do ECA*, Ano de obtenção: 2005, Tese de doutoramento, PPGA – UFRGS, Porto Alegre.
- SILVA, Viviane. *As medidas socioeducativas aplicáveis ao menor infrator, JusBrasil*, 2015.
- SORJ, Bila; GOLDEMBERG, Mirian. Um novo modelo de família: coesão e centramento nos filhos. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 1999; 1: p.113-119.
- SOUZA, Rosângela Silva de. *Gravidez na adolescência, polos de desenvolvimento e controles institucionais: Trajetórias reprodutivas de adolescentes/jovens de Nossa Senhora do Ó*, dissertação de mestrado em antropologia PPGA-UFPE, Recife 2012.
- URRY, John. *O Olhar do Turista*. Editora Studio Nobel/SESC: São Paulo. 2001
- VIEIRA, Sirley. *Pião Trecheiro: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE)*. Dissertação de mestrado em antropologia PPGA-UFPE, Recife 2013.

PIÃO TRECHEIRO: OS HOMENS TRABALHADORES MIGRATÓRIOS, A SEXUALIDADE E O RISCO NA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULOS NA REGIÃO DE SUAPE (PE)

Sirley Vieira da Silva¹² | Instituto Papai

Introdução

Esse artigo é fruto das observações realizadas com um grupo de homens trabalhadores migratórios que, por conta da especificidade da natureza do trabalho que exercem, ficam residindo em alojamentos instalados próximos à localidade onde trabalham.

O texto refere-se a um recorte da pesquisa realizada com esse grupo na região de Suape, localizada no estado de Pernambuco (VIEIRA-SILVA, 2015). Em relação à coleta de dados, foram utilizadas duas ferramentas metodológicas: 1. Observação participante e 2. Entrevista semiestruturada.

¹² Mestre em Antropologia (UFPE). Pesquisador e coordenador executivo do Instituto Papai; Professor da Pós-graduação em Saúde, Saúde Mental e dependência química da Faculdade ESUDA; Coordenador da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG). sirleyvieira@gmail.com

Os trabalhadores entrevistados, por questões éticas, receberam nomes fictícios para preservar o anonimato dos mesmos. Para melhor entendimento, destaco que as observações que empreendi englobam uma quantidade bem maior de trabalhadores com vários elementos em comum, mas dois se destacam: 1. Todos residiam em alojamentos ou em casas alugadas pelas empresas contratantes – situação também considerada uma condição de alojamento, e; 2. Todos trabalhadores são oriundos de outras regiões (outro estado ou cidades do interior de Pernambuco). Dos 06 trabalhadores entrevistados, destaco algumas características do perfil desses, para visibilizar a diversidade cultural do grupo:

- **Toni** – 48 anos; casado pela segunda vez; tem 2 filhos já adultos; natural da cidade de Caxias, no estado do Rio de Janeiro; exerce a função de encarregado de equipe na obra de Suape;
- **Miro** – 46 anos; natural da cidade de Araripe, no estado do Maranhão. Reside na cidade de São Luís desde os 12 anos de idade; é chefe de equipe na obra, mas chegou como encanador industrial e em pouco tempo foi promovido; casado há mais de 24 anos; pai de três filhos;
- **Joel** – 35 anos; natural da cidade Guadalupe, no estado do Piauí; é mecânico montador na obra; casado e tem uma filha de 6 anos;
- **Diniz** – 47 anos; carioca da cidade de Niterói; instrutor de solda na obra; tem quatro filhos, três no Rio de Janeiro e um na Bahia – todos de relacionamentos diferentes; atualmente vive com uma carioca e diz ter um casamento informal (consensual);
- **Gael** – 33 anos; natural de São Luís do Maranhão; solteiro, mas está noivo de uma moça que reside em sua cidade natal; não tem filhos;
- **Breno** – 24 anos; é da cidade de Aracaju, Sergipe; tem graduação em Geografia, com pós-graduação em meio ambiente; já foi professor, mas abandonou o ofício por causa do baixo salário e da desvalorização da profissão de educador; é noivo e pretende casar-se em breve; ainda não tem filhos;

Dos demais trabalhadores com quem convivi, a maioria estava na faixa etária dos 22 aos 50 anos. Outras características em comum entre os sujeitos observados são: a) passam longo tempo sem contato presencial com a família; b) em geral se utilizam do celular para manter contato diário com familiares e amigos; c) a maioria gosta de frequentar os bares locais e irem as festas da região, e; d) promovem reuniões animadas no entorno dos alojamentos (geralmente nos fins de semana), sempre regado de muita cerveja e petiscos (carnes, linguiças, etc.) – denominam esses momentos de “churrascos improvisados”.

A região onde foi realizada a pesquisa se refere a um polo de desenvolvimento localizado no estado de Pernambuco, conhecido popularmente como “Complexo de Suape”. Para empreender a análise, levei em conta a relação dos sujeitos com o trabalho que exercem e, para além do trabalho, foquei as observações nas vivências cotidianas desses sujeitos, considerando as interações travadas por esses também fora do ambiente de trabalho.

Com as informações coletadas pude perceber e compreender como os homens trabalhadores migratórios interagem impulsionados pela configuração simbólica de uma identidade subjetiva, autodenominada “Pião de Trecheiro” ou “Pião de Trecho”. Essa identidade é composta por outros elementos interligados que integram o *ethos* coletivo do grupo.

A dinâmica adotada por esse grupo, por meio dos símbolos que compõem a identidade do “pião”, reflete-se na forma como eles constituem vínculos com o lugar e as pessoas da região. Para compreender essa dinâmica, iniciarei, a seguir, um pequeno relato de como esses trabalhadores vieram para região de Suape e o que isso significou de transformação socioeconômica para essa região.

Suape e os homens trabalhadores migratórios

Suape é uma região localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, uma das cidades da Região Metropolitana do Recife (RMR). O Complexo Portuário de Suape aporta diversas e importantes empresas no entorno do porto. Entre os empreendimentos de

grande porte instalados na região, encontra-se o Estaleiro Atlântico Sul e a Refinaria Abreu e Lima.

Segundo o IBGE, em 1991, a população do município do Cabo de Santo Agostinho era de 127.036 habitantes. Entre 1991 e 2010, constata-se um crescimento superior a 31% em menos de duas décadas, aproximadamente 1,63% ao ano. Mas, se tomarmos por comparação o crescimento verificado entre 2007 e 2010, calcula-se 12% em um período de apenas três anos, ou algo em torno dos 4% ao ano. Ou seja, nos últimos anos, verifica-se que o ritmo de crescimento populacional da região foi bastante acelerado.

Os investimentos nessa região provocaram mudanças significativas no perfil socioeconômico dessa localidade. Os recursos destinados a essa região, ao longo das décadas, atraíram muitas empresas para o local e, conseqüentemente, aumentou a oferta de emprego, o que chamou a atenção de muitos trabalhadores de todas as regiões do Brasil, como também do interior do estado de Pernambuco.

Com a crescente oferta de emprego para a região, o governo de Pernambuco criou programas de qualificação profissional para moradores que residiam próximos ao complexo, com o intuito de formar mão de obra qualificada e preencher as novas vagas de emprego oferecidas por esses empreendimentos. Porém, a demanda de oferta de empregos era maior que a quantidade de mão de obra formada nos cursos instalados para suprir a demanda.

Somando-se a isso, em relação aos outros grandes empreendimentos, tais como as obras da Refinaria Abreu e Lima, apontou a necessidade de trabalhadores experientes para desenvolver funções específicas e necessárias em um empreendimento de tamanho porte, com características peculiares, que exigiam especificidades em relação à instalação de uma refinaria de petróleo.

Todos esses fatores fizeram com que as empresas buscassem muitos trabalhadores de outras regiões do Brasil, com experiência comprovada, formados em outros estados, cuja maioria possuía histórico de vivência em grandes obras, circulando por várias regiões do país, ou até fora dele. Assim, vieram então para Suape, operários de muitas regiões brasileiras, com qualificação tão diversificada quanto suas idades e cargas culturais.

Para acolher esses trabalhadores vindos de outras regiões, foram instalados alojamentos nas localidades do entorno das obras. Muitos desses alojamentos ficavam nas áreas próximas ao centro do Cabo de Santo Agostinho – ou em regiões periféricas, como: Ponte dos Carvalhos, Cidade Garapú e/ou nas áreas das praias de Enseada dos Corais, Praia de Gaibú e Praia de Suape. Também foram instalados alojamentos no município de Ipojuca, em praias como Porto de Galinhas ou na comunidade de Nossa Senhora do Ó.

Em relação à refinaria, de acordo com informações das empresas responsáveis pela obra, em 2012, estimava-se um quantitativo de mais de 12.000 (doze mil) homens instalados em alojamentos, o que significava cerca de 30% do efetivo de pessoas que trabalhavam na obra da construção da refinaria¹³.

A presença desses homens trabalhadores nas comunidades transformou a dinâmica dessas cidades, sob o ponto de vista econômico e social¹⁴. Um dos problemas alardeados em reportagens diz respeito à gravidez de mulheres locais por homens trabalhadores das firmas de Suape. Várias dessas gravidezes, de acordo com a reportagem, foram de adolescentes, o que fez aumentar o número de denúncias de exploração e violência sexual de menores, ações judiciais de reconhecimento de paternidade e pagamento de pensão alimentícia¹⁵.

Além da questão referida, houve também o registro do aumento de casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e AIDS na região. De acordo com o Boletim Epidemiológico AIDS – DST 2011, das cidades do nordeste, o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca

13 Estima-se mais que 12 mil trabalhadores vindos de outros estados, porém, as empresas, por conta do que rege o contrato, só podiam registrar cerca de 30% do efetivo de trabalhadores vindos de outras regiões. Assim, muitos trabalhadores vieram de outros estados, usando estratégias de se juntarem em grupos e alugarem um imóvel na região, constituindo um endereço como morador local e assim eram contratados como população residente. Esses acabavam não entrando nos dados das empresas como trabalhador de outro estado.

14 “Violência se espalha rapidamente pelo Litoral Sul”, matéria publicada pelo Jornal do Commercio em 03 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.old.diariodepernambuco.com.br/assinantes/acesso_dp.asp. Acesso em: 15 set. 2012.

15 Ver reportagens: “Filhos de Suape” – Série de reportagens publicada pelo jornal “Diário de Pernambuco” no período de 8 a 13 de maio de 2011.

figuraram entre as regiões de maior incidência de casos de AIDS notificados. Aparecendo respectivamente com as taxas de 37,9 e 37,7 por grupo de 100 mil habitantes, no Brasil – esses dois municípios ficaram atrás apenas da cidade de São Luís/MA, que apresentou a taxa de 40,5 por grupo de 100 mil habitantes.

Para se ter ideia das mudanças no perfil epidemiológico da região, se verificarmos o Boletim Epidemiológico de 2000, observaremos o registro, para as referidas cidades, das taxas de 14,4 e 3,4 por grupo de 100 habitantes, respectivamente. Comparando com os dados do Boletim de 2011, verifica-se que, em um pouco mais de 10 anos, a taxa mais que dobrou para o município do Cabo de Santo Agostinho e ao se referir a Ipojuca o crescimento da taxa de incidência foi superior a 10 vezes, no mesmo período. Isso indica que a problemática pode estar ligada ao aumento da população da região, impulsionado pelas obras e investimentos em Suape.

Os dados revelam uma faceta da dinâmica instaurada nessa região, intensificada com a chegada dos trabalhadores de outros estados, além de evidenciar que essas questões envolvem aspectos interligados à dinâmica das masculinidades e são inter cruzadas por questões que envolvem o trabalho, a migração e a sexualidade.

Trabalho, deslocamento e tempo/período na composição da identidade dos homens trabalhadores migratórios

Estudos demonstram que trabalhadores migratórios acabam por construir identidades fragmentadas e compostas por símbolos interligados ao trabalho e à migração, elementos que fazem parte do contexto de vida desses trabalhadores (RIBEIRO, 2000; VIEIRA-SILVA, 2015).

Scott, Santos e Souza (2013), ao destacar a questão desse segmento da população estruturada a partir de processos migratórios, tomam como referência o estudo de Ribeiro (1992) para evidenciar como determinadas identidades estão vinculadas à formação do mercado de trabalho de grandes obras. Afirmam os autores que, no caso de Ribeiro, os trabalhadores eram referidos como “bichos-de-obra” e

essa identidade é atribuída a “pessoas desterritorializadas no sentido da perda da possibilidade de realizar uma identificação unívoca entre território/cultura/identidade” (SCOTT; SANTOS; SOUZA, 2013:11).

No caso dos trabalhadores da região de Suape (ver: VIEIRA DA SILVA, 2013), os moradores locais identificavam os trabalhadores migratórios por várias outras denominações, tais como: “homens das firmas”, “baianos”, “trabalhadores dos alojamentos” ou “trabalhadores de Suape”.

Porém, ao dialogar com os próprios trabalhadores das obras de Suape, em especial os que residem em alojamentos, percebi ser comum que eles se autodenominassem pela identidade de “Pião trecheiro”, tendo como variação dessa identidade o “Pião rodado” (VIEIRA-SILVA, 2015).

As referências trazidas por esses sujeitos reafirmavam a importância do trabalho, além de destacar significados e valores atribuídos ao masculino, configurando símbolos de poder. Pois, por meio dele (o trabalho) se dá a manutenção da condição de provedor do lar, além de reforçar como valor a dignidade/honra masculina, como também fornece a oportunidade para o crescimento econômico – conquista de bens.

O trabalho, assim como a sexualidade configuram-se enquanto marcas centrais da identidade masculina (SARTI, 1994; QUADROS, 2004; PORTELLA *et al*, 2004; NASCIMENTO, 1999). Como demonstrei na pesquisa com os trabalhadores migratórios (VIEIRA-SILVA, 2015), isso não se configura como algo novo e, além disso, a dinâmica social que anima determinados grupos está associada a um conjunto de normas e regras que vão sendo incorporadas na prática e vivência dos sujeitos, compondo assim um *ethos* identitário (BOURDIEU, 1983; ECKERT, 1995) que fundamenta um *habitus* de como esses grupos lidam com determinadas situações.

Porém, o que também foi observado em Suape é que, em relação a esses trabalhadores, pelo exercício do trabalho assalariado e pela especificidade da vida que levam (exigências de longas viagens, enfrentamento de situações de perigo, convivência com outras culturas, etc.), percebe-se que as especificidades da profissão exercida fornecem a ideia da identidade social do grupo (ECKERT, 1995; RIBEIRO, 2000).

Há desigualdades pela diferença entre o “peão” e o “pião”. Os trabalhadores locais são referidos como os “peões de obra” e, por conta disso, mesmo que os “peões” realizem nas empresas atividades idênticas aos trabalhadores vindos de outros estados, eles não são tidos como “piões”. No entendimento dos trabalhadores alojados, o “Pião trecheiro” não é um simplesmente um “Peão de obra”, pois na profissão que exercem, para se tornar um “pião” tem que “rodar” e incorporar essa característica a sua vida de trabalhador de trecho. E, é daí que vem a variação “pião rodado”¹⁶.

Pode-se observar que, de acordo com como valorizam essa identidade, os termos “pião” e “trecho” refletem a condição em que esses sujeitos são posicionados, e também se posicionam, ou seja, a condição de “trabalhador que migra”. A denominação “Pião trecheiro” carrega em sua composição a ideia de “trabalho temporário”, “intervalo de tempo” e “local/região”.

Essa denominação também indica uma identidade composta, entre outras coisas, pela dicotomia “fazer parte” e “não fazer parte” do lugar. Para entender melhor essa questão, reproduzo alguns dos indicativos do que considerarei na pesquisa realizada em Suape. Assim, “fazer parte”, inclui as questões desses: i) residirem em alojamento na região por longo tempo; ii) participarem ativamente da vida cotidiana da comunidade local; iii) interferem, influenciam e sofrem a influência da dinâmica local, e; iv) criam relações de amizade e interagem com moradores locais.

Contudo, há elementos presentes nessa relação que os mantêm deslocados do lugar, não sendo eles vistos como membros da comunidade. Esses elementos refletem o que denomino de “não fazer parte”, alguns desses indicativos são: i) não se identificam enquanto moradores locais; ii) não são identificados enquanto moradores locais pelas pessoas que residem na região; iii) enfatizam que a comunidade deles é onde residem seus familiares; iv) relacionamentos amorosos que constituem na região, são referidos como passatempo/diversão ou

16 Na concepção desse grupo, o “pião rodado” seria o mesmo que o “pião trecheiro”, com a diferença que o “rodado” já circulou por muito mais regiões que o trecheiro.

relacionamentos passageiros – sem compromisso emocional, e; v) assumem como característica da profissão não se prender a um lugar por muito tempo.

Assim como atestam as relações amorosas como passageiras, a relação deles com o lugar também é fluída e passageira. Residir na localidade, para a maioria, não é uma escolha permanente, mas uma necessidade. Percebe-se essa especificidade na referência que alguns desses sujeitos fazem sobre a profissão de “Pião trecheiro”¹⁷:

Terminou o trabalho aqui, já vou procurar outro. Todo mundo está já pensando em outro trabalho. Eu penso em ir para um trabalho no Rio, mas se não der, será em outra cidade. Eu digo assim... O “pião” não escolhe um lugar. Ele não tem um lugar permanente... Ele tá aqui um tempo, tá ali por mais um tempo... Não nos fixamos num lugar (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/ RJ, 47 anos).

Assemelham a palavra “trecho” a “obras instaladas em uma determinada região”. Metaforicamente, “trecho” pode se referir também a um “período de tempo” (tempo que os homens trabalham/ficam numa “região” onde a “obra” está sendo realizada). Como especificado, de acordo com os piões, “o Brasil é como uma grande área onde acontecem várias ‘obras’. Esses empreendimentos podem ser instalados em várias cidades, ou, na metáfora utilizada por eles, em vários ‘trechos” (VIEIRA-SILVA, 2015:90).

Por conta disso, ao se deslocarem para trabalhar em uma dessas obras consideram estar em um “trecho”, durante um “intervalo de tempo”, ciente de que logo estarão em outro “trecho”. Isso faz com que não se sintam pertencentes àquela região, pois o “trecheiro” não se prende ao lugar. Como vemos no depoimento de alguns trabalhadores entrevistados:

17 Todos os nomes dos trabalhadores entrevistados foram modificados para respeitar o anonimato.

Estou aqui há um ano e meio... Olha, nesse ramo que a gente trabalha, a gente engloba o Brasil. A gente faz obras, constrói (...). Quer dizer... Tem uma obra aqui, a gente tá aqui. Tem uma obra ali, em São Paulo, a gente vai para São Paulo (...). Quer dizer, onde tiver obras, a gente migra (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

“Pião Trecheiro” é porque ele não tem estadia. Quer dizer, ele está num ‘trecho’. Por exemplo, ele está no Rio, aí alguém diz: “Olha, tem uma obra pra gente lá em Manaus, quem é que vai?”... É... O Toni vai, o Diniz vai, o Fulano vai... Quer dizer, ele não se apega ao Rio de Janeiro. A gente não se apega à cidade. (...) O pião não passa muito tempo num lugar... Porque ele vai onde tem trabalho... É a busca pela sobrevivência... Uma vida melhor, né? Pra ele e pra família (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

Em relação ao termo “Pião”, essa denominação carrega um sentido de como se percebem. Em toda obra existem os “peões” (com “e”, mas som de “i”); em algumas existem também “piões”. No caso das obras de Suape coexistem os dois grupos. Os “Peões de obra”, que são trabalhadores da própria região, que ainda não adentraram na vida de “Pião de trecho”, pois, o “pião” acumula em sua bagagem a experiência do “deslocamento” ou “circulação” territorial. Como disse um dos trabalhadores entrevistados, os “piões” circulam, rodam pelo mundo e para o “peão” se tornar “pião” tem que conhecer bem essa profissão na prática e a prática do “pião” é “rodar” – só assim passa-se a fazer parte desse grupo seletivo.

Um dos trabalhadores, o Miro, na entrevista, utilizou uma metáfora muito interessante para explicar a necessidade do “pião” de estar circulando e nunca parar em um lugar por muito tempo. Primeiro falou que a referência sobre o “pião” diz respeito ao brinquedo que, ao ser acionado em movimentos circulares, fica a girar e não pode parar, pois, “(...) o que é o pião?... O piãozinho ele gira, ele roda... Quer dizer, o “pião rodado”... Ele está circulando, ele não está parado. Se parar ele cai”.

A metáfora de girar para se manter em pé reflete bem a ideia que esses homens guardam sobre a mobilidade territorial, além de comportar outras ideias como força e dinamismo. Enquanto está girando o pião tem força, só para se perde a força, aí ele cai. Esse cair pode ser comparado à morte, invalidez ou aposentadoria. Algumas dessas ideias estão nas palavras de outro entrevistado, o Diniz: “Uma vez que sente, gosta. E se pegar gosto, né?... Não sai mais dessa vida... A não ser quando se aposentar ou morrer”.

Assim, ser “Pião trecheiro” é fazer parte de um grupo identificado com “trabalho”, “deslocamento” e “tempo/período”. Essa forma de identidade influencia diretamente na maneira como essas trabalhadores constituem os vínculos com o lugar e as pessoas residentes, que é o que vamos ver a seguir.

Possibilidades de vínculos com as mulheres da região: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano do “Pião trecheiro”

É comum na região de Suape se escutar histórias sobre relacionamentos entre as mulheres locais e os homens das firmas. Um assunto muito repetido nas conversas com pessoas da região refere-se ao envolvimento desses homens com mulheres “compromissadas” (que já tinham namorados ou eram casadas). Nessas horas, quem cita os fatos destaca sempre as mortes de trabalhadores alojados por conta dos casos extracôjugais com mulheres que tinham “dono”.

Esses relacionamentos com mulheres compromissadas geram muitos problemas logo no início da instalação das obras na região. A representação simbólica, com o foco nas relações entre os homens trabalhadores das firmas e as mulheres locais, a partir do enfoque de gênero, tendo como elemento disparador dessa análise o envolvimento com o que denominam “mulheres com donos” – expressão utilizada para afirmar que não é recomendável se envolver com mulheres compromissadas, demonstra como esses percebem a relação com as mulheres e, quando vistas pela perspectiva de gênero, evidencia nas relações sociais uma das facetas de dominação engendradas nas construções

de poder (QUADROS, 2004). Pois, “dono” sinaliza para a ideia de propriedade; assim, se a mulher tem “dono” ela é “propriedade” de algum homem e esse não admite que “mexam na propriedade” dele.

Outro ponto de destaque é que, quando esses trabalhadores se referem à sexualidade ou às relações extraconjugais, eles revelam que essas questões podem ser interpretadas pelas dimensões do “permitido” e do “não permitido”. Nesse caso, permissão é uma categoria de referência citada por muitos dos trabalhadores com quem conversei e se revelou um dos pontos da constituição de vínculos com as mulheres locais, em que as questões de gênero e poder estão entrelaçadas nas formas como esses homens constituem vínculos e revelam como pensam os significados em relação aos tipos de relacionamentos que mantêm com as mulheres da região.

Vejamos um exemplo com base na vinculação com suas esposas. No que concerne ao valor simbólico da confiança, as esposas são referência de “vínculo permanente”. Porém, esse vínculo não é dado pela questão do trabalho nem do sexo em si; opera-se por questões de laços afetivos, compromisso e alianças. Como fica subentendido nas palavras desse trabalhador, por exemplo:

A ligação com minha esposa é pra sempre. Eu não posso dizer que o sexo com ela é a melhor coisa do mundo. Mas entre nós não é apenas sexo, é muito mais... É... É... Como eu diria?... É tudo que a gente tem junto: o carinho, os filhos, a confiança, tudo!... Isso é muito mais que sexo... É companheirismo, entendeu? (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Como esse trabalhador, outros revelaram que o sexo fora do casamento é melhor que o “sexo em casa” (PARKER, 1991; CORRÊA, 1996). Mas, também acrescentaram que não trocariam suas esposas por nenhuma outra mulher, porque a relação com a esposa é “*mais que sexo*”. As mulheres locais, para grande maioria dos homens, são vistas como “interesseiras”. Acreditam que elas se aproximam deles porque circula na região que os “homens das empresas” estão sempre com dinheiro no bolso.

As mulheres aqui pensam que é tudo ‘bombado’. Na verdade, elas veem a gente saindo e gastando dinheiro nos lugares, aí pensa: “É tudo cheio de grana”. O que é que acontece?... Já olha com interesse. Vê ali uma possibilidade. Tem muitas que se envolve pensando em formar uma família. Não importa se o cara é casado ou não, tem muitos que tão lá com aliança... Você acha que ela liga?... Não! Não liga não. Elas pensam em compromisso, a gente pensa em diversão. É um passatempo (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Encontra-se então outro atributo, um tipo de mulher diferente da mulher virtuosa, a “mulher interesseira”. Com essa mulher, segundo os trabalhadores, deve-se ter muito cuidado, pois enquanto eles querem sexo, elas querem muito mais. Essas são mulheres tidas para “passatempo”. Na verdade, subentendem que a condição de trabalho deles, “trabalho temporário”, evidencia o tipo de vínculo que eles desejam manter com elas, ou seja, um “vínculo temporário”.

Com as “mulheres virtuosas” (esposas) eles estabelecem “vínculos permanentes” e esses se baseiam na questão de “afeto” e “aliança”. Já com as “mulheres interesseiras”, estabelecem “vínculos temporários”, baseados no interesse pelo “sexo/diversão” durante um determinado período. Porém, com as mulheres tidas como interesseiras também pode se estabelecer “vínculos permanentes”, mas na maior parte dos casos, a base do vínculo não se dá pela via do afeto, nem da aliança, apenas do compromisso. Pois, na maioria dos casos, se estabelece pela vivência dos riscos, ou seja, quando há uma gravidez, que só acontece por causa do sexo sem proteção.

Como dito por Miro: “O risco do cara ficar com uma mulher por muito tempo é ele transar sem camisinha. O cara vai ficando com a menina, criando intimidade e coisa e tal... Pronto!... Transa sem camisinha!”.

Outro trabalhador, o Toni, mencionou essa questão, dizendo ser grande o número de homens que se envolvem com uma mulher local por um período longo e “se perguntarem se usam camisinha sempre, a maioria vai dizer que sim... Mas vá ver a quantidade de homens

que têm filhos fora do casamento?... São muitos... E isso acontece por quê?... Porque usam o preservativo?... É claro que não!”.

Há duas questões a se pensar aqui, a primeira diz respeito à atribuição de classificação para as mulheres como mais uma forma de dominação (QUADROS, 2004), que é revelada pela constituição dos vínculos. A segunda questão é que, dependendo da tipificação atribuída, se evidencia um tipo de relação sexual referida. Mas, vou chegar a esse ponto, porém é necessário explicar sobre outro tipo de vínculo possível que esses homens estabelecem com mulheres da região, esse se dá por via do “vínculo de serviço”.

Os homens da região dizem que há duas opções para quem quer ter relações sexuais com mulheres na região. Uma já foi mencionada, é pelo estabelecimento do “vínculo temporário”, que, em alguns casos, pode gerar “vínculos permanentes” – nesse caso, o vínculo é selado pela gravidez e só será consolidado com o nascimento da criança (a particularidade desse vínculo é que ele é com a criança e não com a mulher em si). O vínculo temporário se relaciona diretamente com a possibilidade de “sexo temporário”. A outra possibilidade de relacionamento com mulheres da região os homens dizem ser com as prostitutas.

Os trabalhadores de Suape referem-se às prostitutas como “mulheres de risco” (MARTIN, 2003), no sentido de que essas carregam a possibilidade (simbólica e real) de passar uma DST ou AIDS para quem transar com elas. Foram poucos os que disseram que com essas mulheres não transariam, como foi o caso do Breno: “(...) tem muito trabalhador que procuram, né? Procuram as prostitutas. Eu não tenho nada contra, mas eu não... Eu não transo com prostitutas, mesmo com camisinha eu não transo”.

A maioria relatou que procuram as boates. Alguns forneceram referências sobre os pontos onde se localizam as casas de prostituição, tanto nas áreas das praias de Gaibú e Enseada dos Corais, quanto no Centro do Cabo de Santo Agostinho. De acordo com Diniz, a prostituição é “uma atividade que existe há séculos e em qualquer lugar”. Alguns afirmaram que as mulheres que se prostituem porque precisam.

Outros admitiram a possibilidade de a prostituição ser uma escolha consciente, feita por questões de necessidade e que pode se tornar uma atividade exercida com prazer. Essa última ideia é muito

próxima à ideia de como alguns homens se reportam a profissão que exercem, tal como descrito anteriormente.

Apesar da diversidade de opiniões a respeito das mulheres na prostituição, quando se referiam a elas, quase sempre afirmaram serem essas “mulheres de risco” mais confiáveis para manter relações sexuais do que com as “mulheres interesseiras”. Pois elas, de acordo como afirmaram, estão “prestando um serviço” e, finalizado o serviço, ou seja, a relação sexual, finda o vínculo.

Dois aspectos são importantes de se ressaltar sobre a natureza desse vínculo: 1) o vínculo é mediado pela relação de trabalho das profissionais do sexo (serviço/sexo pago), por isso tem uma natureza bem definida para ambas as partes, e; 2) assim como na profissão deles, a atividade é referida como uma atividade de risco; nesse caso, o fator segurança e proteção são acionados e a cobrança (monitoramento) para o uso do preservativo (material de proteção – EPI¹⁸) ocorre pela própria profissional do sexo. Para eles “é prazer, para elas é trabalho”, como afirmou Gael.

O que se pode observar é que, em geral, os trabalhadores migratórios não constituem laços fixos com o lugar onde trabalham, nem com as pessoas da região. Essa relação tem como referência o “fazer parte” e o “não fazer parte” como elementos constitutivos dessa relação. Percebem esses vínculos pela simbologia da atividade que exercem no trabalho. Ou seja, como são trabalhadores com vínculos temporários e migrantes, as relações que mantêm com o lugar são mediadas pela mesma ideia de “vínculo temporário” ou “vínculo de serviço”.

Apenas no caso de gerarem “vínculo permanente”, outras possibilidades de mediação podem acontecer, mas também podem estar diretamente ligadas a questões econômicas (pagamento de pensão alimentícia) ou jurídicas e, nesses casos específicos, o vínculo é com o/a filho/a.

Voltando à questão da tipificação das mulheres e como esse revela o tipo de relação sexual ou ligação afetiva pela tipificação,

18 Equipamento de Proteção Individual – esses equipamentos são exigidos para que sejam utilizados no exercício da profissão deles. Caso não os utilizem eles podem ser penalizados. Os encarregados das obras fazem o monitoramento do uso.

verifica-se o seguinte: a) com as “mulheres virtuosas” (companheiras, namoradas fixas e/ou esposas), se mantém um “vínculo permanente”, onde o sexo é referido e interligado pelo afeto, a confiança e o compromisso; b) com as “mulheres interesseiras” (moradoras da região que se relacionam sexualmente com os “piões”) se mantém um “vínculo temporário”, onde o principal interesse é o “sexo temporário” (para os homens) e é mediado pela dimensão do prazer e lazer, sem compromisso. Porém, com essas mulheres correse o risco de gerar um “vínculo permanente”, se ocorrer uma gravidez, e; c) com as “mulheres de risco” (prostitutas/profissionais do sexo), se estabelece um “vínculo de serviço”, pois é o “sexo de serviço”. Para os homens, nesse caso, o sexo também é referido como prazer e diversão, porém, outro elemento é incorporado a essa dimensão, o “trabalho” (prestação de um serviço). Assim, enquanto para eles é prazer/lazer, para elas é trabalho/serviço, tendo o vínculo bem definido e findo o serviço, finalizado o vínculo.

Vê-se então como no processo de sociabilidade se revelam as interações e os discursos, evidenciando que as vivências desses trabalhadores não estão isoladas de valores, ideias e práticas; onde/todas essas questões podem ser lidas a partir dos aspectos refletidos na dinâmica do trabalho desses sujeitos, por um princípio gerador de como esses constituem os vínculos e fundamentadas nas relações sociais de gênero.

Considerações finais

A identidade de um “Pião trecheiro” é composta por símbolos como: trabalho (profissão), deslocamento (mudança, trânsito, migração, mobilidade) e período (tempo). Esses símbolos juntos compõem o *ethos* desse grupo e conforma um *habitus* (BOURDIEU, 1983). Assim, percebe-se que a simbologia da profissão de “Pião trecheiro” influencia diretamente na forma de interação e constituição de vínculos, tanto com o lugar, quanto com as pessoas.

De certa forma, esse estilo de vida faz com que não se prendam a uma “região fixa”, o que comporta um tipo de relação simbólica com

o lugar (região), mediada pela ideia de “fazer parte” e “não fazer parte”. Na interação com a comunidade local, incluem-se as relações com as mulheres, o que os levam a estabelecer vínculos.

A classificação dos tipos de vínculos com as mulheres locais, além de mediadas por ideias de diversão/prazer (sexo temporário), também está presente a dimensão do serviço/trabalho (sexo pago).

A forma como lidam com os vínculos, ou como os constituem, é reflexo do tipo de ligação pelo interesse no sexo. Ou seja, se é sexo pago, os vínculos são bem definidos e só duram enquanto há execução do serviço. Se o sexo é temporário, o vínculo pode ser de curta duração (dias, semanas), ou mais longo (meses, anos). O tipo de vínculo estabelecido influencia diretamente na maneira como lidam com os riscos vivenciados nos relacionamentos e onde o comportamento sexual está ligado a valores de liberdade e autonomia (QUADROS, 2004; PORTELLA *et al.*, 2004).

Parece também haver a ideia de que, ao se reportarem ao tipo de trabalho que fazem e evidenciando que são de outras regiões, deixam autoevidente o não interesse em estreitar a relação com outras mulheres. A liberdade e autonomia de escolha em como vivenciar as relações, relacionadas às práticas sexuais masculinas, assim como a questão de como serão condicionados os vínculos (serviço, temporário – que pode vir a se tornar permanente), evidenciam a hierarquização imbricada nessa relação, num contexto de total desigualdade de poder nas decisões.

A tipificação das mulheres também revela outro indicativo de como são travadas as relações de gênero, pois ao estabelecer categorias de “mulheres virtuosas”, “mulheres interesseiras” e “mulheres de risco”, também se infere a ideia da constituição de vínculos com essas mulheres.

O vínculo com as mulheres da região não é valorizado. Na verdade, o único vínculo que demonstram perceber como valoroso são os “vínculos permanentes” e, na maioria dos casos, os que são mediados pelas questões de “afeto” e “aliança” – não valorizam os vínculos gerados por questões de obrigação, por conta de uma gravidez fora do casamento (filhos extraconjugais). Contudo, lembro que esse tipo de “vínculo permanente” será com a criança que vier a nascer proveniente do “vínculo temporário”.

De modo geral, as questões aqui abordadas ultrapassam as fronteiras regionais, pois dizem respeito a homens que migram por causa do trabalho. Isso não significa dizer que, para onde esses vão, as mesmas questões terão configurações idênticas, pois o contexto local é muito importante para essa leitura. Contudo, lembro que os elementos presentes nos aprendizados socioculturais que se revelam na socialização desses sujeitos são reflexos de suas trajetórias. Ou seja, são consequências das práticas e ideias adquiridas ao longo de suas vidas, que não se desvencilham dos sujeitos, independentemente de onde estejam e, somadas aos contextos específicos (como é o caso de Suape), reverberam em questões que podem promover grandes impactos sociais para as pessoas.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. 1983. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39. p. 46-81.
- _____. 1983. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39, p. 82-121.
- CORRÊA, Sonia. 1996. Saúde Reprodutiva, Gênero e Sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: *Seminário Internacional do Programa de Saúde Reprodutiva e Sociedade*, México.
- ECKERT, Cornélia. 1995. Do corpo dilapidado à memória re-encantada. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). *Corpo e Significado: ensaios de Antropologia social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p 139-154.
- MARTIN, Denise. 2003. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP.
- NASCIMENTO, Pedro. 1999. *Ser homem ou nada: diversidade de experiências e estratégias de atualização da masculinidade hegemônica em Camaragibe/PE*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.

- PARKER, Richard. 1991. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller.
- PORTELLA, Ana Paula; MEDRADO, Benedito; SOUZA, Cecília de Mello *et al.* 2004. *Homens: sexualidades, direitos e construção da pessoa*. Recife, SOS Corpo – Gênero e Cidadania e Instituto PAPAI.
- QUADROS, Marion Teodósio. 2004. *Homens e a contracepção: práticas, ideias e valores masculinos na periferia do Recife*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2000. “Bichos de Obra. Fragmentação e reconstrução de identidades”. In: RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília: EdUnB.
- SARTI, Cynthia Andersen. 1994. A família como ordem moral. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, Nov.
- SCOTT, Russell Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos; SOUZA, Rosângela Silva de. *Migrações, desenvolvimento e mulheres jovens no Complexo Portuário de Suape e Porto de Galinhas*. Trabalho apresentado no GT 21: Migrações, Fronteiras e Projetos de Desenvolvimento, IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII, Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, Fortaleza-CE, 2013.
- VIEIRA-SILVA, Sirley. *Pião Trecheiro: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape - PE*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2015.

III - PROJETOS FEMINISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

RELAÇÕES DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: A LEI MARIA DA PENHA NO GOVERNO FEDERAL¹

Lourdes Maria Bandeira² | UnB
Tânia Mara Campos de Almeida³ | UnB

Apresentação

É comum vermos frases como “*O machismo mata*” (Marcha Mundial de Mulheres, 2014), a qual traduz a dura realidade exposta pelo

1 Versão preliminar deste texto foi apresentada pela primeira autora em seminário sobre violência contra a mulher na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, em 29/04/2015.

2 Doutorada em Antropologia (Université René Descartes de Paris V). Pós-Doutorado na área de Sociologia do Conflito, na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS). Professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Pesquisadora do CNPq – Pq-1B. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher – NEPEM/UnB. lourdesmbandeira@yahoo.com.br

3 Doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília e pós-doutorado em Representações Sociais pela UnB; pela Université de Provence e pela EHESS. Pesquisadora e professora adjunta do Departamento de Sociologia - UnB. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM/UNB). taniamaraunb@gmail.com

Instituto Sangari (2012)⁴: O Brasil teria acumulado mais de 90 mil mortes de mulheres por agressão nos últimos 30 anos. Pode-se afirmar ainda que, antes de matar, o machismo oprime, estupra e barbariza a mulher agredida, especialmente nos numerosos casos de violência doméstica e familiar. Para realizar o enfrentamento desse tipo de violência, tão disseminada na sociedade brasileira, foi elaborada a Lei 11.340 (de 07 de agosto de 2006), conhecida como Lei Maria da Penha, que foi assumida como uma política pública de Estado.

Com frequência, um grande contingente de mulheres é vítima de maus-tratos, ofensas, agressões físicas, desrespeitos e humilhações por parte de homens com os quais tem relações de parentesco, domésticas e íntimas de afeto. Com muita dificuldade, apenas uma parcela delas consegue romper com um ciclo de violência que, normalmente, se estabelece nesses casos. Esse imobilismo gera, no senso comum, ideias preconceituosas e revitimizadoras das mulheres, por exemplo, “elas são masoquistas, gostam de apanhar”. Nessas afirmações populares, responsabilizam as mulheres pela violência a que estão submetidas e omitem, convenientemente, explicações mais complexas e condizentes com as relações de gênero a que estão inseridas.

O fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, enquanto categoria analítica, é polissêmico, multicausal e dinâmico. Explicações que hoje são consideradas plausíveis, amanhã podem ter outras que lhes complexifiquem ou revisem. Uma das explicações sobre a persistência do vínculo da mulher com o agressor tem relação com a ambivalência dos sentimentos por ela vivenciados. Estes são, quase sempre, estimulados pelo agressor que, manipulando o poder que detém, também é capaz de revelar diferentes facetas na relação intersubjetiva, chantagear e seduzir. Em geral, a mulher está emocionalmente envolvida com quem a agride, construiu um projeto de vida em comum com juras de amor, possui filhos/as conjuntamente, é dependente economicamente e pode até mesmo estar sofrendo hostilidade

4 WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil CEBELA-Centro Brasileiro de Estudos Latino- Americanos/FLACSO Brasil. Brasil, 2012.

familiar. Vulnerabilidades diversas convergem para paralisar a mulher em busca de denunciar a situação.

Há explicações diversas de ordem individual, sociocultural e estrutural que procuram compreender esse fenômeno que não se limita a manifestar-se na esfera privada ou pública, independe da condição sociocultural, econômica ou étnica/racial de agredidas e agressores. Todas convergem entre si ao afirmarem que a violência envolve o uso da força física, psicológica/emocional, moral, patrimonial e/ou intelectual, que obriga a mulher a fazer algo que não quer, a ameaçar, a constranger e lhe subtraia bens, dignidade e autonomia. Sem dúvida, trata-se de uma forma de opressão que, além de tolher a liberdade, a desumaniza em seus direitos essenciais e na sua condição de sujeito. Por isso, seu enfrentamento, prevenção, coibição e punição exigem ações diversas e articuladas em diversos níveis da federação.

A qualificação e a análise da violência doméstica e familiar contra a mulher ocorreram à medida que o movimento feminista desconstruiu a ideia corrente de que o aparato sexual seria inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e as inscrevendo em relações de gênero históricas e culturalmente constituídas, além de começar a exigir responsabilidade dos governos por dar-lhe um basta. Esse tipo de violência encontra-se ligado aos significados atribuídos, de modo essencializado, aos homens e às mulheres, bem como às interações sociais entre e intra eles e elas. Ou seja, não é mais possível manter a associação que torna equivalente o feminino com fragilidade, submissão e com amor incondicional enquanto o masculino corresponde à força, ao comando e ao prestígio, além de não ser mais possível ter um Estado conivente com esta prática frequente e ampla.

Afinal, é pela perspectiva de gênero que se entende o fato da violência contra a mulher emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Essa violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de gênero, as quais se iniciam no universo familiar, onde se encontra

o protótipo das relações hierárquicas e de dominação. Ademais, a violência se exacerba quando quem subjuga e quem é subjugado podem receber marcas de raça/etnia, geração, classe social, dentre outras que entram no jogo do poder em nossa sociedade, o que convoca ainda mais o Estado para mediar os conflitos desse âmbito de modo equânime.

Este texto, então, centra-se inicialmente em alguns pontos de discussão do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher de modo a encaminhar o/a leitor para algumas ações das políticas públicas que atuam com vistas a visibilizar e erradicar a violência contra a mulher, com destaque para a Lei Maria da Penha, implementadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

Conclui-se com uma reflexão acerca da atuação do governo federal e dos governos estaduais em ‘juntar’, suprimir’ ou mesmo em alguns casos ‘eliminar’ os diversos organismos de políticas para as mulheres. Afinal, faz-se importante contextualizar com esses pontos que o processo de elaboração, aprovação, aplicação e apropriação pelo senso comum de políticas e da lei não se fazem apenas dentro da moldura habitual de reconhecimento de direito, uma vez que se espera que venham provocar mudanças significativas em valores patriarcais arraigados que desencadeiam esse fenômeno da violência e em paradigmas intra e inter campo jurídico, psicossocial, segurança pública e da gestão executiva, assim como nas instituições correlatas a estes campos.

A persistência da violência contra a mulher na esfera privada

É sabido que a maior parte da violência contra a mulher ocorre, fundamentalmente, no interior do domicílio, do lar e em relações sociais estabelecidas pelos vínculos de parentesco, domesticidade e intimidade de afeto. Nessa esfera, que é da ordem privada, a situação de impunidade ao agressor (parceiro, marido, ex-companheiro, amante, pai, filho, amigo, outros familiares, às vezes até vizinhos ou conhecidos), mostra-se ainda presente. É no exercício das sexualidades, dos afetos e da expressão da subjetividade mais livres que a violência contra a

mulher tem encontrado abrigo, colocando-se no centro da reflexão sobre a construção do indivíduo moderno, conforme enfatiza Giddens *et al* (1998) e Bijos (2004). Estes autores apresentam as duas faces que compõem a personagem do indivíduo moderno. Uma delas refere-se a sua constituição como sujeito político, livre, autônomo, portador de direitos de cidadania e de acesso à justiça social; a outra face refere-se a sua fabricação subjetiva, por múltiplos dispositivos disciplinares, que tornam as experiências de gênero e da sexualidade centrais para a constituição das identidades.

A violência doméstica acontece cotidianamente, mas é silenciosa e invisível: por quê? Uma das pioneiras ações de atuação da SPM foi a criação do serviço - Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, implementado em 2005, que a partir de então já foram registradas mais de 4 milhões de atendimentos. Somente em 2014, realizou 485.105 atendimentos, uma média de 40.425 por mês e 1.348 ao dia.

Ademais, somente em 2014, do total de 52.957 denúncias⁵ de violência contra a mulher, 27.369 corresponderam a denúncias de violência física (51,68%), 16.846 de violência psicológica (31,81%), 5.126 de violência moral (9,68%), 1.028 de violência patrimonial (1,94%), 1.517 de violência sexual (2,86%), 931 de cárcere privado (1,76%) e 140 envolvendo tráfico (0,26%). Em síntese, a violência sexual contra a mulher, que inclui estupro, assédios e exploração sexual, cresceu 20% em 2014, uma média de quatro registros/dia.

A violência ocorre em um espaço próprio e esta noção de espaço (especializado) designa a esfera privada – ou seja, a dimensão da vida social que vem sendo historicamente contraposta ao espaço público, à esfera política e de mercado. Enfatiza, portanto, uma situação da vida humana, independentemente da condição de sujeito

5 É importante marcar a diferença entre *atendimento* e *denúncia*. O primeiro é feito com vistas a solicitar informações, solicitar esclarecimentos, averiguar como funciona para se fazer uma denúncia. A segunda é feita quando se denuncia um caso/situação concreto. O ligue 180 funciona durante 24 horas, não é necessário a pessoa se identificar e pode ser acessado de qualquer dos mais de 5.000 municípios brasileiros. Atualmente, o serviço foi ampliado para mais 13 países: França, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo. A Central já atende Espanha, Itália e Portugal.

cidadão ou do vetor da sua ação dirigido à *res publica*, sendo uma manifestação de violência que se processa no interior das famílias e que envolve as pessoas do convívio doméstico, atingindo sobretudo, os filhos menores. Constrói-se a partir de relações interpessoais em que o agressor convive ou tenha convivido no mesmo espaço que a mulher, filhos, e demais familiares, sem necessidade de coabitação. Trata-se da base formadora de relações assimétricas, fora da ordem da individualidade moderna.

Nessa direção, paradoxalmente, no Brasil, ainda se convive com uma ordem pré-moderna, na medida em que dos 84 países pesquisados, o Brasil é o sétimo onde mais se matam mulheres. Está em pior posição que seus vizinhos na América do Sul (à exceção da Colômbia), que os países europeus (à exceção da Rússia), e que todos os países africanos e árabes⁶.

Entre as diversas formas de violência doméstica, encontra-se a violência sexual, praticada por parceiro íntimo (SCHRAIBER *et al*, 2007) que nem sempre é mencionada pelas mulheres agredidas, por vergonha de expor sua intimidade e, muitas vezes, por não perceberem que se trata de violência sexual – como é o caso do estupro conjugal.

De acordo com a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994), a violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Em outras palavras, é entendida como sendo qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal da mulher. É praticada com uso de força física do agressor, que machuca a vítima de várias maneiras ou ainda com o uso de armas, exemplos: bater, chutar, queimar, cortar e mutilar.

Ademais, a violência sexual se configura como uma ação na qual uma pessoa, numa relação de poder, por meio do uso de força física, coerção, sedução ou intimidação psicológica, obriga a outra a

6 <http://www.compromissoeatitude.org.br/datasenado-135-milhoes-de-brasileiras-ja-sofreram-agressao>

praticar ou submeter-se à relação sexual forçada, contra sua vontade. Essa prática é considerada crime, mesmo se exercida por um familiar, seja pai, padrasto, companheiro ou marido.

Assim, as expressividades de violências que ocorrem no interior do espaço do lar caracterizam-se como o lado mais sombrio da vida privada, onde se perpetram atrocidades, não apenas em relação à mulher, mas também, perversamente associadas, atingem outros membros da família, geralmente os mais frágeis, como as crianças, os idosos, os doentes e os deficientes físicos ou mentais – que, nessas condições, são considerados feminizados. Todos esses se localizam nessa espacialidade obscura de segunda importância e fazem parte, de alguma maneira, do grupo chamado de periféricos, isto é, dos “excluídos da sociedade” e do direito a uma vida plena sem violências, o que também impacta negativamente ao acesso a vários outros direitos individuais⁷.

Nesse sentido, a manchete de *O Globo* (29/11/12) é ilustrativa, ao destacar: *Em 66% dos casos [denunciados], filhos presenciam violência contra mulher*. A notícia destaca: “Segundo o estudo, dos registros de violência contra a mulher, em 74,6% dos casos, o agressor é o cônjuge, namorado ou companheiro; em 66,1% dos casos, os filhos presenciam a violência; em 52,9%, a mulher percebe que há risco de morte; em 58,6%, a violência física ocorre diariamente; em 38,9%, a violência ocorre desde o início da relação; e em 40,6%, a relação dura 10 anos ou mais”⁸. Ademais, a violência se manifesta por meio de maus tratos físicos habituais e cotidianos, mas ainda existem práticas de tortura psicológica, seja pela privação das necessidades básicas, seja por todas as formas de abuso sexual até de estupro. “(...) Em 2009, a PNAD/IBGE identificou que 48% das mulheres agredidas (incluindo todos os tipos de conflitos) haviam sido vitimadas em sua própria residência,

7 Vale lembrar que a Pesquisa do DataSenado de março de 2013 estima que mais de 13,5 milhões de mulheres (19% da população feminina do país com 16 anos ou mais) já sofreram algum tipo de agressão. Dessas, 31% ainda convivem com o agressor. E entre as que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência, ou seja, cerca de 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões.

8 Síntese dos indicadores sociais, publicado no Jornal *O Globo* - 29/11/2012, cuja manchete era: *Em 66% dos casos, filhos presenciam violência contra mulher*.

em contraste com os 14% dos homens agredidos no interior de suas casas” (MARTINS *et al*, 2015:3).

Por sua vez, Almeida (2007) faz uma distinção necessária e fundamental à construção do campo da violência de gênero, o que nos auxilia a esclarecer a violência contra a mulher na esfera privada. Ao discutir a incompletude das definições usuais presentes, a autora oferece pistas fundamentais à averiguação e ao enfrentamento desse fenômeno social, afirmando que: “A *violência de gênero* designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu caráter é relacional” (p. 24), no qual se imbricam de modo orgânico as dimensões estrutural e interpessoal.

Logo, a *violência de gênero* torna-se o único qualificativo da violência que ultrapassa o caráter descritivo, constituindo-se em categoria analítica e histórica ao mesmo tempo, sendo facilmente assimilável no meio acadêmico. “Marcada por uma incompletude, dado seu caráter abrangente, o seu emprego poderia levar ao risco de transbordamento, porém não de limitação. Suas potencialidades estariam sinalizadas pela abordagem da violência no quadro das desigualdades de gênero” (ALMEIDA, 2007: 26-27).

Por fim, cabe ressaltar que, para se tratar a violência doméstica e familiar em ações públicas, o termo *violência de gênero* foi associado, no âmbito infraconstitucional, à ideia de que a família não é constituída por imposição da lei, mas, sim, por vontade dos seus próprios membros e que todos devem ter atenção no que diz respeito à situação de violência. Isso significa que, na base familiar, podem encontrar-se práticas de violência arraigadas em modelos histórico-culturais, cujos valores persistentes se manifestam através de processos de dominação, opressão e crueldade que vêm pautando as relações entre homens e mulheres, necessitando ambos de serviços especializados para romperem com o ciclo da violência em que se encontram enredados.⁹

9 Segundo Almeida (2007:25), as violências narradas por essas vítimas, que deixam “inúmeras, diversificadas e profundas marcas em mulheres, em escala global, ainda não foi nominada apropriadamente”. Para a autora, trata-se de uma violência “mal-dita” e de uma violência “mal-dita”. O primeiro enfoque é atribuído a “todas/os que

Para lutar contra essas expressividades de violências, campanhas vêm sendo desenvolvidas pela SPM, com destaque para *Quem Ama Abraça* (2010) que engajando jovens e a sociedade na mudança de comportamentos frente à violência de gênero, desconstruir preconceitos com vistas a denunciar da violência contra as mulheres. A campanha *Compromisso e Atitude* (2013), com objetivo de mobilizar todas as gerações de mulheres e a sociedade, mostrando que as mulheres têm direito a uma vida sem violência, que elas não estão sozinhas e que os agressores devem ser condenados socialmente e responsabilizados pelo crime¹⁰.

A mulher no contrato sexual-social e a relação com a violência doméstica

Carole Pateman (1993) já destacava que o contrato social-heterossexual, cuja expressão clássica se denomina no contrato matrimonial, especialmente legal, estabeleceu o controle da sexualidade feminina pelo homem. Impôs o dever conjugal à mulher, este pautado pela plena obediência que a obriga a manter relações sexuais com o companheiro, mesmo quando contra sua vontade ou seu próprio desejo, camuflando a presença de violência(s) subsumida(s) no casamento e à(s) qual(is) a mulher acaba por ceder. Sem querer reafirmar a dicotomia “homens violentos e mulheres vítimas”, a autora enfatiza que há um profundo silenciamento sobre o contrato sexual, ao contrário do contrato social, sobre o qual muito se escuta e que é apontado como fundante da sociedade moderna. Nesse sentido afirma que:

O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. As versões tradicionais

a experimentaram e para todas/os que tentaram enfrentá-la e mediá-la”. O segundo enfoque é referido “para todas/os que tentam estudá-la”.

10 <http://www.compromissoeatitude.org.br/campanha-quem-ama-abraca-engajarias-e-adolescentes-pelo-fim-da-violencia-de-genero/>

da teoria do contrato social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação de que metade do acordo está faltando. A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica porque o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instancia do sexual – ou seja, o poder que os homens exercem sobre as mulheres [...] assim, a nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993:15-16).

Em outras palavras, e na mesma direção, Ota (2014, p. 4) afirma que:

(...) a ambiguidade da condição das mulheres no contrato originário, visto que a sua capacidade de fazer contrato é ao mesmo tempo pressuposta e negada. Não participam [as mulheres] integralmente do contrato, mas tampouco permanecem no estado de natureza. São objeto do contrato, mas também são parte contratante. Tal situação peculiar é resolvida com a incorporação das mulheres a uma esfera que é “parte de la sociedad civil pero está separada de la esfera “civil” (*apud* PATEMAN, 1995, p. 22),

A saber, a esfera privada. Dessa forma, Pateman depreende que “la antinomia privado/público es otra expresión de natural/civil y de mujeres/varones. La esfera (natural) privada y de las mujeres y la esfera (civil) pública y masculina se oponen pero adquieren su significado una de la outra” (PATEMAN, 1995:22).

Considerando o exposto, por princípio, as mulheres só poderiam firmar o contrato matrimonial por estarem, formalmente, em situação de iguais aos homens. No entanto, o contrato é firmado entre e pelos os homens para estabelecer “a posse” das mulheres que acabam por serem repartidas entre eles, pois, na verdade, o contrato não se realiza entre iguais. Assim, cabe aos homens, formalmente, reinar como soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio

do uso legítimo da força física e reafirmando a estrutura de uma sociedade heteropatriarcal que organiza e dinamiza as relações de gênero na sociedade, assim como suas disposições legislativas e jurídicas (SEGATO, 2013).

Disso decorre que o espaço privado acaba por se constituir em um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, mas especialmente para as meninas. Resta questionar a natureza das relações sociais interpessoais que usam da violência, com um respaldo de legitimidade assegurado pelo contrato sexual (OTA, 2014).

Diante desse quadro, a força policial ainda é bem ciosa de adentrar no espaço privado do lar para autuar, embora seja previsto em lei. Afinal, ainda prevalece no imaginário social a concepção de que a violência doméstica incidente sobre as mulheres deve ser equacionada no âmbito familiar, cabendo à polícia tão somente impor-lhe limites repressores que não firam essa premissa. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de violências, torturas, sevícias, humilhações e atos libidinosos, ou de estupros dirigidos à mulher, às crianças, àqueles/as em posição subalterna à ampla supremacia masculina.

Se a casa é um qualificador do espaço doméstico de risco e a família é um descritor de relações violentas, ambas caracterizam a condição de subalternidade histórica a que as mulheres são confinadas no espaço do lar, situação esquecida no contrato matrimonial. Assim, “... esse contrato leva as mulheres para o silêncio da falsa neutralidade do ordenamento jurídico. Haja vista que a norma legal é masculina e patriarcal, por isso, não foi capaz secularmente de proteger a mulher da própria casa, da sua família e dos homens” (OTA, 2014:24).

Assim, o sistema patriarcal, estruturado em relações de gênero binárias com posições desiguais e hierarquizando homens e mulheres, produz (e sustenta) uma semântica fundante das relações sociais, e que em outras escalas se reproduz em nossos comportamentos e atitudes, e pelas instituições. Esse circuito de violência, que faz fluir a obediência e o acatamento, fixador da posição subalterna feminina frente à masculina no espaço familiar e na esfera doméstica, faz com que o poder masculino extraia, de maneira pacífica ou violenta, o reconhecimento

indispensável para manter ou assegurar sua posição de poder, assim como de possibilitar sua recondução permanente como sujeito masculino de mando (SEGATO, 2003).

Efeitos da violência doméstica contra a mulher: o medo, a separação, o abandono e a penúria do corpo-mente estilhaçados¹¹

Sonia, dona de casa, mãe de duas meninas, chegou chorando à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM/DF), com marcas visíveis de agressão no rosto. Relatava que o marido usava palavrões contra ela com frequência. Ultimamente, apelava para a agressão física. Depois de muito pensar, decidiu denunciá-lo, mesmo sabendo que vai ser muito difícil viver sem o salário dele. É faxineira/diarista, mas seu trabalho é incerto (março/2011).

Antônia, mulher negra, 48 anos, mãe de 4 filhos. O marido lhe bate desde o início do casamento, há 22 anos. Por algumas vezes, esteve no hospital. Perdeu parte de um dedo, na briga, o qual também lhe faz falta para trabalhar. Sofre pressão da família para não se separar. Estava parada em frente à DEAM/DF e hesitava em entrar (novembro/2011).

Neuza chegou à DEAM/DF, acompanhada de um filho de 8 anos, assustado e calado. É manicure. Embora tenha 32 anos, aparenta bem mais de 40. Sofria agressões e ameaças constantes do marido, inclusive na presença dos 3 filhos. Ele

11 Os depoimentos que serão citados foram retirados da pesquisa realizada pela Profa. Lourdes Bandeira (primeira autora), com mulheres que sofreram violência, registrados em dois contextos: na chegada à DEAM/DF e na Região Administrativa da Ceilândia/DF (biênio março de 2011 a março de 2012). Os nomes das depoentes não são os verdadeiros.

passava muito tempo desempregado e sem dinheiro e o dinheiro dela era pouco para sustentar a todos (fevereiro/2012).

As três situações se aproximam, por se tratar da violência doméstica e familiar cotidiana e recorrente, cujas agredidas hesitam em denunciar à polícia. Antônia, depois de hesitar, sentindo-se muito medrosa e insegura, acabou desistindo, dizendo que voltaria outro dia. Ir à DEAM, publicizar a violência e buscar ajuda, significa-lhes uma grande dor e pesar. Aparentavam estar com medo e vergonha de expor a intimidade de suas vidas, além de parecer que denunciar o marido significava oficializar o fracasso e o sofrimento do casamento, de uma vida em comum projetada como ideário almejado para serem felizes, para ser de felicidade para ter filhos e compartilhar com os demais familiares. A decisão de denunciar, aparentemente, vem sendo tomada de modo muito solitário, sem contar com qualquer tipo de apoio; às vezes, é a solidariedade de uma vizinha ou de uma colega que já viveu a mesma situação. No geral, as famílias se opunham, além de encontrar outras resistências: dos filhos, da igreja ou da vizinhança. Quando chegam a denunciar a situação é por estar movidas pela dor e pelas marcas deixadas no corpo.

A manifestação de todo o enredo de sofrimento passa a ser sentida e a estar inscrita na corporeidade. Tal fato parece transformar as vítimas em constantes reféns da violência, uma vez que sempre se fazem presentes na lembrança emocional, na memória e na expressão de seus corpos (LABRONICI *et al*, 2010). Tanto o corpo como a construção sociopsíquica da corporeidade são categorias antropológicas que apontam para a importância da condição de realização do humano. Nessa direção, são porta-vozes de múltiplos sentidos e é sobre o corpo que se manifesta a expressividade tanto da liberdade de ação do sujeito, como das relações de dominação e de poder. Barbosa (2013:01) destaca que o pensador francês Gilles Deleuze assevera: “o que define um corpo é essa relação entre forças dominantes e forças dominadas. Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político”. Logo, as agressões e mutilações no corpo da mulher acabam por revelar que são práticas que os homens realizam por considerarem os corpos femininos suas pertencas e seus territórios.

Os efeitos perversos desse tipo de violência, paradoxalmente, podem se constituir nas principais razões pelas quais as mulheres continuam em um relacionamento violento, uma vez que a invisibilidade da mesma é pernicioso, cíclica e que acaba sendo internalizada passando a 'ordem do normal'. Em sua maioria, os homens se assentam nos valores incorporados desde o processo inicial de socialização performatizando o paradigma de sua posição hegemônica masculina e que se instala e se prolonga no decorrer da vida, com vistas a se perpetuar na esfera familiar e social.

Essas são, na verdade, as relações de gênero que organizam a vida social com base na violência naturalizada, hierarquicamente legitimada pelo *pátrio poder* como paisagem habitual das relações ente homens e mulheres. E a estas é destinada a função materna e reprodutiva modelar, que reconhece e obedece a autoridade masculina.

Nesse sentido, a presença de desigualdades de gênero, ao demarcar a supremacia dos homens expressa no exercício de poder, oprime as mulheres e outros sujeitos em condições de feminizados. Ademais, quando os agressores denunciados chegam à delegacia tendem a assumir duas posições: "(...) culpar a mulher pela violência por eles praticada e, como corolário, se vitimizar e, assim, obter apoio institucional, com a chancela da impunidade consentida" (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995:64-65).

Conviver com o medo no processo de coexistência com o agressor causa efeito paralisador para as mulheres que são violentadas e exploradas diuturnamente. Para quem a violência factual é rotineira e constitutiva da própria existência, o sentimento nefasto do medo delas se apossa e as imobilizam. O medo que está impregnado no seu interior/mente as paralisa não apenas o corpo, mas embaralha a consciência e alguma forma de ação para denúncia e libertação. O medo traz, como consequência, o sofrimento, isolamento social, humilhação e a quebra da autoestima. Essa cadeia de sentimentos e sensações negativas, ao instalar-se, acaba tanto por comprometer os relacionamentos delas com os/as filhos/as, as amigas, a vizinhança, as interações na esfera do trabalho, etc. Não é nada fácil romper com o ideal familiar e se colocar na autoria de reescrever *a crônica da família* – isto é, das famílias reais, errantes, estilhaçadas, lugares de afeto

e ódio, de solidariedades e violências (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; BIJOS, 2004).

Lenira Politano da Silveira, psicóloga do Departamento de Saúde do Servidor Municipal, que durante muitos anos, foi psicóloga da Casa Eliane de Grammont, da Prefeitura de São Paulo, relata um depoimento coletado em sua atuação profissional:

Pela minha experiência no atendimento a mulheres vítimas de violência, o medo, nas suas mais diversas expressões, é o que mais as paralisa: medo de ser morta pelo companheiro, medo de assumir sozinha os filhos e privá-los do atendimento de necessidades básicas, medo de exposição e escândalo. Por exemplo, atendi uma arquiteta que o ex-companheiro ia ao escritório onde ela trabalhava para ameaçá-la. É comum também as mulheres de classe média terem receio de não conseguir manter o padrão de vida: pagar o convênio médico e arcar com a educação dos filhos. Tudo isso fica mais complexo para as mulheres de baixa renda e pouca escolaridade. Entre elas, 15% apontam “ser forçada a fazer sexo” como uma agressão grave sofrida. Mais de 50% das mulheres agredidas tem descrença da população e não confiam na proteção jurídica e policial nos casos de violência doméstica.¹²

A separação conjugal ou o abandono é outro efeito perverso da violência doméstica, no sentido de que produz a penúria ou introduz algum grau de escassez material na família, sobretudo quando esta se desloca à condição de monoparentalidade. Isto é, a família passa a ser chefiada pela mulher, cuja nova sobrecarga de responsabilidades acarreta maior dificuldade de ingressar no mercado de trabalho e, quando consegue, o salário é inferior ao masculino em funções similares. Mais uma vez, emerge o medo associado ao risco da sobrevivência da

12 Lenira Politano da Silveira, psicóloga da Casa Eliane de Grammont e pesquisadora do Coletivo Feminista(p.63). Texto disponível no site: http://www.mpdft.mp.br/pdf/unidades/nucleos/pro_mulher/lenira.pdf

mulher e dos/as filhos/as em um corpo estilhaçado pela dor e por sua memória constante.

Os desafios da Lei Maria da Penha – atuação do Estado nas políticas públicas

Embora o nível de conhecimento de mulheres e de homens sobre a Lei Maria da Penha tenha crescido muito nos dois últimos anos e alcançando 98% das mulheres entrevistadas segundo pesquisa do DataSenado¹³ e aproximadamente 78% de homens, a Lei nº 11.340, de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha) estabelece no Art. 5: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

13 Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/release_pesquisa.asp?p=32 Acesso em: 3 set. 2015.

O levantamento também constatou que a maioria das entrevistadas (81%) não pensaria duas vezes em denunciar um ato de agressão cometido contra uma mulher. Desse montante, 63% ainda procurariam uma delegacia de polícia comum, enquanto 24% dariam preferência à delegacia da mulher. Quem usou os serviços da delegacia especializada gostou do atendimento (54% acharam ótimo/bom; 24% regular).

Assim, em boa hora, foi instituída a Lei Maria da Penha (LMP) que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras. Deu efetividade à Constituição Federal que proclama (art. 226): “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. E, ainda, promete (art. 226, § 8º): “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Logo, é fundamental proteger a capacidade de impactar e modelar a sensibilidade ética da população por parte de um discurso jurídico presente na LMP tão à frente dos costumes sexistas e da tradição patriarcal vigente no país. A lei não emerge para conservá-los, tal qual habitualmente tem sido o papel clássico do Direito, dificultando mudanças nos antigos códigos sociais e vindo a reboque da efervescência das mudanças vividas pelos grupos sociais. Ao contrário, essa lei está imbuída de potência transformadora, de pedagogia dos modelos sociais que recusam as sociabilidades violentas nas relações interpessoais de intimidade e afeto enquanto padrão natural da domesticidade. Em outras palavras, representa o resultado da luta feminista para que o poder constituído reconheça as mulheres como parte da sociedade que merece ter seus direitos instituídos, efetivados e respeitados. Enfim, a LMP traz indicação para o caminho a seguir rumo à sociedade desejada de maior igualdade e respeito entre os gêneros.

Dado seu caráter pedagógico, a LMP explicita sua eficácia, como uma arma para coibir a violência doméstica: gerar no agressor a consciência de que o homem não é o proprietário da mulher, que não pode dispor de seu corpo e comprometer impunemente sua integridade física, suas emoções e nem sua liberdade sexual. “Por via complementar, pode-se afirmar que a lei protege, além da mulher vítima de violência, a família e a sociedade, dado que o sofrimento individual de mulher

ofendida agride ao equilíbrio de toda a comunidade e a estabilidade das células familiares como um todo” (SILVEIRA, *op. cit.* s/d:46).

Da perspectiva institucional, no geral, as mulheres agredidas recorrem às Delegacias Especializadas no Atendimento das Mulheres (DEAMs) de seus municípios, mas muitas vezes enfrentam o descrédito, mesmo com a vigência da LMP, por parte de agentes públicos. Nem sempre o acolhimento é adequado à mulher agredida. Frente a esse descrédito, Miranda Fricker, no seu livro: «Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing» (2007), trata do conceito de “injustiça epistêmica” ao defender a tese de que, com frequência, as pessoas são vítimas de tratamento injusto, inadequado e opressivo, ao considerarem- em descrédito, por exemplo, seu testemunho pelo fato de pertencer a um grupo social específico/determinado que, histórica e culturalmente, é alvo de preconceito, mesmo que seja um preconceito residual.

A autora fala em injustiça em relação à coleta do testemunho, uma vez que nem sempre a depoente possui o vocabulário e os conceitos adequados que permitem descrever, explicitar e denunciar as situações de opressão que experienciam, levando à injustiça hermenêutica. Em uma situação ou outra, verifica-se o descrédito gerador da “marginalização epistêmica”, segundo a autora, no sentido de que a existência desses sujeitos que são desfavorecidos pelo fato de não terem acesso justo ao conhecimento ou do seu testemunho cognitivo não ter sido levado plenamente em consideração, são deixados de lado, quando não excluídos. Nessa direção instala-se a “marginalização epistêmica”, isto é, a materialização de formas de exclusões que atingem os grupos sociais vulneráveis, historicamente, desprovidos de poder, no caso com maior incidência recai sobre as mulheres¹⁴.

Alguns exemplos permitem compreender melhor essa lógica conceitual. Assim, quando um policial ou juiz não dá credibilidade ao testemunho de uma mulher agredida ou roubada, que fornece a identificação do agressor, com o argumento de que ela, sendo uma pessoa emotiva e psicologicamente instável, pode correr o risco de se

14 Blog: Sexismo e Misoginia: discriminação social e justiça epistêmica. Publicado por Adília, em 24 de março, 2010

atrapalhar ou de confundir ou esquecer alguma informação; ou quando uma jovem branca acusa um homem negro de ter sido molestada sexualmente e o seu testemunho recebe maior credibilidade de um júri que o do homem que está a ser acusado; estas são situações, que segundo Miranda Fricker, se está diante de casos de injustiça relativa ao testemunho. Tanto em um caso como no outro é de se supor a existência de preconceitos residuais que atingem mulheres - enquanto pertencentes a um grupo considerado menos capaz de conhecimento objetivo, e homens - enquanto membros de um grupo racial, considerado mais capaz de perpetrar o ato que está a ser julgado¹⁵.

As culturas patriarcais pautadas em modelos autoritários ou de dominação criaram um repertório de ideias, códigos e estruturas que justificam desigualdades hierárquicas inamovíveis. O poder masculino exerce o controle e se perpetua mediante ameaças diretas ou veladas, convencendo seus subalternos de que estão sendo protegidos contra maiores perigos. Cabe lembrar que, nos sistemas patriarcais, isso acontece sob o amparo da lei habitual e, portanto, cabe ao governo brasileiro estar à frente dessa transformação, articulando e assegurando-a nos diversos níveis da federação.

Lidar com as leis, enquanto instrumentos da modernidade, diante da variedade de relações sociais em que se articulam sujeitos múltiplos e variadas instituições é um grande desafio. Articular as diversas posições discursivas de cada sujeito com suas particulares inscrições sócio-econômico-racial-geracional (dentre outras) e escopo particulares das instituições envolvidas na rede de enfrentamento à violência, implica em alargar as possibilidades do texto normativo em meio a limites e tensões daí decorrentes. Para tanto, a SPM tem concebido, implantado e gerido um conjunto de ações e programas que visam lidar com a temática em sua complexidade e estabelecer diretrizes a seu respeito na transversalidade das atuações governamentais e dos/as parceiros/as (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013).

15 Consultar o Blog: Sexismo e Misoginia: discriminação social e justiça epistêmica. Publicado por Adília, em 24 de março, 2010.

Cabe lembrar que a maior parte das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil até a década de 1980 era fragmentada e não fazia parte de um sistema macrossociológico-político, a exemplo da criação do Conselho Nacional de Direito das Mulheres – CNDM (1985)¹⁶ e das Delegacias Especializadas no Atendimento das Mulheres – DEAMs (1985). Outros esforços foram feitos na segunda metade dos anos 1990, ainda em ações segmentadas.

Em linhas gerais, atualmente a SPM possui como área de competência e responsabilidade: o assessoramento direto à Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; a elaboração e implantação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional; o planejamento da incorporação da perspectiva de gênero na ação do Poder Executivo Federal e demais esferas públicas, para a promoção da igualdade de gêneros; a promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados; o acompanhamento da implantação de legislação de ação afirmativa e definição de ações para o cumprimento de acordos, convenções e planos de ação sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens e do combate à discriminação. Competem-lhe, ainda, a coordenação, implantação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em todo o território nacional¹⁷.

Dentre suas secretarias, destaca-se a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SEV), que se volta para

16 Ao ser criado, o CNDM foi vinculado ao Ministério da Justiça para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação na sociedade. Em 2003, passou a integrar a estrutura da SPM, sendo composto por representantes da sociedade civil e do governo, o que ampliou o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. É sua atribuição hoje apoiar a SPM na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil.

17 Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I, II e III (2004, 2008 e 2013, respectivamente) contêm, entre suas áreas estratégicas de atuação, o capítulo - Enfrentamento à violência contra as mulheres. É por meio dessas Políticas Nacionais que se estabelecem os conceitos, os princípios, as diretrizes e as ações de prevenção e combate à tal problemática, assim como os marcos para a assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência.

a formulação de políticas de combate e prevenção na área, bem como à assistência e garantia de direitos àquelas em situação de violência; desenvolve, implanta, monitora e avalia programas e projetos desse escopo, diretamente ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes da Federação, Sistema de Justiça e ONGs; planeja, coordena e avalia as atividades da central de atendimento à mulher; executa e monitora o Programa “Mulher: viver sem violência”, em consonância com as diretrizes do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres¹⁸. Ressaltam-se alguns outros programas dessa Secretaria por sua amplitude e acesso direto por partes das mulheres:

A Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência foi criada em 2006 e é formada por um conjunto de ações e serviços públicos especializados de diferentes setores (em especial, da assistência social, justiça, segurança pública e saúde), que visam à melhoria da qualidade do atendimento às mulheres. A Rede leva em conta toda a diversidade das mulheres brasileiras em seus aspectos étnico-raciais, regionais, geracionais, orientação sexual, deficiência e inserção social, econômica e regional.

Em 13 de março de 2013, foi assinado acordo entre a Presidência da República, por meio da SPM, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, no âmbito do lançamento do Programa “Mulher: viver sem violência”, que tem na criação da *Casa da Mulher Brasileira* a ação principal. Será construída uma por estado, que oferecerá todos os serviços relacionados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, no mesmo espaço físico. Trata-se de um conjunto de ações estratégicas com vistas a

18 Esse pacto foi lançado em 2007 como parte da agenda social do governo federal e consiste em um acordo federativo entre governos federal, estadual e municipal para o planejamento de ações que visem à consolidação da “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” por meio da implantação de políticas públicas integradas nacionalmente e em grandes eixos estruturantes, sendo alguns deles: garantia da aplicabilidade da LMP; ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça.

acolher, apoiar e libertá-las. É uma das mais recentes iniciativas da SPM e destina-se à melhoria e rapidez no atendimento às mulheres em todas as capitais. São serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento, orientação para trabalho, emprego e renda no mesmo local, a *Casa da Mulher Brasileira*.

Em outras palavras, serão instalados na *Casa da Mulher Brasileira* os seguintes equipamentos: Juizado ou Vara Especializada em Violência Doméstica, Núcleo de Defensoria Pública e do Ministério Público, além da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e o Atendimento Psicossocial para as mulheres agredidas. A primeira *Casa* foi inaugurada em 2015.

Também as unidades móveis constituem um dos eixos estratégico do programa *Mulher, Viver sem Violência*, que destinou R\$30 milhões de reais para a aquisição das 54 unidades móveis – duas para cada unidade federativa – e R\$10 milhões de reais para a manutenção dos veículos. A LMP chegará a lugares de difícil acesso por via terrestre e fluvial – essa ação prevê a implementação de um barco para cada estado da região norte.

Na Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, existe a Coordenação-Geral de Acesso à Justiça e Combate à Violência, à qual compete assuntos específicos sobre a LMP:

- Elaborar, executar, apoiar, monitorar e promover ações relativas à implementação de políticas públicas voltadas ao acesso à justiça, em âmbito nacional, trabalhando com as dimensões do combate (ações punitivas e de responsabilização) e da garantia de direitos (cumprimento dos tratados internacionais, exercício da cidadania) da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;
- Coordenar a implementação do programa no que se refere às ações voltadas para o sistema de Justiça e segurança pública;
- Coordenar a execução da campanha “Compromisso e Atitude pela LMP”;

- Elaborar diretrizes, normas, procedimentos e ações que visem à correta aplicação e efetivação da LMP;
- Elaborar estratégias para o combate aos crimes praticados contra as mulheres e responsabilização dos seus agressores;
- Trabalhar em parceria com os demais órgãos do governo federal e organismos de políticas para mulheres dos estados visando à transversalidade de gênero nas políticas públicas, no tocante ao acesso à justiça às mulheres em situação de violência;
- Fomentar debates sobre questões estruturantes favorecedoras do tráfico de mulheres, exploração sexual e prática de crimes contra as mulheres e relativas à discriminação de gênero (www.spm.gov.br).

Essa intensa atuação da SPM, desde o apoio à elaboração, aprovação e efetiva aplicação da LMP, leva-a reconhecer hoje a necessidade de implementar melhorias nas condições de acesso das mulheres em situação de violência à justiça, no atendimento qualificado pelos/as diversos/as atores/atrizes da Rede e na punição dos crimes de violência contra as mulheres através de uma ação integrada entre o Poder Executivo e o Sistema de Justiça.

Outra ação de relevo foi a criação da Ouvidoria, em junho de 2003. Em uma década de existência já foram registradas aproximadamente 7.000 demandantes, sendo que, aproximadamente, 52% são denúncias de violência; destas 41,5% são de violência sexual e 30,8% são relativas a cárcere privado. O número de denúncias sobre tráfico de mulheres chega a 5% do conjunto. A Ouvidoria estabeleceu um acordo de cooperação com a Ouvidoria Geral da União, assim como com a Secretaria Geral da Presidência. Foi responsável pelo Grupo de Trabalho formado para analisar a proposta do Projeto de Lei que institui o novo Código Penal. Vem atuando também em parceria com o Ministério Público e a Polícia Federal no combate ao tráfico internacional de mulheres, além de acolher a repercussão de denúncias de casos emblemáticos de violência contra as mulheres no país.

Por fim, com a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher – CPMI, em 2011, cujo objetivo foi de identificar e aprofundar, nos diversos estados do país, a realidade empírica da violência cotidiana na vida das mulheres, os membros da CPMI se defrontaram com situações de assassinatos, barbáries, crueldades, torturas, desaparecimentos entre outras práticas de violência, cujos depoimentos, registros e demais informações, se encontram disponíveis no Relatório Final, que conclui: “As mulheres são assassinadas por serem mulheres”.

Assim, no seu relatório foi proposto o Projeto de Lei 8.305/14, reivindicando a inclusão da tipificação do crime de feminicídio, no Código Penal. O PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados, depois de ter tramitado no Senado Federal, e, considerado como crime hediondo, alterou o Código Penal, incluindo o crime entre os tipos de homicídio qualificado. Finalmente, em 09 de março de 2015, a presidenta Dilma Rousseff sancionou o Projeto de Lei nº 8305/2014, transformado em Lei Ordinária de nº 13.104/2015, que tipifica e qualifica o feminicídio, isto é, “o homicídio qualificado de mulheres em decorrência de violência doméstica ou em contexto de discriminação”.

Algumas considerações finais

A LMP foi criada para estar em sintonia com os tratados, convenções e declarações das Nações Unidas, combater a violência doméstica contra a mulher e reconhecer a igualdade entre homens e mulheres na vida privada e pública, conduzindo a mudanças significativas com vista à redefinição da família e da sociedade. Mas a força da lei por si mesmo não resolve, pois se torna necessário que a luta continue para que se estabeleçam relações não violentas e mais equitativas entre homens e mulheres. Apesar dos avanços, ainda não se rompeu com um modelo que cristaliza a desigualdade e exploração, mostrando que a LMP ocorre mais no plano formal, posto que prevalecem desigualdades reais, que se expressam a partir dos antagonismos fundantes da sociedade brasileira. Estes evidenciados no direcionamento de postos-chave no trabalho ou na política para os homens, em detrimento da mulher.

Observa-se, portanto, que a violência contra a mulher ocorre em um contexto social engendrado por clivagens de gênero, em que os homens marcam seus domínios, impedindo a inserção da mulher, que ainda não conseguiu se despojar de algumas características reificadas, não soube emergir da crise, não encontrou os instrumentos disponíveis para construir o seu espaço social, político e econômico. As mulheres tentam subverter a organização social de gênero e procuram escapar de suas formas de submissão, principalmente no que tange à violência doméstica, os maus tratos físicos que não visam somente a punir o corpo, mas afastá-la da área pública, externa, e de sua posição elevada em postos políticos.

Apesar do quadro pessimista, as mulheres estão refletindo sobre a representação política e o que poderão fazer para transformar as relações desiguais de gênero. Nas últimas décadas, a democratização das relações intrafamiliares tem sido evidente e o esforço coletivo na construção de relações interpessoais mais democráticas e horizontais já avança. Nota-se, sobretudo, essa centelha de esperança nos segmentos mais jovens da população que receberam influência maior do movimento feminista.

Parte das autoridades e dos/as gestores/as públicos/as, responsáveis pelas políticas públicas tem avançado no sentido de formação de uma consciência e sensibilidade crescentes sobre as dramáticas consequências físicas, mentais e sociais em que vive uma mulher vítima de um agressor que a desrespeita, a desqualifica e a oprime, em especial, quando se trata daqueles com quem guarda vínculos afetivos familiares.

É imprescindível que haja uma ruptura do ciclo de domínio masculino absoluto, para que se transponham novos patamares direcionados a uma melhor relação entre os casais e as famílias, direcionados a um comprometimento sincero no relacionamento (com base no “princípio do menor interesse”, em que a pessoa comprometida tenha mais controle); atração verdadeira, confiança mútua, relações sociais de igualdade, respeito e amor. Do mesmo modo, é imprescindível que o governo federal assuma seu lugar de protagonista para ampliar e assegurar o direito a uma vida sem violência às mulheres brasileiras.

Antes de concluir esse texto, vale registrar que na atual conjuntura de crise político-econômica em que vive o Brasil, a reforma

ministerial do atual governo que vem sendo efetivada atinge, diretamente, com consequências aos demais níveis federativos – estadual e municipal, as institucionalidades e os organismos que desenvolvem políticas públicas para as mulheres, o que caracteriza um “retrocesso histórico” incalculável, da perspectiva de avanços já conquistados pelos movimentos sociais, e em especial pelos movimentos de mulheres e feministas. Ou seja, o que ocorreu com a SPM, Seppir e SDH sejam “grupadas” ou sejam “fundidas”.

A jurista Silvia Pimentel, expert do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas (CEDAW-ONU) fez dura crítica à situação, ao afirmar que: “É uma verdadeira cegueira de gênero do governo brasileiro não enxergar que as mulheres e meninas têm o direito a um olhar diferenciado do Estado e a políticas muito atentas, que levem em consideração as suas especificidades. Homens e mulheres são diferentes não só biologicamente, mas em sua inserção na sociedade. Só a atenção consciente às diferenciações sociais, políticas e econômicas é que vai assegurar condições igualitárias a homens e mulheres efetivamente. Além disso, simbólica e politicamente, isto é um retrocesso, porque ainda não alcançamos essa igualdade”¹⁹. Integrante do Comitê Consultivo do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), a jurista é uma das maiores autoridades em direitos das mulheres em nível internacional – ressalta ainda que:

as recomendações do mais alto Comitê da ONU para os direitos das mulheres colocam como um ponto chave, para todos os países integrantes do Sistema ONU, que o órgão nacional responsável pela implementação de políticas públicas para efetivar os direitos das mulheres tenha nível ministerial, em função do status político necessário para efetivar a transversalidade e a intersetorialidade no desenvolvimento destas políticas públicas (PATRÍCIA GALVÃO, op. cit.).

19 Depoimento disponível na ONG Patrícia Galvão (10/10/2015). Site: [https://br-mg6.mail.yahoo.com/neo/launch?.rand=0niu46pt2v11j#5314364792\(consulta](https://br-mg6.mail.yahoo.com/neo/launch?.rand=0niu46pt2v11j#5314364792(consulta)

Por sua vez, o Juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Ben-Hur Viza, afirma:

“Não podemos dar um passo atrás”, ao apontar (...) que “essa fusão vai trazer um prejuízo para o enfrentamento à violência contra as mulheres, porque torna as coisas mais burocráticas”(…) O governo vai ter que se posicionar sobre se a política para as mulheres é de fato uma prioridade. Hoje a prioridade tem sido o enfrentamento à violência, e acredito que essa fusão vai trazer um retrocesso. Não podemos dar um passo atrás em relação a essa política e deixar isso se perder” (PATRÍCIA GALVÃO, op. cit.).

Como esses depoimentos, há tantos outros que reconhecem o retrocesso e a perda de institucionalidade das lutas feministas, travadas pelos movimentos de mulheres e feministas, cuja mobilização iniciou-se no processo pela Constituinte, em 1988. Sem dúvida que ao se pretender “juntar” as institucionalidades que se estabeleceram na luta contra as desigualdades de gênero, violências contra as mulheres, reconhecimento das múltiplas identidades sexuais, assim como pelas lutas antirracistas, ao “quebrar” tais particularidades, em nome de uma cidadania universal, ou seja, de valores universalistas, corre-se o forte risco de que a eficácia da Lei Marias da Penha, assim como a Lei do Femicídio, como do Estatuto da Condição Racial sejam efetivamente enfraquecidas, e quiçá menosprezadas em seu cumprimento pelos poderes da *Res pública*. Tal enfraquecimento se reproduz em ‘efeito cascata’, ao deslocar-se aos níveis estaduais e municipais, com a redução, junção e eliminação de organismos de políticas para as mulheres, como já se observa.

Conclui-se com o comovente relato da jurista Flávia Piovesan²⁰, ao afirmar que:

20 Flávia Piovesan é procuradora do Estado de São Paulo e integrante do Grupo de Trabalho da Organização dos Estados Americanos para o monitoramento do Protocolo de San Salvador.

A SPM, a Seppir e a SDH foram avanços extraordinários para a institucionalidade democrática, no sentido de fortalecer a dimensão de gênero, a diversidade étnico-racial e os direitos humanos, a fim de que esses vetores pudessem impactar marcos legislativos e políticas públicas. Clamo para que seja repensada essa decisão, para que não haja recuo e retrocesso em ganhos tão fundamentais para a sociedade brasileira. Não há democracia sem a prevalência dos direitos humanos, e o Brasil deve se orgulhar de ter uma institucionalidade referencial na área. Quando você tem secretarias específicas voltadas para as mulheres, diversidade étnico-racial e aos direitos humanos, permite ao gestor e gestora pública que, de forma detida, possa avaliar as políticas públicas, reconhecendo os vazios, identificando as prioridades, impulsionando medidas protetivas e enfrentando retrocessos. É fundamental resistir a essa mudança. (PATRÍCIA GALVÃO, op. cit.).

Referências

- ALMEIDA, Suely. *A violência doméstica contra a mulher*. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8603/8603_4.PDF. Acesso em: 15 abr.2015.
- ALMEIDA, Tânia Mara. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. Brasília, *Revista Sociedade e Estado*: vol.29 no. 2; May/Aug. 2014.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Brasília. *Revista Sociedade e Estado*: vol.29 no. 2; May/Aug. 2014.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tania Mara Campos. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do Ceam*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. P. 35-46.
- BARBOSA, Ediane Soares. *Mundo, corpo e violência: o estupro e a concepção de valores da sociedade*. 14/5/2013 Disponível em: <http://www.adital>.

- com.br/ site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=75267. Acesso em: 05 out. 2015.
- BIJOS, Leila. Violência de Gênero: crimes contra a mulher. In: *Contexto e Educação*. Ijuí/RS, Editora UNIJUI, ano 19, no.71/72 – Jan./Dez.2004. (p. 111-128).
- FRICKER, Miranda. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Epistemic Injustice. Clarendon Press, Hardback, Oxford University, England, July 2007 (198 pages).
- GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: O sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- LABRONICIL, Liliana Maria; FEGADOLI, Débora; CORREA, Maria. Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade: um estudo fenomenológico. São Paulo, *Revista da Escola de Enfermagem da USP* vol.44 no.2; June, 2010.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Violência conjugal: os espelhos e as marcas*. Brasília, Serie Antropológica, no. 240, 1998.
- MARTINS, Ana Paula; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana. *A institucionalização das Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil* (versão preliminar). Brasília, Nota Técnica, IPEA, No. 13, mar/2015.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Lisboa: Martins Fontes, 1971.
- MILLS, Charles W. O contrato de dominação. In: *Meritum*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 15-70, jul./dez. 2013.
- MORGADO, Rosana. Violência doméstica: sinônimo de mulheres/mães culpadas? In: *O Social em Questão*. São Paulo, - Ano XV - nº 28 - 2012 (pg. 221-232).
- OTA, Maria Eduarda. *O feminismo como crítica e contraproposta às teorias morais e políticas*. Texto apresentado no 38º Encontro Anual da Anpocs. SPG22 - Teoria social no limite. Novas frentes/fronteiras na teoria social contemporânea. Caxambu, out/2014(mimeo).
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PATRICIA GALVÃO. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 10 out. 2015.

- SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.
- SCHRAIBE, Lilia; D'OLIVEIRA, Ana Flávia; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; DINIZ, Simone; PORTELLA, Ana Paula; LUDERMIR, Ana Bernarda; VALENÇA, Otávio; COUTO, Márcia. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Rio de Janeiro, *Rev Saúde Pública*, vol. 41, no.5:(p.797-807), 2007.
- SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia*. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.
- SEGATO, Rita Laura. *Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación*. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-49/femigenocidio-y-feminicidio-una-propuesta-de-tipificacion>. Acesso em: 05 out. 2015.
- SILVEIRA, Lenira Politano. *Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência*. Disponível em: http://www.mpdf.mp.br/pdf/unidades/nucleos/pro_mulher/lenira.pdf. Acesso em: 01 out. 2015.

O PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA MULHER REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E CUIDADO: REFLEXÕES A PARTIR DE MICRO VISÕES

Marcia Reis Longhi²¹ | UFPB

Introdução

Em 2009, fui contratada pela Secretaria da Mulher²² (Pernambuco) para elaborar um relatório avaliativo do programa Chapéu de Palha Mulher que naquele momento se encontrava em sua terceira edição e expandia-se, além da região canavieira da zona da mata (norte e sul), para o sertão, na região de fruticultura irrigada. Visitei alguns polos onde o curso de formação estava acontecendo e conversei com educadoras e mulheres, geralmente em rodas de conversa. Também estive

21 Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – campus I. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPB. marciareislonghi@gmail.com

22 Agradeço à Secretaria Especial da Mulher de PE, em especial à Cristina Buarque, secretária da mulher no período que o relatório em questão foi realizado, pela oportunidade de conhecer mais de perto o Programa “Chapéu de Palha Mulher”. Os dados quantitativos que constam neste texto foram extraídos de documentos da secretaria, disponibilizados no site da mesma.

na cidade de Petrolina para conversar com a equipe organizadora e representantes de ONGs locais, e ouvi-las sobre a primeira experiência. Tive acesso à documentação do acervo da Secretaria e entrevistei algumas pessoas-chaves neste processo como a coordenadora do Centro das Mulheres do Cabo (na época, Silvia Cordeiro) e Dalvanice Santos da Silva, coordenadora geral do Programa em 2009.

A partir da micro etnografia realizada em 2009, para a Secretaria da Mulher, desenvolvo algumas reflexões sobre o que eu chamo “*forma de fazer*” do Programa e as articulo com a discussão de Nancy Fraser sobre redistribuição e reconhecimento.

O Chapéu de Palha Mulher é um programa de dimensões abrangente. Em 2014, na oitava edição, incluiu três modalidades: zona canavieira, mata norte e mata sul (iniciada em 2007), fruticultura irrigada (iniciada em 2009) e região de pesca artesanal (iniciada em 2012). Entre 2007 e 2014, o número de organizações participantes variou entre 11 e 19, por edição. Em termos de contingente de mulheres e crianças envolvidas, os números indicam mais de 20 mil mulheres, 12 mil crianças, 500 educadoras e 800 recreadoras (FREITAS *et al*, 2015).

Neste período, também houve um grande investimento na elaboração de políticas de gênero. Além da dimensão macro, fundamental e determinante, existe também uma dimensão micro que, na minha percepção, construída a partir da observação e de conversas informais e entrevistas, é a práxis que alinhava as ações planejadas, dando-lhe sentido e solidez.

Inicialmente faço uma breve descrição da história do Chapéu de Palha em Pernambuco e também da luta dos trabalhadores rurais da zona canavieira, ressaltando algumas participações das mulheres. Em seguida, descrevo o programa Chapéu de Palha Mulher e reflito sobre suas possibilidades transformadoras, evidenciando como um trabalho no nível micro consegue obter resultados em dimensões amplas. Ao discutir o “modo de fazer” mostro como um programa, que simultaneamente faz parte de uma política pública e que favorece a construção de uma rede, pode contribuir para uma forte valorização do “reconhecimento” de seu público-alvo.

*

*

*

O Programa Chapéu de Palha foi criado, em seu formato original, pelo ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, em 1988, com o propósito de amparar e apoiar milhares de canavieiros que durante a entressafra ficavam sem emprego e sem salário. O programa consistia em empregar trabalhadores rurais, compreendidos como “camponeses”, no período da entressafra, através de frentes de trabalho na limpeza urbana, capinação dos acostamentos das rodovias e outras demandas do serviço público. Foi uma ação que beneficiou os trabalhadores (homens) do corte de cana, ocupando-os e gerando renda no período que não estavam trabalhando no corte da cana e foi também uma ação que minimizou conflitos entre os donos de engenho e seus funcionários, na medida em que supria uma reivindicação dos trabalhadores, que precisavam de renda no período da entressafra, eximindo os donos das terras desta responsabilidade. O programa foi extinto, mas tornou-se uma marca do governo Arraes.

Em 2007, o governador Eduardo Campos reimplanta o Chapéu de Palha, de forma ampliada, mantendo seu foco: gerar educação, trabalho e renda para o trabalhador da zona canavieira. Sob o comando da Secretaria de Planejamento e Gestão, fazem parte desta nova versão do programa Chapéu de Palha as secretarias estaduais da Saúde, Educação, Mulher, Juventude e Emprego, Agricultura e Reforma Agrária e Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e Desenvolvimento Social, e Direitos Humanos (PERNAMBUCO. SECRETARIA DA MULHER, 2007).

Considerando as desigualdades de gênero, associadas às de raça e etnia, o Programa Chapéu de Palha, em sua retomada em 2007, incorporou à sua proposta ações voltadas para minimizar os efeitos nefastos de uma lógica patriarcal que imprime desequilíbrios nas relações entre mulheres e homens e entre a população negra, indígena e branca. Desta forma, aposta no empoderamento social e político das primeiras como vetor de valorização da sua capacidade produtiva (PERNAMBUCO. SECRETARIA DA MULHER, 2007).

Naquele momento, a recém-criada Secretaria Especial da Mulher, na qualidade de membro da Comissão gestora do Programa Chapéu de Palha Mulher, tomou a incumbência de elaborar parcerias

e implementar o Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais da região canavieira. Foi idealizado e executado um curso de 120 horas para formação de Agentes de Políticas Públicas com 1.093 mulheres, envolvendo 36 municípios, no qual foram tratados conhecimentos sobre a identidade da mulher rural, o papel do estado, da sociedade civil e das políticas públicas setoriais. Lançava-se a base para uma ação de promoção da igualdade de gênero, associada às de raça e etnia, que, ao mesmo tempo atendia às necessidades imediatas das mulheres e transcendia ao caráter emergencial do Chapéu de Palha (BUARQUE; OLIVEIRA; TAVARES, 2008).

O programa renova-se, amplia-se e fundamentalmente aprimora-se nos anos subseqüente, sempre respaldado pelas avaliações realizadas, em todos os níveis de organização. Em 2008, as ações são expandidas para mais 11 municípios e assiste 2.113 mulheres. Ampliam-se também os conteúdos. Passam a fazer parte da grade de ofertas, além do módulo de políticas públicas, o módulo de profissionalização e um módulo específico para o aumento do nível de leitura. Em 2009, o Chapéu de Palha Mulher, além de incorporar mais 5 municípios da Zona Canavieira, expande ações para a região do Sertão de fruticultura irrigada e, em 2012, para mulheres trabalhadoras na pesca artesanal.

O programa pode ser considerado uma revolução tão somente se enfocarmos sua dimensão numérica; mas este é apenas um aspecto, e não necessariamente o mais importante, dentro do projeto proposto pela Secretaria da Mulher. Para compreendermos a importância desta ação faz-se necessário contextualizar a história do estado.

Após um resgate, breve e contextualizado, da história da zona rural canavieira a partir das lutas políticas das trabalhadoras e dos trabalhadores, pontuaremos o entrelaçamento entre o movimento de mulheres da zona rural e os movimentos feministas. Na sequência, apresentaremos e refletiremos sobre a estrutura do programa, focando a ideia de construção de rede, que consegue fazer com que os objetivos do programa sejam amplificados. Faremos, também, uma breve reflexão a partir da junção de três conceitos fundamentais: redistribuição, reconhecimento e cuidado.

Um pouco da história

Na história do movimento de trabalhadores rurais no Nordeste, paulatinamente, pode-se observar a presença de mulheres na organização política e sindical.

Esta organização política é marcada pelas ligas camponesas no Nordeste, que surgem em 1955, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, localizada no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão. O movimento buscava: a criação de condições materiais para enterrar com dignidade os seus mortos; a melhoria das condições de saúde e educação e a compra de insumos para a produção. Em agosto deste mesmo ano realizou-se, no Recife, o Congresso de Salvação do Nordeste, que teve grande importância para o movimento camponês, uma vez que reuniu representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil para discutir os problemas socioeconômicos da região. Neste mesmo ano, também no Recife, acontece o primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, organizado pelo professor Josué de Castro, que culminou com uma grande passeata pelas ruas da cidade (BRASIL, 2004).

De uma liderança inicial masculina, as ligas passaram a ter uma liderança feminina pouco antes de sua extinção. Inicialmente, o principal líder do movimento, o advogado e deputado pelo partido Socialista, Francisco Julião, aglutinou o movimento em torno do seu nome. Conseguiu reunir idealistas, estudantes, alguns intelectuais e tornou-se presidente de honra das Ligas Camponesas. Em 1962, João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé, na Paraíba, que chegou a ter 10 mil pessoas associadas, foi assassinado. A partir deste momento sua companheira de vida e de luta, Maria Elizabeth Teixeira, assumiu a presidência das Ligas Camponesas. Durante a ditadura foi perseguida, presa e acabou se exilando, retornando ao país na década de 1980. Em 2006, com quase 90 anos, ela foi homenageada no Senado.

No final de 1963, o movimento estava concentrado nos estados de Pernambuco e Paraíba e o seu apogeu como organização de trabalhadores rurais ocorreu no início de 1964, quando foi organizada a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, da qual faziam parte 40 organizações, com cerca de 40 mil filiados no estado. Com o Golpe

Militar de 1964, no entanto, o movimento foi desarticulado, proscrito, sendo seus principais líderes presos e exilados (BENEVIDES, 1985).

O Movimento sindicalista sempre teve um papel importante nesta organização política. O primeiro sindicato rural da região foi fundado em 1961. Em Alagoa Grande, município do interior da Paraíba, indivíduos ligados à Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), começaram a organizar o povo para discutir sobre seus direitos e sobre formas de combater o sistema de exploração que viviam. É de lá a primeira sindicalista mulher, Margarida Maria Alves.

Margarida lutava pela redução da jornada de trabalho, pela assinatura da carteira de trabalho e pelo direito ao sítio. Sua coragem e capacidade de organização e luta, fizeram com que ela fosse presidente do sindicato de 1973 até 1983, quando foi assassinada pelos latifundiários. A revolta do crime contribuiu para fortalecer a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, e para evidenciar a importância da mulher nesta luta. A Marcha das Margaridas é emblemática da força das lutas pelo reconhecimento do direito das mulheres rurais. Assim denominada em homenagem a sua grande líder, nela se reúnem todas as organizações de mulheres do Brasil, num grito por igualdade, justiça, paz e liberdade, desde o ano 2000.

A história mostra que as mulheres trabalhadoras rurais têm uma longa trajetória de luta política, conquistando reconhecimento e sendo homenageadas publicamente. Apesar disso, elas começaram a perceber que dentro do próprio sindicato eram invisibilizadas como atrizes políticas, pois não existia nenhuma articulação em nome das lutas dirigidas especificamente para os direitos da mulher. A partir de então começaram, através de comissões, a se organizar e lutar por direitos gerais, mas também por direitos específicos, como salário maternidade, representatividade na diretoria dos sindicatos, comissões de mulheres, etc. Passaram também a denunciar casos de violência sexual, moral e física. A luta levou a algumas conquistas como cota obrigatória no conselho e o direito a usufruir de igualdade na diretoria do sindicato.

Ao longo dos anos de 1980, influenciado pelo movimento feminista, que ganhava força, as mulheres rurais intensificaram a sua luta e organização. Esse “encontro” foi de fundamental importância,

pois as metodologias, desenvolvidas ao longo da trajetória política, ajudaram a construir um novo conhecimento, sem perder de vista a origem e a ligação com a terra. Eram mulheres, que apesar de oprimidas e muitas vezes vítimas da violência de gênero, conheciam a luta política e a organização comunitária (BUARQUE, OLIVEIRA; TAVARES, 2008).

Sindicatos rurais ganharam espaços específicos para as mulheres e se aliavam com organizações não governamentais feministas, e de direitos humanos, como a Casa da Mulher do Nordeste, o SOS Corpo e o Centro Dom Hélder Câmara.

No entanto, ainda não existia uma política pública dirigida para a mulher trabalhadora rural. Quando assumiu a Secretaria da Mulher de Pernambuco, em 2007, Cristina Buarque trouxe experiência em ONGs feministas e de Direitos Humanos. Assim, a recém-criada Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco reuniu conhecimento, experiência e instrumentos metodológicos adequados para imprimir ao conjunto de ações propostas o status de política pública específica para a trabalhadora rural.

As ações desenvolvidas pela Secretaria da Mulher de Pernambuco não se limitam ao programa Chapéu de Palha Mulher e nem à política para mulheres trabalhadoras rurais. O movimento de mulheres de Pernambuco, por sua vez, continua atuante e dispõe de uma vasta história de lutas e conquistas. Em Pernambuco houve um foco intensivo para mulheres trabalhadoras rurais.

Em março de 2010, foi lançado o I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco (PPPMR-PE), resultado de um amplo diálogo entre organizações governamentais, estaduais e nacionais, organizações não governamentais, universidades e instituições internacionais, construído a partir de cinco eixos: i. Relação das mulheres rurais com a sociedade; ii. Relação das mulheres rurais com a natureza; iii. Relação das mulheres rurais com o poder; iv. Relação das mulheres rurais com o desenvolvimento; v. Relação do estado com as mulheres rurais. Esses eixos se traduzem em estratégias e ações que atendem demandas específicas desse segmento, cuja implementação propõe um período de dez anos, entre 2010 e 2019 (PERNAMBUCO, 2011).

Não faz parte do objetivo deste trabalho debruçar-se mais detidamente sobre todas as ações contempladas por cada um dos eixos e em que momento de execução elas se encontram. Neste momento, é importante registrar que elas abrangem as mais diversas dimensões da vida da mulher da área rural, contemplando a saúde, a educação, o enfrentamento à violência, a relação com o meio ambiente, a ampliação de oportunidade de acesso ao trabalho, a relação com o estado e o acesso aos direitos.

Todas as ações, de alguma forma, são contempladas no Chapéu de Palha Mulher e na “Política de Reforço Estratégico para o Segmento de Mulheres Rurais”. Reforçando o que foi colocado anteriormente, o desenho do Programa contempla pelo menos três frentes: o curso de formação política, realizado com todas as mulheres cadastradas; o curso de capacitação profissional, no qual as mulheres são capacitadas para uma atividade profissional, durante o período de entressafra da cana, ou durante o período de estiagem, na zona de fruticultura do sertão, ou no período de chuva, na área de pesca artesanal; e o curso de aprimoramento da leitura e escrita. Mas esta fotografia não consegue ser fiel à magnitude do programa se não o pensamos dinamicamente.

O programa extrapola em muito as suas delimitações. O Chapéu de Palha Mulher busca informar e instrumentar as mulheres trabalhadoras rurais para que as mesmas conheçam e lutem por seus direitos e ainda, oportunizar capacitações profissionais de qualidade que as tornem competitivas no mercado de trabalho. Além disso, durante o período de formação as mulheres recebem uma bolsa, da mesma forma que acontece com o trabalhador rural. Neste sentido, é uma política de redistribuição de renda, de formação de cidadania e de capacitação profissional de ampla abrangência. Também existem ações voltadas para saúde, educação e combate a violência de gênero, atuando diretamente na relação das mulheres alvo com as instituições de saúde e no seu empoderamento frente à luta por seus direitos.

Esta gama de ações promove a redistribuição, através da bolsa e da capacitação profissional e promove o reconhecimento, na medida em que as mulheres, nos cursos de formação, aprendem quais são seus direitos, aprendem sobre a lei Maria da Penha, aprendem sobre

os métodos contraceptivos, aprendem sobre reforma agrária, e têm a oportunidade de tirarem seus documentos.

A dimensão do trabalho que diz respeito ao “*modo de fazer*” do Chapéu de Palha Mulher, apesar de falar de sutilezas do dia a dia, resulta de uma longa e valiosa história que lhe confere maturidade e consciência política. Justamente por isto, não nega o valor do caminho construído pela organização formada na colaboração entre feministas, trabalhadoras rurais e agricultoras. Isto fica evidente quando adota o livro “A Estrada da Sabedoria”, publicação que sistematiza o processo de construção de conhecimento elaborado pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), como material pedagógico (entre outros) para os cursos de Políticas Públicas.

O livro ‘A Estrada da Sabedoria’ oferece novos paradigmas de educação, voltados para a ação participativa, onde não há hierarquias, onde não existe o conceito de ‘quem sabe mais’ porém, cultiva o que há de mais importante, que são o respeito e a valorização de cada saber, com o propósito de que os saberes se encontrem e se transformem. Fortalecendo também o caminho que leva à construção de novas mentalidades, nos dando forças e nos encorajando para buscar a igualdade nas relações. [palavras de Maria José da Silva - Zezé (Alagoas) - educadora e assessora do MMTRP-AL e do MMTR-NE].

As palavras da educadora Zezé sintetizam os princípios que também norteiam os cursos de formação promovidos pela Secretaria da Mulher: a construção coletiva do conhecimento; a não hierarquização; a valorização das competências individuais; e o permanente diálogo e cruzamento com as diversas dimensões, não só a de gênero, como a de raça, de geração, de classe e a da especificidade de origem e localidade.

Esta maturidade também se evidencia no desenho do programa. Nele ficam claros a valorização e o reconhecimento do papel da sociedade civil na história do movimento de mulheres no estado, no momento que congrega ONGs feministas para serem parceiras neste processo de construção.

O Momento Atual

No momento atual, o Projeto Chapéu de Palha Mulher oferece três modalidades de capacitações: o módulo de Políticas Públicas, o módulo de Desenvolvimento Pessoal e Profissional e o módulo de Capacitação Profissional, no período da entressafra. São ações voltadas exclusivamente para as mulheres rurais e visam enfrentar as desigualdades sociais, de gênero e de raça que atingem, historicamente, este segmento social. Em 2012, o programa recebeu reconhecimento internacional, sendo premiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) pelas ações de promoção de inclusão social através de geração de renda e construção da cidadania.

Sua estrutura é relativamente simples, mas atrás de uma aparente simplicidade, existe uma construção complexa e cuidadosa, onde cada elemento é pensado e elaborado para ir ao encontro das necessidades específicas destas mulheres. Tentaremos agora entrar nesta complexidade, pois é nesta dimensão do cuidado que focaremos.

A Secretaria da Mulher conseguiu que os trabalhadores rurais pudessem indicar suas mulheres, filhas, irmãs, para participarem das atividades em seu lugar. No entanto, neste formato, o dinheiro saía no nome do trabalhador, reforçando a invisibilidade da mulher como trabalhadora. Isso acontece em seu cotidiano: ela trabalha na terra, mas é vista como ajudante de seu parceiro e não tem nenhum direito legal, inclusive ele podendo receber o pagamento pelo trabalho da mulher.

A Secretaria da Mulher de Pernambuco buscou estratégias para visibilidade das mulheres. Em 2009, o estado aprova a lei que concede o benefício diretamente da bolsa para a mulher que participa do Chapéu de Palha, atendendo, assim, às insistentes e antigas reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais.

Ao se cadastrarem, homens e mulheres são incluídos nos cursos disponíveis em seu município. Mas como estes cursos chegam a estes municípios? Como chegam até estas mulheres? Quem repassa estes conhecimentos? Qual é o comprometimento destas pessoas com a ponta inicial desta rede que é a construção de políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais? E qual o comprometimento com a outra ponta, as mulheres trabalhadoras rurais propriamente

ditas? Será respondendo estas questões que mostraremos que não se trata de apenas promover “cursinhos”, mas construir uma grande rede de mulheres capaz de ganhar vida própria e provocar verdadeiras revoluções.

Construindo a Rede

O Chapéu de Palha Mulher é um programa cuja rede está permanentemente em construção. Ao longo dos seus 08 anos de existência, ele tem se aprimorado através dos aprendizados, dos êxitos e dos equívocos. O programa se organiza na relação construída, entre muitas organizações e pessoas, que compõem a rede: a Secretaria da Mulher (equipe e uma coordenadora geral); ONG feminista situada na Região Metropolitana do Recife, com experiência em assessorar e capacitar; ONGs localizadas nos municípios da Zona da Mata (norte e sul); coordenadoras de área – coordenadoras municipais; ONGs locais; educadoras; recreadoras; e mulheres beneficiadas.

Esta grande estrutura é alimentada através de reuniões e capacitações. A coordenação geral, que é da Secretaria, é, muitas vezes, apenas uma intermediária entre essas organizações e o estado. Entre as organizações existe uma divisão de responsabilidade que é pautada pelas diferentes competências.

Toda etapa de capacitação, acompanhamento e avaliação das educadoras da Zona Canavieira no que diz respeito ao módulo de políticas públicas ficava sob a responsabilidade da ONG que assumiu a coordenação geral – O Centro das Mulheres do Cabo. O conteúdo era previamente debatido com a Secretaria, mas considerando as histórias de luta das atrizes envolvidas neste processo, já existia uma sintonia com relação à metodologia e ao objetivo do módulo. Muitas delas foram, inclusive, idealizadoras (entre outras) do projeto *Mulher e Democracia*, realizado pela Casa da Mulher do Nordeste, pela Fundação Joaquim Nabuco e pelo Centro das Mulheres do Cabo (com muitos outros apoios) e que visava a fortalecer e ampliar a ação da mulher no espaço da representação política, acreditando-se, com isto, fortalecer a democracia.

Por outro lado, o Centro das Mulheres do Cabo já atuava, antes do Chapéu de Palha Mulher, em 21 municípios da Mata Sul, o que lhe garantia conhecimento e experiência em trabalhos direcionados para o fortalecimento e empoderamento de mulheres que convivem de perto com a realidade canaveira do estado de Pernambuco. Também eram parceiras de inúmeras associações e ONGs municipais que lutavam pelos direitos das mulheres. Esta aproximação facilitou o diálogo e garantiu que existisse um mesmo padrão de qualidade, apesar das especificidades de cada lugar.

As ONGs municipais, por sua vez, para serem inseridas no Programa Chapéu de Palha Mulher, precisaram atender alguns pré-requisitos que garantissem uma infraestrutura básica e também demonstrassem sintonia com os princípios ideológicos e metodológicos estabelecidos. No entanto, todas as instituições que participaram da rede “Chapéu de Palha”, desde a mais estruturada até a mais modesta, fizeram questão de afirmar em seus depoimentos que fazer parte desta rede foi um grande desafio. Elas se viram estimuladas a superar limites e buscar novos conhecimentos, seja no aspecto burocrático-organizativo, seja no aspecto pedagógico, seja com relação à capacidade de mobilização. A parceria significou um fortalecimento institucional, resultando numa maior capacidade de sustentabilidade e visibilidade local que refletirá em suas ações futuras. Após esta experiência elas se sentiram mais preparadas para buscar um financiamento, para elaborar um projeto, para escrever um relatório e, inclusive, para fazer uma autoavaliação, identificando suas fragilidades e suas forças.

Outro elemento de grande importância dentro deste desenho logístico foi a possibilidade de criar ou estreitar e fortalecer redes institucionais, com múltiplas trocas e reciprocidades. Seguindo a lógica de valorização e respeito ao contexto, as educadoras escolhidas eram, preferencialmente, do próprio município. ONGs mais estruturadas e antigas foram responsáveis pela capacitação de educadoras de ONGs com menor infraestrutura. Era comum, ao longo do processo, que algumas educadoras viessem a se tornar coordenadoras de área e que algumas cursistas, por sua vez, viessem a se tornar educadoras.

As educadoras também viveram a oportunidade de intercambiar conhecimentos e experiências. Uma professora universitária de

Petrolina, autora de diversos livros infantis com conteúdo de gênero, raça e inclusão, que se destacou em sua atuação, veio para a zona canavieira falar de seu trabalho. Em 2010, a Secretaria da Mulher levou a experiência pedagógica aplicada pelo Centro das Mulheres do Cabo na Zona Canavieira para aprimorar os trabalhos realizados na área da fruticultura. Este intercâmbio de “*formas de fazer*” possibilitou que, por um lado as mulheres se sentissem valorizadas em seu conhecimento, e por outro, ampliassem seu campo de visão e se instrumentalizassem para incorporar novos saberes.

Esta grande rede exigia alguns articuladores, que eram as coordenadoras de áreas. Elas eram responsáveis por toda logística e acompanhamento das áreas previamente delimitadas.

A capacitação profissional foi incorporada em 2008. Poder-se-á pensar que não existe nada de novo. Cursos profissionalizantes acontecem em todos os níveis, governamentais e não governamentais. Mas também aqui é necessário um olhar cuidadoso, para se compreender como esta ação ocorreu e que tipo de rede, ou melhor, de redes, ela viabilizou.

Como mencionado, todas as mulheres cadastradas deveriam passar pelo módulo de políticas públicas e pelo módulo profissionalizante, podendo, inclusive, fazê-lo mais de uma vez. A intenção era que as mulheres ficassem vinculadas a esta rede, ou como cursistas ou como agentes multiplicadoras, mesmo que informais. Isto ocorria quando elas estimulavam a vizinha a participar dos encontros, que começavam a participar de reuniões na associação de sua cidade, que procuravam as educadoras para assessorá-las na montagem de uma associação de mulheres em seu município, entre outras possibilidades. Nesta perspectiva, as próprias mulheres começavam a se organizar e ganhar autonomia na luta contra as desigualdades de gênero.

O módulo profissionalizante também traz suas peculiaridades. O objetivo maior era lutar e preservar a qualidade dos cursos. Para tanto, foi estabelecida uma parceria com o *Sistema S*, que engloba o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). As mulheres beneficiadas foram consultadas sobre suas preferências com relação às capacitações. Foi realizada uma pesquisa do

potencial regional (turístico, de artesanato, de alimentação, etc.). A partir dos resultados destes levantamentos, os cursos foram programados. Os promotores iam aos municípios para ministrar as aulas. Era da responsabilidade das coordenações, municipal e de área, viabilizar a estrutura para os cursos.

Montar esta logística não foi fácil, mas foi um exercício de negociação e construção de parcerias. Os cursos aconteceram nos lugares mais variados: em salas de sindicato, em salões paroquiais, em escolas municipais, em centros ou projetos sociais. Esta mobilização exigiu flexibilidade e articulação política, pois envolveu os municípios, as ONGs, o Sistema S e outros parceiros. Também é fácil imaginar que o Projeto Chapéu de Palha Mulher extrapolou seus limites governamentais e entrou no cotidiano dos municípios. Incluiu o dono da padaria que forneceu o pão para o lanche, a servente da escola onde o curso aconteceu, os taxistas ou os moto-taxistas que ficaram responsáveis pelo transporte de algumas beneficiadas, a papelaria que forneceu o material pedagógico, as crianças que participaram das atividades recreativas, enfim, a rotina do município se viu alterada e todos ficaram sabendo que estava sendo realizado um projeto dedicado às mulheres da área rural. E isto não é pouco.

Conforme foi colocado acima, os cursos profissionalizantes foram ministrados pelo Sistema S de ensino. As participantes receberam o mesmo curso, com o mesmo número de horas e com o mesmo certificado que qualquer pessoa que faz um curso do SENAI ou do SENAC recebe. Este fato é importante, pois elas efetivamente passam a ser competitivas no mercado de trabalho, além do valor simbólico deste credenciamento. Os cursos foram variados: doces e salgados, bombeira hidráulica, jardinagem, eletricista, artesanato, pedreiras, entre outros.

Novamente, vale a pena pensarmos o que isto significa em termos de rede. O primeiro desafio foi estabelecer uma parceria e um diálogo entre organizações que atuam a partir de lógicas bastante diferenciadas. O Sistema S é respeitado pela qualidade de formação que oferece, mas não incorpora a lógica da educação popular, construtivista, na sua metodologia de ensino, diferentemente dos métodos utilizados nos cursos de formação das ONGs feministas. Foram

necessários alguns ajustes, negociados através de diálogos de parceiros, o que significa dizer: diálogo em igualdade de condições.

Uma das questões relevantes foi a escolaridade das beneficiadas. Muitas mulheres não dispunham do número de anos de ensino exigido pelo Sistema S para participar de determinados cursos. Foi necessária uma reunião de coordenações para conseguir um entendimento consensual. O local, por sua vez, nem sempre era totalmente adequado. Houve flexibilidade de ambos os lados e os cursos aconteceram.

Houve, igualmente, aprendizagem de ambos os lados. As mulheres descobriram que eram capazes de incorporar novos conhecimentos, mesmo aqueles vistos, tradicionalmente, como masculinos. Os professores e as professoras, por sua vez, através de depoimentos, reconheceram a dedicação e a capacidade das mulheres da área rural em assimilarem novos conhecimentos. Em conversa informal, o professor do curso de bombeira hidráulica (SENAI) falou da necessidade de se adaptar a realidade, aceitando, às vezes, o filho que vinha com a mãe, e também se adaptando às fragilidades do espaço, mas reconhece que isto não prejudicou a formação. A professora de elétrica (SENAI), no final do curso, foi com as alunas fazer a instalação elétrica de uma casa da comunidade e ficou admirada com o resultado positivo (LONGHI, 2009).

Outros desdobramentos merecem ser ressaltados. No curso de jardinagem, o SENAC fez uma parceria com a prefeitura do município de Lagoa de Itaenga, e as cursistas, como trabalho de conclusão do curso, tiveram a tarefa de fazer a revitalização da praça principal da cidade e também o projeto de jardinagem de uma escola municipal. Na escola, o trabalho foi conjunto, envolvendo prefeitura e o SENAC, pois incluía uma parte de edificação. As cursistas ficaram muito empolgadas, pois o acordo, aparentemente simples, envolveu recursos públicos, priorização de ações da prefeitura, mão de obra disponível. Podemos dizer que é um reconhecimento concreto de uma ação dirigida para as mulheres da área rural, categoria que, em geral, é totalmente invisibilizada (LONGHI, 2009).

Fazer parte deste processo, que implica em idealizar o projeto, negociar sua viabilidade e colocá-lo em prática, é ter, concretamente, a confirmação de que se é capaz. Mas isso só é possível a partir de

uma rede de sustentação que “viabiliza o reconhecimento”, através do “*modo de fazer*”. Por trás deste reconhecimento está uma trajetória que construiu uma experiência vivida na prática. Esta experiência possibilitou o reconhecimento do saber metodológico das organizações não governamentais promotoras dos cursos de formação de educadoras. Também possibilitou a percepção da importância do envolvimento da comunidade na execução do projeto. A cada ação construída conjuntamente era um degrau acima na concretização do reconhecimento.

Além disso, estas mulheres, por conta de sua capacitação, começaram a vivenciar experiências que nunca tinham vivido antes. Em uma reunião avaliativa, uma aluna do curso de bombeira hidráulica, muito entusiasmada, contou que foi a primeira vez em sua vida que havia feito um trabalho em equipe. Resultado aparentemente pequeno e irrelevante, ganha outras proporções se pensamos o que isto significa na vida de uma pessoa. O que significa uma pessoa nunca ter feito um trabalho em equipe? E o que significa descobrir que isto é possível? Por trás desta observação existe uma vida de opressão e invisibilidade. Mas existe também a descoberta de que coletivamente as pessoas podem construir muitas coisas. Esta não é a realidade de todas as mulheres, pois várias delas já participam de sindicatos, associações, já estiveram presentes em mobilizações de mulheres. Mas é, ainda, a realidade de muitas.

Outras articulações aconteceram. As ONGs responsáveis começaram a ser procuradas por algumas beneficiadas para que as orientassem em como construir uma cooperativa. Um grupo de mulheres, no município de Carpina, foi contratado para fazer um serviço para a prefeitura. Na mata sul, alunas que se formaram no curso de máquinas pesadas também foram contratadas.

A recreadora é uma profissional nova nesta realidade. Existem muitas educadoras sociais, capacitadas e extremamente competentes, inclusive por serem militantes do movimento de mulheres. No entanto, mulheres treinadas para desenvolverem atividades lúdicas com crianças e, ao mesmo tempo, estarem educando as mesmas para ações cidadãs, respeitando seu contexto, não tem sido uma área de investimento.

Algumas ONGs, como por exemplo o Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão, aproveitaram esta oportunidade e resolveram

construir uma metodologia de trabalho. Para tanto, estudaram, pesquisaram e se capacitaram. Além disso, esta profissional atinge uma das grandes questões das lutas feministas. A atribuição das mulheres como únicas responsáveis pelo cuidado das gerações mais jovens no espaço familiar é vista como uma opressão de gênero e constitui uma dos principais temas de luta do movimento feminista. A recriadora não altera esta realidade, mas permite que a mulher participe do programa e se sinta cuidada e enxergada em suas limitações advindas de seu cotidiano. Isso é reconhecimento. Esta realidade trouxe desdobramentos até então não previstos. Foram muitos os depoimentos que diziam que ao longo do módulo, junto com os filhos vinha também um vizinho, um primo, um filho mais velho, todos querendo participar das brincadeiras e comer o lanche.

Outros projetos da Secretaria da Mulher, como “Nenhuma Pernambucana sem Documento” estão chamando recriadoras do Chapéu de Palha Mulher para realizar o acolhimento das mulheres envolvidas nesta nova ação. Elas recebem pelo trabalho e também tem oportunidade de viajar e conhecer outras realidades. E o contrário também está acontecendo. Mulheres que trabalharam na campanha “Nenhuma Pernambucana sem Documento” assumem o cargo de educadora e/ou de recriadora.

Enfim, estamos diante de uma “revolução silenciosa”²³, que ainda tem muito por fazer, mas já está mostrando que tem um profundo potencial transformador. É uma grande mobilização que congrega sociedade civil, instituições sindicais, movimentos sociais, representantes municipais e o estado.

Falando de Cuidado e Reconhecimento

Nancy Fraser, teórica da atualidade que discute desigualdade social a partir da perspectiva da justiça, acredita que a única possibilidade para

23 “Chapéu de Palha Mulher: uma revolução silenciosa” é o título da apresentação do Programa na ONU, onde ele foi homenageado. A apresentação está disponível no site da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

atingir a igualdade social seria conciliar dois caminhos: uma distribuição justa e o respeito a padrões culturais. Neste caso, redistribuição e reconhecimento são dimensões diferentes e ambas necessárias se quisermos promover uma real justiça social. Esta discussão casa bem com as releituras das teóricas feministas e o enfoque nas políticas públicas. A autora (2002) chamou de “uma abordagem bidimensional da justiça de gênero”, aquela que atua contemplando tanto a dimensão redistributiva, como também a dimensão do reconhecimento.

Dito de outra maneira, para que ocorra de fato uma justiça de gênero são necessários mecanismos que garantam o real e justo acesso das mulheres à dimensão produtiva da vida, mas, conjuntamente, sejam propostas ações que promovam a igualdade de status. Caso contrário, uma política redistributiva, que garanta o acesso igualitário da mulher à renda, pode não promover a igualdade de status, no sentido do respeito social.²⁴ Neste caso, a mulher permanecerá sujeita a uma lógica social desigual, hierarquizada e androcêntrica.

Fraser define paridade qualitativa como a prática que garante que o outro seja visto como igual merecedor de respeito, independente das diferenças. É nesta dimensão que gênero dialoga com outras categorias, como raça, classe, geração e também localidade, onde todas precisam ser vistas como reais e levadas em conta na hora que se deseja formular políticas públicas para grupos específicos. Nesta perspectiva, o reconhecimento não corresponde a uma política de identidade, mas sim de justiça paritária, o que parece promissor quando estamos pensando em políticas públicas de gênero.

Demonstrei que o programa Chapéu de Palha Mulher é uma ação de uma política feminista, onde a redistribuição e o reconhecimento acontecem conjuntamente, apesar de não ser a mesma coisa. Demonstrei que neste caso (e talvez em outros), o reconhecimento

24 Existe um amplo debate teórico, capitaneado e polarizado por Nancy Fraser e Axel Honneth, que partem de diferentes concepções de reconhecimento, amparados por leituras filosóficas diferentes. Discuti esta questão em minha tese de doutorado (LONGHI, 2008). Neste artigo, no entanto, limitar-me-ei à abordagem de Fraser por considerá-la adequada para o argumento que pretendo desenvolver. Apesar disso, acho importante registrar que em alguns momentos compartilho mais da visão de Honneth.

inclui uma dimensão performática, que relaciono ao cuidado e que chamei de “*modo de fazer*”, que é igualmente determinante para o sucesso e a longevidade do projeto.

Através da descrição do que chamei de “*modo de fazer*” procurei ressaltar que é nesta dimensão micro da ação que o princípio da paridade, ressaltado por Fraser, se *performatiza* e se perpetua, possibilitando a real *percepção* do reconhecimento. Neste caso, estou partindo do ponto de vista do sujeito que se percebe reconhecido. Para a autora, o reconhecimento deve acontecer na dimensão do status social e não da identidade e para isso acontecer é necessário que exista o princípio da paridade, que neste caso não se resume a uma questão numérica, mas sim, qualitativa. O outro deve ser olhado de fato como par, como igual do ponto de vista da justiça e, portanto, merecedor dos mesmos direitos e respeitado nas suas especificidades.

Podemos falar de duas dimensões do reconhecimento. Uma da ordem da justiça, quando, por exemplo o programa promove uma ação que dá às mulheres trabalhadoras rurais acesso aos documentos e com isso concretiza a sua existência como cidadã; e outra, da ordem do cuidado na *práxis*, que cuida de detalhes do cotidiano das ações que minimizam dificuldades da vida diária das mulheres em questão que, em alguns momentos, inviabiliza sua participação nos cursos e nas ações. Vejo ambas as ações como sendo da ordem do reconhecimento, mas com algumas diferenças. No caso dos documentos, é uma ação diretamente ligada ao direito que oferece acesso à cidadania [e neste caso é da ordem do universal]. No caso de ações performatizadas no cotidiano, como pensar no moto-taxi, pois só ele consegue chegar à casa das mulheres, ou pensar na recreadora, pois assim as mulheres podem trazer seus filhos e participar do curso de formação e se tornar mais cientes de seus direitos e de como acessá-los, são ações que não são universais, pois não são ações necessárias para todos os contextos. Mas, são ações fundamentais e determinantes naquele contexto, e neste caso chamo de reconhecimento da ordem do cuidado.

O “*modo de fazer*” do Projeto Chapéu de Palha mulher é resultado não apenas de conhecimentos teóricos, mas principalmente de uma longa trajetória de suas idealizadoras nos movimentos sociais e em ações voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais. Esta *história*,

por sua vez, garante um profundo conhecimento do contexto e, consequentemente, respeito pela realidade em questão. Este dado é determinante: é este conhecimento do contexto, que por sua vez está atrelado a uma experiência vivida, que possibilita a construção cotidiana do reconhecimento evidenciado na fala das mulheres. Neste caso, o reconhecimento é baseado no respeito social, mas este respeito só é possível dada uma história comum. A justiça paritária, aqui, é historicamente situada e não universal.

O cuidado, tema ressaltado ao longo do trabalho, é percebido em outros momentos e aqui finalizo citando mais um: o lanche. Cada ONG tinha uma verba (igual para todas) para organizar os lanches. Naturalmente, eram realizadas reuniões avaliativas e as coordenadoras de área acompanhavam o cumprimento dos compromissos. Mas as organizações tiveram autonomia para elaborar seus cardápios de acordo com os produtos e costumes locais. Isto possibilitou lanches criativos e caprichados. Este também é um elemento de cuidado. Em conversas informais, escutaram-se vários comentários positivos sobre os lanches e percebeu-se que eles não estavam apenas “matando a fome” (que também é concreta), mas estavam simbolizando uma demonstração de carinho, de atenção, de cuidado e fundamentalmente de respeito.

A discussão sobre cuidado é fundamental na concepção do projeto. Não se defende a ideia de que “cuidado é coisa de mulher”, mas defende-se a ideia de que todos e todas, e também as mulheres trabalhadoras rurais, precisam, em algum momento, se sentir cuidadas. Quando as necessidades específicas do público alvo são pensadas e solucionadas pela estrutura do projeto, não de forma mecanizada, mas de forma cuidadosa, ocorre a percepção do reconhecimento. Podemos afirmar que as mulheres em questão, não eram mais invisibilizadas, pois eram vistas como pares, e enxergadas em suas especificidades. Só desta forma foi possível pensar em tantos detalhes e promover uma ação de fato inclusiva.

Diante da dimensão que esta expressão ganhou nos relatos sobre o projeto Chapéu de Palha Mulher, defende-se aqui sua importância como *impulsionadora de transformações*. Nestes locais, é a primeira vez que se construiu um projeto dirigido especificamente para as

mulheres trabalhadoras rurais; é a primeira vez que vão buscá-las em casa, não para votar em quem lhe mandaram, mas para aprender que têm direitos; não para fazer número em discurso de político, mas para ouvir e ser ouvida pelo Governador e pela Secretária da Mulher; é a primeira vez que recebem livros, de qualidade, onde está escrito quais os documentos que devem ter, as instituições que existem para defender seus direitos; onde seus filhos são cuidados para que elas também possam ser cuidadas. Como uma delas disse para a própria Secretária: “eu agora sei que me amo”.

Pode-se questionar este entusiasmo argumentando que três meses não mudam a vida de ninguém. Mesmo sendo esta uma afirmação passível de contestação, pode-se rebatê-la dizendo que não são apenas três meses. Há uma grande rede sendo construída e todas e todos que dela fazem parte, ao longo de todos esses anos, de alguma forma, estão sendo beneficiadas e transformadas.

Referências

- ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira; LONGHI, Marcia. 2009. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion T. (org.). *Gênero, diversidade e desigualdade na educação: interpretações e reflexões para formação docente*. Recife: ed. Universitária da UFPE, p. 75-96.
- BENEVIDES, Cezar. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- BRASIL. MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. *Uma história de mulheres: uma história da organização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais do sertão central de PE* 2 ed. Serra Talhada, 2004
- BUARQUE, Cristina; OLIVEIRA, Maria; TAVARES (orgs). 2008. *Mulheres Semeando Cidadania: cadernos de políticas públicas/ Secretaria Especial da Mulher*. Recife: Secretaria Especial da Mulher.
- FREITAS, Cintya; AGUIAR, Márcia; OLIVEIRA, Maria Aparecida; SILVA, Nathália Sandes; DETMERING, Vilma. 2015. *Chapéu de Palha*

- Mulher*: Uma análise da implementação de políticas Públicas para Mulheres rurais em Pernambuco. Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFPE.
- FRASER, Nancy. 2002. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira* - São Paulo: FCC: Ed. 34.
- LONGHI, Marcia Reis. 2009. *O Programa Chapéu de Palha*: reflexões a partir de macro e micro visões. Recife: SecMulher/2009.
- LONGHI, Marcia Reis. 2008. *Viajando em seu cenário*: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife. Recife; Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- MMTR-NE. 2009. *A Estrada da Sabedoria*: sistematizando os caminhos para a formação de educadoras rurais do Nordeste - 1994 - 2006. 3ª edição; Caruaru: Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. 2011. *I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco*. Recife.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. 2007. *Anuário da Secretaria da Mulher*, ano 1. Recife.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: O EXEMPLO DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DE PERNAMBUCO.

Rômulo Guedes²⁵ | FUNDAJ
Alexandre Zarias²⁶ | FUNDAJ

Introdução

Os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco promovem atividades de formação e pesquisa em escolas do ensino médio e instituições do ensino superior (IES). Por meio da institucionalização desses espaços, ampliou-se o número de pessoas envolvidas com a discussão a respeito das desigualdades sociais entre mulheres e homens. Mas o sucesso e a qualidade das ações dos núcleos dependem da articulação de diferentes instituições combinada com certas particularidades, tais como região de instalação,

25 Mestre em Ciências Sociais para o Ensino Médio (FUNDAJ). Professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco. romulo_guedes@yahoo.com.br

26 Doutor em Sociologia (USP). Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Colaborador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. alexandre.zarias@fundaj.gov.br

gestão acadêmica e escolar, número e perfil dos profissionais e estudantes envolvidos com as atividades educacionais, etc.

Neste texto, discutiremos essas particularidades a partir da experiência de três núcleos instalados em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs), cada um deles localizados em diferentes regiões do estado de Pernambuco: Metropolitana, Agreste e Sertão. Os dados analisados foram obtidos por meio de entrevistas e grupos de discussão com gestoras e gestores, professores e professoras, e alunas e alunos do ensino médio em 2015. Também foram utilizadas as informações oficiais da Secretaria da Mulher (SecMulher) e da Secretaria de Educação (Seduc) do Estado de Pernambuco.

Criados a partir da articulação entre Secretaria da Mulher, Secretaria de Educação, Instituições de Ensino Superior e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), os núcleos somavam um total de 54 unidades espalhadas pelo estado até 2013, sendo 28 em escolas do ensino médio, e 26 no ensino superior. Os primeiros núcleos surgiram em 2010, como resultado da Política de Produção de Conhecimento, Informação e Formação em Gênero capitaneada pela SecMulher a partir de 2007.

Aqui discutimos gênero e educação num cenário que não nos parece nada propício. Basta sublinharmos a recente discussão a respeito da “ideologia de gênero” no Plano Nacional da Educação (2014-2024) e nos planos educacionais de vários estados e municípios, a qual levou à exclusão do termo nesses documentos, num evidente retrocesso no que diz respeito a um conjunto de direitos assegurados constitucionalmente.

Nesse cenário, para contextualizarmos os núcleos, partiremos de uma discussão a respeito de gênero e educação, seguida da descrição geral da criação e caracterização dos três núcleos pesquisados. Por fim analisamos os dados de pesquisa obtidos no âmbito do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (MPCS-Fundaj).

Gênero e educação em Pernambuco

Para situar os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco, no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, é preciso saber do que estamos tratando quando nos referimos ao tema gênero e educação. Nessa área, classicamente, estudos e políticas públicas referem-se à educação formal, aquela própria ao espaço escolar, em diferentes níveis. No que diz respeito ao conceito de gênero, adotam-se diferentes abordagens metodológicas e perspectivas teóricas para dar conta de temas relacionados com a diversidade sexual, a violência contra a mulher e as desigualdades sociais entre mulheres e homens.

No campo teórico, a abordagem do tema gênero e educação parte do pressuposto de que a escola é mais um dos lugares da produção e reprodução das desigualdades. Fora do espaço de convívio em família, da infância à juventude, os estereótipos masculinos e femininos são reforçados ao longo da carreira escolar. Isso causa impactos diretos e indiretos em crianças e jovens no que diz respeito à constituição de identidades, exercício da sexualidade, sucesso e permanência escolares, acesso à educação superior, escolha de carreiras, etc. Nesse campo de estudos, podemos citar os trabalhos de Guacira Lopes Louro que, desde a década de 1990, vem produzindo inúmeros trabalhos acerca do tema.

Além dos trabalhos de Louro aqui referenciados (1997; 2000; 2001), outro ponto de partida para a contextualização do tema gênero e educação são as políticas públicas no Brasil. De acordo com Vianna e Unbehaum (2004), gênero aparece efetivamente em nossas políticas educacionais somente com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997), em seus temas transversais, especificamente aquele que trata da “orientação sexual”. Para as autoras, no Plano Nacional de Educação (2001-2010), a palavra gênero aparece como um dos elementos a serem observados na produção e avaliação de livros didáticos e também na formação de professores. Também podemos acrescentar, a respeito do PNE (2001-2010), a diretriz relacionada com a produção de indicadores de gênero, a partir de dados administrativos, para a formulação de políticas públicas de educação.

A terminologia “gênero” foi suprimida do atual Plano Nacional da Educação (2014-2024), um evidente retrocesso que reverberou na elaboração dos planos estaduais e municipais, provocando uma série de debates que, de um lado, opôs os movimentos feministas, os de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) e de direitos humanos e, de outro, bancadas parlamentares religiosas de diferentes credos. Com a supressão, apagou-se da legislação um histórico de conquistas históricas acumuladas desde o período de redemocratização do Brasil.

Movendo-se do plano teórico e normativo para o prático, é preciso citar as ações promovidas pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A partir de 2006, por iniciativa desses órgãos, iniciou-se o projeto piloto do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) para formação de professoras e professores da educação básica. Desde 2010, o GDE é ofertado nas modalidades de extensão ou especialização, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inovação (SECADI), em IES conveniadas com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). De acordo com a SPM, até 2014, 40 mil pessoas tinham realizado o curso²⁷.

Em Pernambuco, gênero integra efetivamente as políticas de educação do estado depois da criação da Secretaria Especial da Mulher, em 2007, a qual passou à categoria de secretaria de estado em 2011. Com a Política de Produção de Conhecimento, Informação e Formação em Gênero, a Secretaria da Mulher passou a realizar diversas ações, na área de educação, destacando-se o Programa de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, cujas ações compreendem a criação: do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero²⁸; dos Núcleos de

27 Informação disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia/programas-acoas>. Acesso em: 6 set. 2015.

28 De acordo com a SecMulher: “O prêmio é uma seleção pública que tem por objetivo estimular a reflexão e o debate crítico sobre as relações de gênero, assim como a produção teórica sobre o tema no âmbito do ensino formal. Podem concorrer ao prêmio estudantes do ensino médio, técnico subsequente, graduação e pós-graduação; além de professores e professoras do ensino médio e técnico subsequente”.

Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher; do primeiro curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas; e da promoção de pesquisas para subsidiar políticas públicas em Pernambuco.

Especificamente, em relação aos núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher é explícita a intenção de apoiar a institucionalização do debate de gênero nas escolas e instituições de ensino superior de Pernambuco.

Têm como objetivo a realização de ações de formação e pesquisa em gênero e educação, envolvendo profissionais e estudantes, através da reflexão e discussão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade, como estratégia para combater o preconceito e fundamentar a construção de uma práxis comprometida com a luta das mulheres. Neles, portanto, está depositada a confiança na transformação que precisam passar os papéis de homens e mulheres nas novas gerações, fortalecendo o processo de ruptura com o paradigma patriarcal (SECMULHER, 2013, p. 45).

Note-se a ênfase dada pela Secretaria da Mulher para enfrentamento das desigualdades sociais entre mulheres e homens, delimitando, assim, o campo semântico que gravita em torno do conceito de gênero. Diferentemente das políticas educacionais brasileiras mais gerais que aproximam o conceito de gênero das questões relacionadas com a diversidade sexual, a SecMulher reforça a agenda por direitos dos movimentos feministas em várias frentes. Para exemplificar esse compromisso, basta analisar os temas propostos pelos editais do Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero (PNTG) entre os anos de 2007 e 2015.

Informação disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/premio>. Acesso em: 10 set. 2015.

O primeiro PNTG de 2007 abrangeu cinco temas: 1) Violência Doméstica e Sexista; 2) Inserção das Mulheres nos Espaços de Poder; 3) Mulher e Meio Ambiente; 4) Mulher e Cultura; 5) Agricultoras Familiares e Reforma Agrária. No ano seguinte, em 2008, foram acrescentados mais outros três: 1) Feminização da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; 2) A participação da mulher negra na formação da sociedade pernambucana; e 3) A participação da mulher indígena na formação da sociedade pernambucana.

Em 2014, com substituição da palavra “mulher” por “gênero” no edital do PNTG, o passa a especificar 18 temas, os quais se repetem em 2015. São eles: 1) Violência de gênero contra as mulheres nos espaços doméstico e público; 2) Gênero e educação; 3) Gênero e ciência; 4) Inserção das mulheres nos espaços de poder; 5) Gênero e políticas públicas; 6) Gênero, trabalho e empreendedorismo; 7) Gênero e saúde; 8) Gênero e geração; 9) Gênero e gravidez na adolescência; 10) Gênero e diversidade sexual; 11) Gênero e raça; 12) Gênero e etnia; 13) Gênero e mídia; 14) Gênero e expressões culturais e artísticas; 15) Gênero e meio ambiente; 16) As relações de gênero no âmbito rural; 17) As relações de gênero na pesca artesanal; e 18) Gênero e práticas esportivas.

Diversidade sexual passa a figurar nos editais do PNTG somente em 2012. Educação figura a partir de 2009, mas abrangida pelo tema “Patriarcado: educação e cultura”. A expressão “Gênero e educação” é tema somente a partir de 2014.

Tomamos o PNTG como referência, pois ele funciona como uma espécie de indutor de estudos e pesquisas e produção cultural, contemplando diferentes modalidades de premiação. Em 2015, os trabalhos premiados compreenderam: 1) redações de estudantes do ensino médio; 2) artigos científicos de estudantes de graduação e pós-graduação; 3) relatos de experiências pedagógicas de professoras e professores do ensino médio; 4) projetos de experiência pedagógica; 5) roteiro para documentário digital de curta metragem; e 6) reconhecimento institucional para as IES ou escolas do ensino médio com maior número de inscrições aceitas.

Os Núcleos de Estudos de Gênero, que passaram a funcionar efetivamente em 2010, são resultado do investimento da Secretaria da Mulher no PNTG e, como elemento do Programa de Apoio ao

Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, estimulam a produção de conhecimento em áreas prioritárias estabelecidas pela Secretaria. Mas para entender essa dinâmica, é preciso olhar mais de perto como funcionam esses núcleos, assunto abordado, a seguir, a partir de três experiências.

A experiência dos Núcleos

As ações desenvolvidas em escolas de referência, e que resultam da articulação feita entre SecMulher e Seduc, visam a cumprir o que se propõe nos Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2014) referentes à disciplina de Sociologia no ensino médio. Coloca-se como expectativa de aprendizagem número 3, do tema Cultura, Identidade e Diversidade: “Identificar e compreender os processos de interação social, cultural e intercultural; de relações étnico-raciais e de gênero; os movimentos culturais, inclusive a contracultura, e seus impactos na vida política e social”.

Na tentativa de compreender como os estudos das relações de gênero têm sido trabalhados nas escolas de referência do Estado de Pernambuco que possuem Núcleos de Estudo de Gênero, apresentam-se, primeiramente, as características mínimas necessárias para que a escola abrigue um núcleo e, em seguida, detalha-se seu funcionamento a partir de três experiências.

Desde 2013, o total de escolas pertencentes ao Programa de Educação Integral do Governo do Estado de Pernambuco era de 260, atendendo 150 mil estudantes de 160 municípios, incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha. Desse total, 122 unidades escolares funcionavam em horário integral e outras 138 em horário semi-integral, oferecendo uma oportunidade de formação diferenciada aos jovens estudantes. A educação integral e sua relação com os diversos espaços educativos como escola, família e comunidade orientam-se pelo paradigma da Educação Interdimensional contemporânea desenvolvida pelo educador brasileiro Antônio Gomes da Costa. Tal paradigma teórico representa um salto qualitativo das Escolas de Referência em Pernambuco. A ideia da Secretaria Executiva de Educação Profissional

de Pernambuco foi criar em suas escolas um ambiente propício a outros tipos de conhecimentos que ultrapassassem o racionalismo. Isso significa partir do modelo unidimensional para o interdimensional (PERNAMBUCO, 2013).

O levantamento de dados secundários e primários, na Secretaria de Educação e Secretaria da Mulher, propiciou uma análise da experiência de três núcleos, em Escolas de Referência em Ensino Médio de Pernambuco, conforme o exposto a seguir.

Núcleo 01 – Região Metropolitana

A Escola de Referência em Ensino Médio Trajano de Mendonça faz parte do conjunto de escolas, pertencentes à Gerência Regional Recife Sul, pois está situada no bairro de Jardim São Paulo, na região metropolitana do Recife. Essa unidade escolar atualmente possui cerca de 30 profissionais compondo seu quadro de professores, além de abrigar 14 turmas de ensino médio em regime de horário semi-integral, o que a caracteriza como uma Unidade de Ensino de grande porte.

O “Núcleo – 01” foi apontado pela Secretaria da Mulher como um dos que obtiveram maior notoriedade nos estudos de gênero entre as Escola de Referência em Ensino Médio do Estado de Pernambuco, especificamente do recorte territorial da Região Metropolitana do Estado.

Em visita a esse núcleo, foi possível obter dados específicos sobre suas primeiras ações, algumas das quais obtiveram premiação em edições do PNTG. O início dos estudos de gênero na escola, a formação do núcleo e sua formalização deram-se a partir de discussões ocorridas em meio à rotina das aulas da disciplina de Português, nas turmas de ensino médio, no momento em que foram feitas análise da estrutura textual da Lei Maria da Penha. O que promoveu reflexões de alunos e alunas acerca das questões cotidianas vivenciadas pela maioria deles.

A partir dessas discussões, idealizou-se uma ação intitulada de “Semana Rosa e Lilás”, que propunha a utilização de acessórios pessoais e adereços de cores rosa ou lilás, durante a semana do Dia Internacional da Mulher, como uma forma de quebrar alguns

estereótipos construídos acerca da cor, de gênero, sexo e orientação sexual. Essa experiência culminou com a premiação no PNTG, em duas modalidades: redação de aluna e relato de experiência com atividades que discutem gênero na escola. Todos os envolvidos sentiram-se estimulados a organizar cada vez mais as ações do rosa e lilás na escola, atividade que passou a contar com novas ações, tais como palestras e seminários para todas as turmas. Nota-se claramente o empenho e a satisfação que a professora teve na articulação de tarefas e ações com os alunos e alunas, conforme percebe-fala a seguir:

Eu inscrevi os meninos no Naíde para relatar a experiência. Fiz o relato da experiência, fizemos um incentivo, uma motivação dos meninos para eles fazerem redações e eu consegui ter o relato aprovado e premiado, e o estudante teve uma redação premiada no mesmo ano. Isso, como os meninos dizem, foi o pipoco dentro da escola, porque eles se sentiram extremamente contemplados (professora do Núcleo 01, 2015).

Desse momento em diante, a EREM, a partir da sugestão de sua gestora, passou a sediar o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher Margarida Maria Alves²⁹, nome dado em homenagem à paraibana que, por cerca de 12 anos, ocupou o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, cidade da Paraíba.

As atividades voltadas à discussão de gênero, nessa escola, foram iniciadas muito antes da formação oficial da parceria com a Secretaria da Mulher. As atividades iniciais eram desenvolvidas pela atual coordenadora do núcleo que, na época, não ocupava tal função,

29 Margarida Maria Alves, enquanto ocupava o cargo de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, foi assassinada devido à luta pelo respeito e cumprimento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Foi assassinada a tiros por um réu confesso que teve a parceria de mais dois homens, a mando de fazendeiros locais. Devido à importância do trabalho que Margarida vinha implementando naquela localidade e à impunidade, o crime teve repercussão internacional, terminou por propagar a história de uma mulher que foi calada pelo seu destaque na luta sindical, hoje rendendo-lhe homenagens póstumas.

mas sim a de professora de português. Desde que foi oficializada a criação do Núcleo Margarida Maria Alves, houve um aumento da participação de outros professores nas atividades do núcleo, mesmo que de forma pontual. Isso fez com que a professora, em entrevista, salientasse a importância da ajuda do grupo, destacando ainda a colaboração mais frequente de outros três professores que contribuem para a organização do núcleo e de suas atividades dentro da escola, bem como as contribuições das disciplinas do campo das ciências humanas que já dialogam acerca das relações sociais e do direito.

O pessoal da área de humanas é bastante efetivo, porque a própria, o próprio conjunto, né, de componentes curriculares da área de humanas exige isso. Não tem como você não falar de mulher na política se nós temos uma presidenta, ou se (...) tem uma lei que determina um percentual de participação dessas mulheres pela disputa e de cargos que nunca são ocupados (professora do Núcleo 01, 2015).

Verificou-se que os demais docentes, embora não estejam na linha de frente do núcleo, contribuem com as atividades planejadas cedendo espaço para divulgação do trabalho e discussão sobre gênero e violência doméstica em todas as turmas da escola. Nesse sentido, o referido núcleo funciona sob a coordenação de uma pessoa, que conta com a colaboração mais efetiva de outras, mostrando que tudo ocorre com a organização primária de quatro pessoas, que são auxiliadas por outros integrantes da equipe discente e docente. Em outras palavras, é possível perceber que foi criado um núcleo duro que conta com equipes de apoio temporário de determinados alunos e profissionais, uma vez que as atividades ora são destinadas a uma turma e um profissional de determinada disciplina, ora estão relacionados a outra turma, outra disciplina, e outro profissional. Embora exista uma grande adesão das suas propostas por alunas e alunos, não se tem o registro exato do número de estudantes integrados com as atividades do núcleo.

Observou-se que, por parte das professoras à frente do núcleo dessa escola, já havia um conhecimento inicial sobre o tema de gênero.

Havia também um grande interesse nas discussões relacionadas com o tema. No entanto, uma aproximação maior com o assunto veio a surgir por meio da busca de leituras propiciadas pelos encontros de formação em gênero promovidos pela Secretaria da Mulher.

A coordenadora do núcleo aponta como desafio inicial para si algo que não diz respeito diretamente à organização das ações do núcleo de estudos em gênero, mas sim à formação profissional dos docentes. Sua fala relata que a presença das discussões de gênero nas licenciaturas, de forma transversal, ou superficial, não abordando tão diretamente a importância da escola no trabalho contra as desigualdades de gênero, termina por não abordar o tema de acordo com a sua complexidade.

Núcleo 02 – Agreste

Localizada na Região Agreste de Pernambuco, no bairro de São Pedro, Cidade de Belo Jardim, a Escola de Referência em Ensino Médio de Belo Jardim faz parte da Gerência Regional Agreste Centro Norte e, diferentemente da EREM citada anteriormente, possui jornada de horário Integral para o corpo docente e discente: a carga horária é de segunda à sexta-feira nos horários da manhã e tarde. O núcleo de estudos de Gênero dessa escola teve início na EREM Belo Jardim, a partir do convite feito pela Secretaria da Mulher à direção da escola.

A maioria dos professores do Núcleo da EREM Belo Jardim também colocou como dificuldade maior a conciliação entre as atividades do núcleo e suas atribuições cotidianas na escola, o que dificulta uma participação mais efetiva. Ao mencionar a participação de professores nas atividades, adentra-se no conhecimento ou embasamento que tinham sobre o tema gênero.

Nesse sentido, as professoras entrevistadas da disciplina de português e biologia, que participavam das principais atividades do núcleo, afirmaram possuir conhecimentos gerais sobre o tema, muito embora não acreditassem que um dia chegariam a trabalhar as questões de gênero na escola. Citam também outras dificuldades encontradas como o fato de abordar os temas de gênero e violência contra

a mulher ou sexualidade de maneira diferenciada da educação que alunas e alunos recebiam em casa ou na igreja:

...no princípio das coisas eu acho que não é fácil não, de forma alguma, porque entra a questão religiosa, entra várias coisas por esse caminho aí, entra toda a estrutura da família, que é bem complexo, vai depender da estrutura da família para ter essa aceitabilidade, como vê os pais, a formação dos pais nessa questão, que é muito forte em todos os sentidos. Aí, quando você já tem uma família instituída, sei lá, violenta...
(professora do Núcleo 02, 2015)

Na escola, também surgem outras discussões sobre temas, tais como: orientação sexual e de gênero; sexualidade; e músicas de depreciação feminina. Nesse âmbito, as disciplinas que mais contribuíram foram, inicialmente, Sociologia e Direitos Humanos e, posteriormente, Português e Biologia.

Sobre a utilização de material de apoio teórico, observou-se uma diversidade de fontes de consulta, desde a pesquisa em livros, textos da internet, músicas para discussão em grupo e vídeos. Como a fala abaixo demonstra, ao que parece, não houve um direcionamento específico para uma determinada teoria ou material, os quais as entrevistadas pudessem citar.

...da minha parte eu já trabalho com a pesquisa pela internet, que eles fazem pesquisa, e com livros e textos que eu trouxe para a gente, nós discutimos na sala de aula. Que esse é o meu trabalho de Português, dentro do assunto, assim, nessa linha de pensamento (professora do Núcleo 02, 2015).

As entrevistadas registraram como atividades duas passeatas referentes ao Outubro Rosa e Novembro Azul, dando ênfase à campanha de prevenção de câncer de mama e útero, e de câncer de próstata, respectivamente. Nessa iniciativa, a escola estimou uma adesão próxima a 100% dos estudantes da EREM Belo Jardim. Os relatos das professoras entrevistadas apontam que essas atividades geraram relativa

visibilidade dentro a cidade, chegando a ser mencionadas na Câmara dos Vereadores de Belo Jardim.

Os temas das passeatas, que contavam com a participação de outras pessoas da cidade, estavam mais ligados à área de conhecimentos da biologia trabalhada na escola. No cronograma da disciplina de biologia, como já há um espaço para abordagem de assuntos como sexo biológico e sexualidade, coube à professora, nesse momento, o diálogo sobre gênero. Já na disciplina de português, a produção de redações pôde aproximar os alunos dos temas de gênero e violência contra a mulher. Entre as atividades do núcleo, algumas palestras e seminários sobre a temática de gênero e violência contribuíram para a distinção entre gênero e sexo, discussões sobre os estereótipos, preconceitos e violência contra a mulher.

O núcleo de Belo Jardim pode ser mencionado como exemplo de interação com a comunidade, principalmente por meio das passeatas de conscientização da prevenção de câncer de mama, colo uterino e próstata. Momentos em que a escola atuou como multiplicadora de informação de grande relevância à saúde coletiva, quebrando preconceitos de gênero na realização dos exames de prevenção dessas doenças.

Além disso, as professoras entrevistadas relataram o despertar de uma consciência nos alunos e alunas na busca por mudanças de comportamentos que perpetuam o preconceito. Além desses resultados, o núcleo teve experiências positivas na resolução de conflitos intrapessoais e familiares relacionados à aceitação da homossexualidade de um aluno.

Núcleo 03 – Sertão

A EREM Oliveira Lima está localizada na cidade de São José do Egito, na região do sertão pernambucano, e pertence à Gerência Regional de Educação, Sertão do Alto Pajeú, e ao Programa de Educação Integral. No ano de 2015, passou a funcionar em horário Integral com 10 turmas que atendem três séries do ensino médio, nos horários das 7h30 às 16h50, com efetivo de 400 estudantes e 18 docentes.

O núcleo de São José do Egito teve seu início no ano de 2009. A iniciativa surge com o projeto “Discutindo gênero na escola: por uma abordagem científica e interdisciplinar”, um trabalho interdisciplinar (Educação Física e Inglês) com dois professores e 10 alunos. A partir de algumas atividades do professor de educação física sobre relações de gênero na escola e violência doméstica, foi realizado um estudo para investigar os índices de violência contra a mulher no município de São José do Egito. Esse trabalho foi apresentado em um evento na escola, denominado de Encontro de Ciências e Tecnologias e Artes. A partir de então, sistematizou-se, em grupo, alguns momentos permanentes para o estudo, discussão e reflexão sobre gênero e violência no espaço escolar.

A primeira parceria do Núcleo Maria Vanete de Almeida³⁰ foi realizada com a Secretaria da Mulher para a obtenção de material de suporte e panfletos de divulgação sobre a Lei Maria da Penha. Essa parceria resultou em uma articulação com a Secretaria de Assistência Social de São José do Egito para a criação da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres em 2011. A partir dessa iniciativa, a escola serviu como experiência para a criação de um consórcio entre os municípios circunvizinhos da região do Vale do Pajeú para a criação de Diretorias da Mulher em cada município.

Dentre uma equipe de sete coordenadores, três dos professores fizeram um curso de educação à distância do Ministério da Educação (MEC), direcionado para professores da educação básica, chamado de Gênero e Diversidade na Escola (GDE). A partir de então, os outros

30 Os participantes do núcleo batizaram-no de Maria Vanete de Almeida, em homenagem à sertaneja que viveu na cidade pernambucana de Santa Cruz da Baixa Verde, onde se destacou como líder feminista rural, negra e sertaneja. Na década de 1980, atuou pela inserção feminina no meio sindical, servindo de inspiração para o livro “Ser Mulher num Mundo de Homens” (Cornélia Parisius, Ed. SACTED/DED), presidiu o Centro de Educação Comunitária Rural, no município de Serra Talhada (PE); integrou o Conselho Nacional de Políticas para Mulheres de 1996 a 2003; em 2005, foi indicada pela ONG suíça Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, ao Prêmio Nobel. Tornou-se a partir de 1996, a coordenadora internacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, que ajudou a fundar. Devido à sua desenvoltura na luta pelos direitos femininos e rurais, seu nome inspira o funcionamento do Núcleo de Estudos da Escola Oliveira Lima, da cidade de São José do Egito em Pernambuco.

coordenadores do núcleo tiveram interesse em ter uma maior aproximação com o tema.

Na fala a seguir, percebe-se como um dos principais desafios enfrentados para a consolidação do núcleo de estudos em gênero e violência, e para o desenvolvimento de suas atividades, é a escassez de material de referência sobre as temáticas.

...a gente viu que era necessário material para se trabalhar com o tema, porque a gente teve uma dificuldade enorme de trabalhar (...). A gente viu que era uma lacuna que se tinha nas escolas. Era para a gente trazer um banco de dados com materiais que pudessem ser utilizados na escola...livros, documentários, filmes. Filmes, documentários, músicas. E experiências, relato de experiências (professor do Núcleo 03, 2015).

Também se constituiu como dificuldade a responsabilidade das atividades do núcleo serem conferidas somente a um ou dois professores, o que, inicialmente, gerou sobrecarga de trabalho, considerando as atribuições com as atividades inerentes ao ensino.

...eu acho que é o mesmo problema que passam em outros núcleos. É o seguinte: do núcleo ser uma atividade de responsabilidade de um ou de dois professores, que no caso vai, eu acho, pelo menos eu me sentia como um peso, que eu precisava dar conta. Por quê? Porque na época eu tinha 17 turmas, eu dava 34 aulas semanais, aí dava treinamento e tinha que acompanhar os meninos (professor do Núcleo 03, 2015).

Conforme a fala do professor, e como foi relatado nos dois núcleos anteriores, a sobreposição das atividades rotineiras da escola com as atividades dos núcleos é um problema recorrente. No entanto, em São José do Egito, essa situação foi contornada quando, em 2012, o núcleo foi organizado com mais alunos, professores, funcionários, coordenadores e com a gestão organizada.

Durante a pesquisa, surgiu um dado que chamou bastante atenção, que foi a inclusão das atividades do núcleo no projeto político

pedagógico da escola. Essa organização facilitou a programação anual com uma ou duas semanas reservadas para a discussão de gênero na escola, caracterizando o período da Jornada de Gênero. No conjunto de atividades programadas, foram realizadas oficinas com os alunos monitores do núcleo para que, nos momentos de estudos dirigidos, aplicassem essas oficinas em diversas turmas, atuando como multiplicadores do conhecimento sobre gênero para os demais alunos da escola. Nessas oficinas, discutia-se gênero através do teatro, exibição de documentários e fotografias.

As atividades do núcleo de São José do Egito também se estendiam para a população. Esse alcance ocorreu, segundo os professores da escola, através da mudança de pensamento e comportamento dos alunos que se estendeu para o âmbito da família.

Considerações Finais

A execução dos trabalhos realizados, em cada um dos núcleos citados anteriormente, foi realizada por profissionais que coordenavam as ações mencionadas dos núcleos de acordo com os conteúdos de suas respectivas disciplinas e área de formação.

Em geral as disciplinas mais citadas como presentes nas atividades foram Português, Biologia, Educação em Direitos Humanos e Cidadania (EDHC), Sociologia, História e Educação Física. Ainda, na relação conteúdo de gênero e disciplina do professor especialista, percebeu-se que, na maioria das ações pedagógicas relatadas, os materiais que as orientaram eram oriundos da mídia escrita, televisiva, musical, portais de conteúdos educacionais na internet ou de fatos reais que ocorreram no entorno da comunidade. Ocasionalmente, foram utilizados textos específicos de portais acadêmicos ou do material utilizado no curso Gênero e Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Segundo os integrantes dos núcleos pesquisados, o sucesso das atividades depende de uma gestão escolar integrada, da qual participem professores, alunos e alunas, família, demais membros da sociedade e outras instituições. Assim, torna-se possível construir

coletivamente um conhecimento a respeito das questões de gênero e, por consequência, mudanças de pensamento a respeito disso.

Para superar o entrave recorrente nas três EREMs, que é a *falta de tempo* suficiente para conciliar as atividades do núcleo com as atividades escolares, pode-se citar o exemplo dos Núcleos 01 e 03 aqui mencionados, que conseguiram instituir uma rotina no núcleo com reuniões periódicas que não passavam de uma quinzena entre uma e outra, para o planejamento das atividades.

De forma geral, os três núcleos apontam que as atividades eram iniciadas dentro do núcleo para, em seguida, serem propagadas para toda a escola e, depois, para a comunidade. Como resultado, professoras e professores mencionam uma mudança na postura crítica de alunas e alunos no que diz respeito às questões de gênero.

A partir da visita às escolas, foi possível observar que um dos fatores preponderantes para o êxito dos núcleos foi a divisão de tarefas entre coordenadores e ou colaboradores de variadas formações. A descoberta desse dado revelou a importância de se construir um trabalho em equipe, independente de qual área o professor seja.

Para finalizar esse texto, é importante destacarmos da iniciativa da Secretaria da Mulher de Pernambuco, que formou essas parcerias com escolas estaduais de Ensino Médio, possibilitando a realização de trabalhos mais sólidos e focados nas discussões acerca dos temas relacionados a gênero e violência contra a mulher. Tendo em vista que, esses temas não constam na proposta curricular das escolas estaduais de Pernambuco, logo, nem sempre são abordados em sala, ou são trabalhados de forma superficial e pontual.

Nesse sentido, a implementação dos Núcleos de Estudos de Gênero nessas escolas, revela Pernambuco como um Estado que conseguiu inovar nas ações e articulações que favorecem a reflexão do jovem estudante sobre as desigualdades de gênero e a violência contra mulher. Tornando inegável o fato de que as estratégias obtidas por meio da parceria entre Escola e a Secretaria gerou um trabalho mais orientado e frequente, ampliando o poder de repercussão dessas ações na comunidade escolar e ao mesmo tempo fortalecendo a ideia de que a SecMulher está no caminho certo ao continuar expandindo esses núcleos, também para Escolas Técnicas e Instituições de Ensino Superior.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. 1997. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais. Ética*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.
- LOURO, Guacira Lopes. 1997. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). 2000. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Edição Autêntica.
- LOURO, Guacira Lopes; MEYER, Dagmar Estermann. 2001. Dossiê Gênero e Educação. *Estudos Feministas*, 9 (2).
- PERNAMBUCO, SECRETARIA DA MULHER. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. PERNAMBUCO: CEPE, 2007
- _____. 2008. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.
- _____. 2009. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.
- _____. 2010. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.
- _____. 2011. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.
- _____. 2012. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.
- _____. 2013. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.
- _____. 2014. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.

- _____. 2015. *Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas*. Pernambuco: CEPE.
- VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. 2004. O gênero nas políticas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, 121(34): 77-104.

SOBRE AUTORAS E AUTORES

Alexandre Zarias

Doutor em Sociologia (USP). Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Colaborador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. alexandre.zarias@fundaj.gov.br

Dayse Amâncio dos Santos

Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisadora do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (Fages). dayse_amancio@hotmail.com

Giselle Nanes

Doutora em Antropologia (UFPE). Docente da Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE). Coordenadora do Núcleo de Formação em Educação e Relações de Gênero (NUFERGE). Pesquisadora do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES/UFPE). gisellenanes.2@gmail.com

Lourdes Bandeira

Doutora em Antropologia (Université René Descartes de Paris V). Pós-Doutorado na área de Sociologia do Conflito, na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS). Professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Pesquisadora do CNPq – Pq-1B. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher-NEPEM/UnB. lourdesmbandeira@yahoo.com.br

Mani Tebet A. de Marins

Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (UFRJ). Pós-Doutora pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED/UFRJ). Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). manitebetufrj@gmail.com

Márcia Reis Longhi

Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – campus I. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPB. marciareislonghi@gmail.com

Marilyn Thomson

Consultora independente, pesquisadora visitante (honorária) na *City University* e co-diretora do *London-based Central America Women's Network* (Rede de Mulheres da América Central, sediada em Londres). marilynthomson@blueyonder.co.uk

Marion Teodósio de Quadros

Doutora em Sociologia (UFPE). Pós-doutora pela Universidade da Flórida (EUA). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vinculada ao Departamento de Antropologia e Museologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia. marionteodosio@yahoo.com

Maxine Molyneux

Professora de Sociologia e Diretora do *Institute for the Study of the Americas*, University of London, UK. americas@sas.ac.uk

Parry Scott

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (Fages). rparryscott@gmail.com

Rômulo Guedes

Mestre em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco. Professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco. romulo_guedes@yahoo.com.br

Sirley Vieira da Silva

Mestre em Antropologia pelo programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE. Pesquisador e coordenador executivo do Instituto Papai. Professor da Pós-graduação em Saúde, Saúde Mental e dependência química da Faculdade ESUDA; Coordenador da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG). sirleyvieira@gmail.com

Tânia Mara Campos de Almeida

Doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília-UnB e pós-doutorado em Representações Sociais pela UnB; pela Université de Provence e pela EHESS. Pesquisadora e professora adjunta do Departamento de Sociologia - UnB. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM/UNB). taniamaraunb@gmail.com

Título Mulheres, Agenda Política & Desenvolvimento:
Pesquisas contemporâneas no Brasil e Países Andinos

Organizadora Giselle Nanes

Projeto Gráfico/Capa Bruna Andrade

Revisão de Texto Amanda Martha Campos Scott

formato 15,5 x 22,0 cm

fontes Minion Pro, Myriad Pro, ITC Officina Serif Std

papel Offset 75 g/m² (*miolo*)
Triplex 250 g/m² (*capa*)

tiragem 300 exemplares - novembro 2016

Impressão e Acabamento Oficina Gráfica | EdUFPE
Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea
Recife, PE | CEP: 50.740-530
Fone: (0xx81) 2126.8397 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

No âmbito das discussões sobre Gênero e Desenvolvimento, esta coletânea reúne artigos de pesquisas contemporâneas desenvolvidas no Brasil e outros países da América Latina. Alguns avanços e muitos retrocessos são visibilizados nas análises sobre os impactos dos programas de transferência de renda para o empoderamento das mulheres pobres e nas análises sobre as relações de sociabilidade das famílias em polos de desenvolvimento econômico. Igualmente, explicita-se experiências de projetos feministas implementados dentro de agenda governamental. A leitura deste livro é sugerida para quem se interessa em compreender o debate sobre gênero e desenvolvimento, bem como para promotores de políticas públicas comprometidos com a promoção do empoderamento feminino.



ISBN 978-85-415-0849-0



9 788541 508490

